

Universidade Federal de Ouro Preto

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Programa de Pós-Graduação em Comunicação - PPGCOM - UFOP

Dissertação

O testemunho jornalístico nas obras “1968: O ano que não terminou” e “Sobre lutas e lágrimas, uma biografia de 2018, o ano em que o Brasil flertou com o apocalipse”.

Ticiane Kárita Gomes Alves

Ouro Preto
2021



Ticiane Kárita Gomes Alves

**O TESTEMUNHO JORNALÍSTICO NAS OBRAS “1968: O ANO QUE NÃO
TERMINOU” E “SOBRE LUTAS E LÁGRIMAS: UMA BIOGRAFIA DE 2018, O
ANO EM QUE O BRASIL FLERTOU COM O APOCALIPSE”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Temporalidades da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGCOM-UFOP), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marta Regina Maia

Linha de pesquisa: Práticas Comunicacionais e Tempo Social

Ouro Preto - MG

2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

A474a Alves, Ticiane Karita Gomes.

O testemunho jornalístico nas obras “1968 [manuscrito]: O ano que não terminou” e “sobre lutas e lágrimas: uma biografia de 2018, o ano em que o Brasil flertou com o apocalipse”. / Ticiane Karita Gomes Alves. - 2021.

130 f.

Orientadora: Profa. Dra. Marta Regina Maia.

Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação e Temporalidades.

1. Jornalismo e literatura. 2. Memória coletiva. 3. Mídia social. 4. Narrativa (Retórica). I. Maia, Marta Regina. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 316.77



FOLHA DE APROVAÇÃO

Ticiane Kárita Gomes Alves

O testemunho jornalístico nas obras “1968: o ano que não terminou” e “sobre lutas e lágrimas: uma biografia de 2018, o ano em que o Brasil flertou com o apocalipse”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação

Aprovada em 10 de dezembro de 2021

Membros da banca

Prof.(a). Dr.(a) Marta Regina Maia (Orientador(a) e Presidente) – Universidade Federal de Ouro Preto
Prof.(a). Dr.(a) - Jorge Kanehide Ijuim - Universidade Federal de Santa Catarina
Prof.(a). Dr.(a) - Karina Gomes Barbosa – Universidade Federal de Ouro Preto

Prof.(a). Dr.(a) Marta Regina Maia, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 09/02/2022



Documento assinado eletronicamente por **Marta Regina Maia, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/02/2022, às 19:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0277763** e o código CRC **1ECE6791**.

A minha Iolanda. Você é meu mundo.

Agradecimentos

Eu achava, de verdade, que não ia conseguir. Cheguei até aqui com muito custo emocional por viver, ao mesmo tempo, um luto, um mestrado, um trabalho estressante, uma pandemia e um desgoverno como esse que temos. Apesar disso, nunca poderei me esquecer das pessoas que acreditaram que eu finalizaria este trabalho.

Quero agradecer imensamente a minha orientadora Marta, por toda a paciência e pela compreensão que teve comigo nos momentos mais nebulosos pelos quais minha mente passou nesses últimos dois anos. Obrigada por me engrandecer intelectualmente e como ser humano. Nunca me esquecerei das nossas conversas sobre as teorias e sobre a vida.

À professora Débora Lopez, por ter me dado a oportunidade de pesquisar no primeiro ano de jornalismo, pela paciência e por toda a consideração.

À professora Hila, pela paciência, pelo carinho e pelos bons conselhos.

Muito obrigada a minha mãe Iolanda, que, apesar de ter partido na segunda semana dessa jornada, desejou fortemente que eu continuasse estudando, porque sabia que eu precisava disso. Não teve um só momento em que eu não tenha pensado nela durante a pesquisa e a escrita deste trabalho. Obrigada por ter me ensinado a amar os livros, pelo estímulo para que eu começasse a escrever minhas invenções desde pequena e por ter sido um exemplo maravilhoso de professora. Embora ela tenha me dito para ter cuidado ao escolher a docência, também foi a minha maior incentivadora. Espero não a ter decepcionado. Espero também que possamos nos ver um dia para eu possa dizer que enfim cheguei ao fim desse mestrado!

Agradeço imensamente ao meu paizinho, por ter me acolhido e me ajudado nos momentos mais difíceis, dentro de suas possibilidades. Sem seu afeto e preocupação, eu não teria chegado ao fim desse ciclo.

As minhas irmãs Alexandrinha, Taluaninha e Simoninha, pelo carinho, por me mandarem estudar sempre que eu perdia meu foco, por todos os momentos de risadas, implicâncias, filmes e novelas velhas e por nunca terem soltado a minha mão. Meu coração é de vocês.

Agradeço ao meu querido Bruno, pelo amor, pela amizade, pelo encorajamento, pela paciência, por me salvar de mim mesma nos momentos de desespero e por cuidar para que nunca nos perdêssemos. Eu te amo.

À Beth, à Maeve e ao Genaro, pela companhia, pelo carinho e por me darem motivos para viver.

À Paula, à Larissa e ao Paulo, pela amizade e pelo amor, mesmo com toda a distância geográfica. Eu sentiria saudade de vocês mesmo se nós não nos conhecêssemos.

Ao Ricardo, à Aline, ao Carlos, à Letícia C., à Canuh, à Letícia A., à Janaína, ao Charles, à Luísa, à Laís, ao Filipe, ao Odeir e à Priscila, pelos momentos maravilhosos juntos. Vocês são os melhores companheiros da Ufop e amigos para a vida toda.

Agradeço também aos jornalistas Zuenir Ventura e Mário Magalhães, por terem gentilmente concedido entrevistas para esta pesquisa.

Obrigada também ao Lula e à Dilma, por terem me proporcionado estudar em uma Universidade que me deu tanto! Aqui fiz Letras, Jornalismo, histórias e amigos para toda a minha vida. Por último, quero dizer que a educação de qualidade nos dignifica, muda a nossa percepção do universo e nos torna capazes de lutar contra a corrupção e a violência, e é só por isso que querem nos desmantelar. Viva a Universidade Pública!

-Nonada.

Guimarães Rosa

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetos as obras jornalísticas “1968: o ano que não terminou”, de Zuenir Ventura, e “Sobre lutas e lágrimas, uma biografia de 2018, o ano em que o Brasil flertou com o apocalipse”, de Mário Magalhães, e duas entrevistas desses autores. O objetivo é entender como os testemunhos jornalísticos dão aos anos de 1968 e de 2018 uma segunda vida, tornando-os objetos simbólicos (QUÉRÉ, 2012), numa tentativa de reconstituição da memória dessas épocas e de produção de novos significados no atual contexto de disputas narrativas. Pretendemos também compreender de que forma o testemunho midiático pode contribuir para a ampliação do fazer jornalístico e das vozes anuladas. Aplicamos, como metodologia, a análise da narrativa e das entrevistas dos autores, baseando-nos nos operadores estabelecidos por Dayane Barretos (2017): a relação entre o narrador e os personagens na etapa de captação das informações; a construção da narrativa, e o processo de compartilhamento que pressupõe o leitor. Utilizamos o conceito de “testemunho da mídia”, de Frosh e Pinchevski (2009) - “testemunho *na* mídia”, “testemunho *pela* mídia” e “testemunho *através* da mídia” - como eixos norteadores dos operadores, respectivamente. Entendemos que tanto Zuenir Ventura quanto Mário Magalhães dão uma segunda vida a 1968 e a 2018, narrativizando o testemunho de outros personagens (“testemunho *na* mídia”), e também os seus próprios testemunhos (“testemunho *pela* mídia”), de maneira sensível e, ao mesmo tempo, crítica sobre eventos. As duas obras mostram os testemunhos como importantes dispositivos para a produção de novos significados para os acontecimentos, colocando o leitor em uma posição ativa no processo comunicacional como aquele que “testemunha *através* da mídia”.

Palavras-chave: Testemunho jornalístico; Testemunho da mídia; Narrativas em disputa; Memória; Temporalidades.

ABSTRACT

This research has as objects of study the journalistic works “1968: o ano que não terminou”, by Zuenir Ventura, and “Sobre lutas e lágrimas: uma biografia de 2018, o ano em que o Brasil flertou com o apocalipse”, by Mário Magalhães, and two interviews with these authors. The objective is to understand how journalistic testimonies give the years 1968 and 2018 a second life, making them symbolic objects (QUÉRÉ, 2012), in an attempt to reconstitute the memory of those periods and produce new meanings in the current context of disputed narratives. We also intend to understand how the media witness can contribute to the expansion of journalistic work and marginalized voices. We applied, as methodology, the analysis of the authors' narrative and interviews, based on the operators established by Dayane Barretos (2017): the relationship between the narrator and the characters in the information capture stage; the construction of the narrative, and the sharing process that the reader presupposes. We use the concept of “media witnessing”, by Frosh and Pinchevski (2009) – “Witnessing in the media”, “Witnessing by the media” and “Witnessing through the media” – as the operators' guiding axes, respectively. We understand that both Zuenir Ventura and Mário Magalhães give a second life to 1968 and 2018, narrating the testimony of other characters (“witnessing in the media”), and also their own testimonies (“witnessing by the media”), in a sensitive way and, at the same time, critic about the events. Both works show the testimonies as important devices for the production of new meanings for the events, placing the reader in an active position in the communication process “witnesses through the media”.

Keywords: Journalistic testimony; Media witnessing; Disputed narratives; Memory; Temporalities.

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A	110
APÊNDICE B	127

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1-NARRATIVAS EM DISPUTA	15
1.1 A conjuntura jornalística contemporânea e as narrativas ampliadas.....	15
1.2 Narrativas e temporalidades.....	23
1.3 A memória e o jornalismo.....	32
1.4 O jornalismo e as disputas narrativas	44
2- JORNALISMO E TESTEMUNHO.....	54
2.1 A “dupla vida do acontecimento” e os testemunhos midiáticos	54
2.2. O testemunho jornalístico	67
3- AS NARRATIVAS “1968: O ANO QUE NÃO TERMINOU” E “SOBRE LUTAS E LÁGRIMAS” E OS TESTEMUNHOS NA, PELA E ATRAVÉS DA MÍDIA	72
3.1 “Sobre lutas e lágrimas” – o testemunho da barbárie.....	74
3.1.1 A relação entre o narrador e os personagens durante a captação.....	75
3.1.2 A construção da narrativa	83
3.1.3 Processo de compartilhamento que pressupõe o leitor.....	87
3.2 - 1968: o ano que não terminou - narrativas de uma geração	88
3.2.1 relação entre o narrador e os personagens durante a captação	89
3.2.2 Construção da narrativa.....	93
3.2.3 O processo de compartilhamento que pressupõe o leitor	96
3.3 Aproximações e distanciamentos entre as narrativas.....	97
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS.....	105

INTRODUÇÃO

O autoritarismo ainda ronda o cotidiano de nós, brasileiros, embora tenham se passado mais de trinta anos do processo de democratização. Nos últimos anos, vimos notícias de pessoas que saíram às ruas pedindo a volta do regime militar¹, vimos também o então deputado Jair Bolsonaro homenageando um dos torturadores da ditadura, Brilhante Ustra, em plena sessão da Câmara em 2016², bem como um clamor popular que apoiou o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, sem comprovado crime de responsabilidade fiscal. Com a ascensão das redes sociais e com um maior acesso de usuários a elas, passamos a viver em meio a disputas mais acirradas de narrativas, que buscam se afirmarem como verdades.

Nesse cenário de embates de narrativas, os meios jornalísticos em regimes democráticos podem ter uma função³ necessária pelo fato de possibilitarem a aproximação entre a sociedade civil e o Estado. Além disso, conforme explica Ângela Zamin (2011), esses meios também exercem o papel de mediadores nas relações do público com o privado e se constituem como locais de acolhimento e de ocorrência discursiva para os conflitos. De acordo com essa autora, no movimento de adaptação aos contextos endógeno e exógeno de produção, muitos elementos pertencentes a esses contextos acabam sendo excluídos no jornalismo do dia a dia por questões mercadológicas. Esses elementos só costumam aparecer em produções que demandam mais tempo e mais detalhes, como grandes reportagens autorais, disponibilizadas em outros suportes, como livros e blogs.

Pensando no atual contexto político e social do Brasil, nas disputas narrativas e na necessidade do jornalismo como uma instância de manutenção da democracia e de acolhimento das memórias marginalizadas, temos que levar em conta a importância das grandes narrativas, que fogem da pretensa objetividade do jornalismo diário e buscam adentrar nos processos de produção, para mostrar o acontecimento de maneira ampliada, próxima da vivência do público e de modo mais reflexivo sobre os acontecimentos e a realidade dos personagens narrados. Um exemplo disso são os livros jornalísticos, narrativas autorais escritas a partir do esforço do jornalista de criar uma narrativa que amplie a

¹ Pesquisa feita pelo Instituto Paraná, em 2017, 43,1% dos entrevistados se diziam a favor da intervenção militar no Brasil. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/prisma/coluna-do-fraga/43-dos-brasileiros-defendem-a-volta-da-intervencao-militar-diz-pesquisa-02012018>>. Acesso em 18 de julho de 2018.

² Essa informação pode ser consultada no vídeo “Bolsonaro exalta Ustra na votação do impeachment em 2016”, postado no canal oficial do jornal *Estadão*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A&ab_channel=Estad%C3%A3o>. Acesso em 26 de janeiro de 2022.

³ Há autores que não concordam que o jornalismo tem essa função. Contudo, trazemos aqui uma importante discussão de Zamin (2011), que vê no jornalismo potencial para a existência da democracia, o que está em consonância com as ideias que serão desenvolvidas nesta pesquisa.

percepção dos leitores da realidade ali contada, e que podem ser escritos, em geral, com liberdade temática e de abordagem.

Tendo em vista as disputas discursivas pela posse da verdade que vivenciamos hoje intensamente graças aos novos modos de comunicação nas redes, à ascensão do conservadorismo e ao descrédito no jornalismo e nas instituições políticas, consideramos que compreender o processo de produção das narrativas jornalísticas de testemunho e investigar como o jornalismo brasileiro trabalha temas de interesse da sociedade, que estão inseridos nessas disputas, como a violência, são de grande relevância para os estudos em Comunicação. A partir dessas considerações, este trabalho pretende analisar as obras “1968: O ano que não terminou”, do jornalista Zuenir Ventura, lançado em 1988, e “Sobre lutas e lágrimas: uma biografia de 2018, o ano em que o Brasil flertou com o apocalipse”⁴, do jornalista Mário Magalhães, de 2019, e duas entrevistas concedidas por esses autores, em 2021, especificamente para esta pesquisa. O intuito da realização deste trabalho é entender como essas obras trazem os anos de 1968 e de 2018 como acontecimentos, por meio de testemunhos, numa tentativa de reconstituição da memória dessas épocas e de produção de novos significados, considerando o papel do jornalista também como testemunha da história em um cenário de disputas narrativas.

Os dois livros, aqui tomados como objetos, abordam cotidianos de opressão vivenciados pelos brasileiros; “1968: O ano que não terminou” foi escrito por meio de testemunhos de um dos anos mais violentos da ditadura militar brasileira, e “Sobre lutas e lágrimas” traz testemunhos críticos dos acontecimentos políticos e sociais mais marcantes de 2018, pelo ponto de vista de seu autor. Tanto Zuenir Ventura quanto Mário Magalhães trabalham os temas autoritarismo e violência, de modo a construírem novos sentidos para as nossas memórias e experiências sociais.

A narrativa de não ficção “1968: O ano que não terminou” retrata os fatos que marcaram o Brasil e o mundo no ano de 1968 e seus desdobramentos pós-ditadura pela visão de Zuenir, que lança um olhar para o passado vivenciado por ele. O livro é composto por quatro partes. Na primeira parte, Zuenir escreve sobre os costumes e sobre o espírito da geração de 68, que sonhava com a revolução política e com a liberdade de seus corpos. A segunda parte traz a temática da violência e das perseguições do Estado, que assolaram os brasileiros no quarto ano de ditadura e também a exaltação popular daqueles que resistiam. A terceira parte fala sobre os desdobramentos do clima de violência do Brasil em 1968, sobre a

⁴Em razão do título da obra de Mário Magalhães ser muito extenso, utilizaremos, em alguns momentos, apenas “Sobre lutas e lágrimas”.

influência disso na cultura e ainda sobre acontecimentos que precederam o decreto do AI-5, como planos terroristas da direita, da esquerda e também do Estado. A quarta e última parte do livro traz a trama dos militares por trás do decreto do AI-5, as consequências da censura do governo sobre a mídia e as artes e o aumento da repressão nas ruas. O interessante é que, em 2008, Zuenir volta as suas memórias de 1968, em busca de novos sentidos sobre esses acontecimentos, produzindo um novo livro chamado “1968: o que fizemos de nós”.

Mário Magalhães, em “Sobre lutas e lágrimas”, reuniu alguns textos que foram por ele veiculados no site *The Intercept Brasil*, no ano de 2018, e alguns inéditos como o prólogo, o capítulo “Sintomas de Doença” e “Na Copa, Neymar caiu”. Embora seja um livro datado de 2019, o autor não utilizou informações ou desdobramentos que não fossem conhecidos em 2018. “Sobre lutas e lágrimas” traz crônicas, ensaios, reportagens e artigos de opinião sobre diversos acontecimentos que marcaram a política, a cultura e a economia em 2018, como o assassinato da vereadora Marielle Franco, a greve dos caminhoneiros, a prisão do ex-presidente Lula, a ascensão da extrema direita no Brasil, a censura, a violência nas grandes cidades e as eleições presidenciais, entre outros acontecimentos. O título do prólogo lança uma previsão: “O ano que tão cedo não vai terminar”. Nessa parte da obra, o jornalista deixa clara a intenção de relacionar seu livro com o de Zuenir Ventura, pois inicia sua narrativa contando do último réveillon que Marielle e sua esposa, Mônica Benício, passaram juntas, assim como Zuenir inicia sua obra falando do inesquecível réveillon na casa de Luís e Heloísa Buarque de Hollanda, no final de 1967. Mário fala sobre a relação entre as narrativas:

Meio século mais tarde, 2018 está longe de sedimentar suas tramas e seus traumas, o que impede exame retrospectivo isento de incertezas relevantes. Mas se sabe que suas consequências influenciarão decisivamente o país por tempo prolongado. Por isso, tão cedo não vai terminar. Daqui a cinquenta anos, o 2018 brasileiro talvez tenha o peso histórico que hoje conferimos a 1968. (MAGALHÃES, 2019, p. 15)

Em outros momentos, é possível compreendermos essa relação por meio dos temas tratados, como a violência e a censura, que mostram que esses fatos parecem ocorrer em ciclos. Zuenir Ventura narra em seu livro a grande comoção social que a morte do estudante Edson Luís Lima Souto, morto pela PM no Rio de Janeiro em 1968, causou em muita gente. Esse autor narra também os desdobramentos que esse episódio teve no campo social, de indignação e de grandes protestos em todo o Brasil. Mário Magalhães retoma esse acontecimento em seu livro, em um capítulo intitulado como provocação: “Há cinquenta anos, mataram um estudante. E se fosse hoje?”. Esse autor retoma o acontecido com o estudante Edson Luís Lima Souto, que segundo ele, incendiou o Brasil, gerando muitas mobilizações,

em 1968. O jornalista questiona, de um modo crítico, como seria se esse assassinato tivesse ocorrido no Brasil de 2018, em que a comoção e a mobilização pública parecem ter desaparecido. Assim, podemos perceber que, além do caráter testemunhal, existe também um diálogo entre as duas referidas obras, o que torna de suma importância a discussão de como elas se situam temporalmente uma em relação a outra. Portanto, nosso problema de pesquisa pode ser delimitado por meio das duas perguntas a seguir: de que maneira os testemunhos jornalísticos, oferecidos pelo jornalista Zuenir Ventura, em “1968: O ano que não terminou” e por Mário Magalhães, em “Sobre lutas e lágrimas”, proporcionam aos anos de 1968 e de 2018 uma segunda vida, tornando-os objetos simbólicos, numa tentativa de reconstituição da memória dessas épocas e de produção de novos significados na sociedade, em um contexto de disputas narrativas? De que maneira o testemunho midiático pode contribuir para a ampliação do fazer jornalístico e das vozes marginalizadas no cenário social contemporâneo?

Os capítulos desta pesquisa estão organizados em quatro partes da seguinte maneira: no primeiro capítulo, “Narrativas em disputa”, discutiremos sobre a concepção de jornalismo na contemporaneidade, sobre as narrativas ampliadas, a relação entre as narrativas e as temporalidades, sobre a memória e o jornalismo e sobre o jornalismo no contexto de disputas narrativas. No segundo capítulo, “Jornalismo e testemunho”, discutiremos a respeito da “dupla vida do acontecimento” (QUÉRÉ, 2012), dos “testemunhos da mídia” (FROSH; PINCHEVSKI, 2009) e dos testemunhos jornalísticos. O terceiro capítulo, “As narrativas “1968: O ano que não terminou” e “Sobre lutas e lágrimas” e os testemunhos *na, pela e através* da mídia”, trará a aplicação metodológica, que será a realização da análise da narrativa e análise das entrevistas. Os procedimentos metodológicos adotados serão bem detalhados no capítulo três. As considerações finais trarão os resultados obtidos a partir das discussões e da aplicação metodológica.

A partir do que foi dito até aqui, consideramos que compreender o processo de produção e as nuances do caráter testemunhal das narrativas escolhidas como objetos de estudo será de grande importância para pensarmos na prática jornalística, tendo em vista a relevância de compreender as relações dos sujeitos nos processos midiáticos, os jogos de poder que determinam o que deve ser verdade para o jornalismo e o atual contexto de disputas narrativas.

1-NARRATIVAS EM DISPUTA

1.1 A conjuntura jornalística contemporânea e as narrativas ampliadas

Sabemos que estudar as narrativas contemporâneas envolve elementarmente compreender a complexidade dos processos midiáticos nas experiências dos indivíduos e os significados que essas narrativas engendram no mundo. As mídias aparecem em nosso cotidiano como uma instância essencial para as relações que estabelecemos na contemporaneidade. Ela é, segundo Silverstone (1999), “parte da textura geral da experiência” (p.14). Fornece uma estrutura para a experiência ao mesmo tempo em que é transformada por ela. Assim, conforme afirma esse autor, a importância da mídia ocorre pela dependência que estabelecemos com ela, nos quesitos de segurança, entretenimento, conforto, informação e principalmente em relação à maneira como vivemos nossas experiências.

É impossível escapar à presença, à representação da mídia. Passamos a depender da mídia, tanto impressa, como eletrônica, para fins de entretenimento e informação, de conforto e segurança, para ver algum sentido nas continuidades da experiência e também, de quando em quando, as intensidades da experiência. (SILVERSTONE, 1999, p. 12)

As mídias atuam sobre o cotidiano dos indivíduos. De acordo com Silverstone (1999), elas recorrem à compreensão de mundo das pessoas para oferecer novos sentidos, a produzem e a reproduzem, podendo até, muitas vezes, interpretá-la de diversas maneiras, como no caso de veículos de informação que tentam impor novos valores acima de determinadas culturas. Logo, o ponto de partida para compreendermos o papel que a mídia exerce na experiência, no que se refere à produção de sentidos, é o cotidiano. A mídia adquire importância no processo de reflexão dos sujeitos em sociedade, ao se relacionar diretamente com o “como” nós nos conectamos uns com os outros e diferenciamos nossas vidas.

Silverstone (1999) defende que, para entendermos a mídia, devemos considerá-la como um processo contínuo em diferentes níveis, que abrange o espaço real ou virtual. Também é preciso entendermos que ela se dá por meio de processos políticos e econômicos, visto que nossa vida cotidiana é, o tempo todo, tomada por significados oferecidos por instituições cada vez mais globais e que costumeiramente invadem e constroem culturas locais, conforme explica esse autor. O poder que essas instituições possuem é, portanto, um traço característico da cultura midiática contemporânea.

Para discutirmos a respeito do papel que a mídia exerce em nossa vida cotidiana, precisamos entender que vivemos em um mundo baseado na experiência, “em nossa compreensão dessa experiência e em nossa tentativa de representá-la (ou distorcê-la), já é - num sentido poderoso, performativo - mediado” (SILVERSTONE, 1999, p. 134). Nossas identidades e mesmo nossas vidas dependem dos atos performáticos do dia a dia, isto é, das ações, visto que vivemos em uma sociedade representacional, na qual “a aparência é realidade” (SILVERSTONE, 1999, p. 132). O autor explica que, diante desse pensamento, o social se caracteriza como uma rede de significados, que se sustenta conforme esses significados “sejam mantidos em comum, repetidos, partilhados, comunicados e, claro, impostos” (2002, p. 134), e que a experiência é, portanto, construída por essas redes de significados. Ela depende da participação dos indivíduos nos atos performativos, de maneira espontânea ou não. A ação tem, nessa perspectiva, o caráter mediador.

Ainda de acordo Silverstone (2002), a modernidade proporcionou que a vida e os assuntos privados se tornassem cada vez mais públicos, bem como a possibilidade de os sujeitos construírem muitas identidades para diferentes públicos e em diferentes cenários. A mídia foi de extrema importância para que essas mudanças acontecessem. Podemos pensá-la como um espaço de construção, de apresentação e de afirmação de discursos que atuam nas culturas das pessoas. Nesse contexto midiático, pensaremos especificamente aqui nas narrativas jornalísticas como espaço de construção de inúmeros discursos que agem sobre os indivíduos.

Conforme já comentado na Introdução, devemos destacar a importância da existência dos meios jornalísticos em regimes democráticos, pelo fato de eles possibilitarem a aproximação entre a sociedade civil e o Estado e mediar as relações do público com o privado, segundo explica Ângela Zamin (2011).

longe de somente registrá-lo, o jornalismo atribui um determinado relevo às ocorrências no mundo, a partir de práticas orientadas pelos contextos endógeno – a organização de trabalho; as regras anônimas que disciplinam historicamente o jornalismo; a comunidade jornalística – e exógeno – um conjunto variável de outras instituições e seus interesses; a audiência. (ZAMIN, 2011, p. 390)

De acordo com essa autora, “os conflitos ocupam uma posição central na luta pela posse do presente. O jornalismo constitui-se não apenas como lugar de acolhimento destes conflitos, mas como o espaço onde os mesmos têm ocorrência discursiva” (p. 390).

Erik Neveu (2010) afirma que o jornalismo reivindica para si um tipo especial de autoridade, os profissionais da área jornalística compartilham princípios éticos como o

compromisso de não contar mentiras, de verificação e de respeito para com os fatos. Contudo, com a ascensão das redes sociais, os usuários obtiveram mais espaço para produzirem conteúdos de forma amadora e com um grande alcance de espectadores. Passamos a viver em meio a questionamentos públicos, pautados por interesses político-econômicos sobre o que jornalismo noticia e por disputas mais acirradas de narrativas que buscam se afirmarem como verdades. As diferentes ideologias políticas e os interesses mercadológicos dos grandes veículos de comunicação também intensificaram a crise da informação. Nessa conjuntura, surgiram discursos negacionistas que se opõem, por exemplo, a fatos e a dados cientificamente comprovados e tentam colocar em xeque até mesmo narrativas de testemunhas. O jornalismo⁵ se deparou com críticas e com falta de credibilidade por parte de uma parcela de espectadores que, de forma ingênua ou mal-intencionada, refutam as narrativas jornalísticas e a memória.

Nessa discussão sobre a crise das narrativas jornalísticas, devemos considerar também as novas configurações da profissão que proporcionaram mudanças drásticas no modo de atuação dos jornalistas. Neveu (2010) explica que, graças a tendências contemporâneas, o jornalismo acabou conseqüentemente redefinindo sua prática e lançando-se em novos desafios. Esse autor chama a atenção para o fato de que o jornalismo, conhecido como cultura profissional e por suas habilidades próprias, vem correndo o risco de se transformar em algo nebuloso, operado pelos chamados “funcionários da informação”. Neveu expõe como primeira tendência, que influenciou decisivamente a reconfiguração do jornalismo, a combinação da pressão exercida pelas fontes sobre os jornalistas com suprimentos já prontos de notícias, que não necessitavam de muito trabalho para que fossem publicados. A segunda tendência apontada por ele é a mudança estrutural dos veículos midiáticos, entre os anos de 1945 a 1975, que passaram das mãos de pequenas famílias para grandes corporações, o que gerou uma enorme pressão sobre os jornalistas, em nome de maior rentabilidade, e acabou transformando as condições de trabalho desse profissional, diminuindo, por exemplo, o tamanho das redações. Essa tendência causou também a redefinição dos valores das notícias, limitando o espírito crítico das narrativas, baseando-se nos interesses de anunciantes. A terceira e última tendência ocorreu recentemente em consequência das mudanças de suprimentos de informação, da velocidade de cobertura proporcionada pelo avanço

⁵ É importante esclarecermos que o jornalismo brasileiro contemporâneo de antes da explosão das fake news não se caracterizava como totalmente de acordo com os moldes éticos sugeridos para seu campo profissional. Isso pode ser afirmado com base, por exemplo, no fato de grandes veículos de mídia terem ignorado por muitos anos (e muitos ainda ignoram) as pautas identitárias, que são importantes para a melhoria das políticas públicas em um país tão desigual como o Brasil.

tecnológico, da crise no jornalismo impresso e pela instituição do jornalismo na internet, o que gerou o fenômeno da “convergência midiática”. Esse fenômeno é explicado por Jenkins (2009) como a forma como os conteúdos apresentados na mídia são disponibilizados em diferentes suportes, a maneira como os meios de comunicação se relacionam nesse processo e também o modo como o público consome esses conteúdos com maior autonomia de escolha.

O processo de convergência midiática transformou completamente o modelo de trabalho, pois agora “Os jornalistas não trabalham mais para um jornal ou para um tipo específico de mídia; eles alimentam toda mídia e todos os canais dos seus empregadores com notícias” (NEVEU, 2010, p. 38). Além disso, Ruellan e Thierry (1998 apud Neveu, 2010. p. 39) apontam que o efeito que mais se destaca sobre a produção do jornalismo on-line é o fato de não ficar claro quais são os limites entre conteúdo amador e conteúdo profissional, e também entre notícias originais e notícias recicladas de outros veículos. A regra de verificação dos fatos não é sempre seguida pelos jornalistas. É comum vermos que muitos sites apenas copiam o trabalho feito por outros. Neveu (2010) afirma que a internet tem um efeito controverso no âmbito do jornalismo, visto que há muita informação disponível para o público como nunca antes na história, no entanto, a produção de notícias também nunca esteve tão enfraquecida graças às atuais circunstâncias que envolvem o financiamento das empresas de mídia.

Neveu (2010) defende que, a partir dessa nova conjuntura, o jornalismo passou a ter sua identidade profissional ameaçada e reconfigurada. Tornou-se corriqueiro vermos jornalistas se submetendo às novas condições por medo de perderem seus empregos, mesmo que elas contradigam seus princípios éticos e a própria dignidade profissional. Presenciamos o fato de que muitas empresas contratam jornalistas *freelancers* porque é um modo empregatício mais rentável para os patrões, o que precariza as condições de trabalho, bem como o produto oferecido. Além disso, Neveu aponta como tendência para o futuro do jornalismo de convergência a queda do número de jornalistas especializados, o que pode ser um prenúncio da diminuição da qualidade da informação. Esse autor explica que a evolução do jornalismo para os “funcionários da informação” sugere que estes ficam mais próximos do polo de trabalho e mais distantes dos locais de apuração. Outra questão importante levantada por ele é o fato de a reciclagem de notícias tornar as narrativas cada vez mais limitadas, desabilitando o discurso crítico e a afetação produzida por grandes reportagens, por exemplo.

Deuze e Witschge (2016) sinalizam quatro tendências que mudaram a concepção de jornalismo na contemporaneidade: “reorganização dos ambientes de trabalho; a fragmentação das redações; a emergência de uma sociedade “redacional”, e a ubiquidade das tecnologias

midiáticas” (p. 9). Os autores explicam que essas quatro tendências apontam para um jornalismo mais individual e para uma necessidade de pensarmos numa nova conceituação para o campo. O ideal de empreendedorismo no contexto dos jornalistas *freelancers*, por exemplo, tem se mostrado como um fator que retira a identidade profissional desses sujeitos, porque, por mais que dê liberdades contratuais, esse modelo compactua com a precarização das condições de trabalho. O fator sociedade “redacional” indica que, na era digital, as pessoas praticam atos de jornalismo, de alguma forma, o que também aponta para uma diferente maneira de ver o jornalismo e de conceituá-lo na era contemporânea. Deuze e Witschge (2015) afirmam que, no atual cenário de redações precarizadas que não oferecem segurança e impõem o ideal da agilidade, os jornalistas precisam exercer suas atividades para um além do jornalismo. Isso significa que há a exigência de que esses profissionais sejam muito mais engajados do que em qualquer outra profissão, mas sem poder contar com a maior parte das seguranças e benefícios que os trabalhadores, de modo geral, procuram.

Normalmente, toda profissão pede certo tipo de compromisso, mas os jornalistas da era digital têm que estar comprometidos para além disso, posto que o seu trabalho é inseguro o seu salário é limitado, a confiança da audiência é precária e o seu tempo se estende para além dos limites de um prazo de impressão ou de um horário de transmissão. (DEUZE E WITSCHGE, 2015, p. 22)

Contudo, esses autores chamam atenção para o fato de que as redações tradicionais não devem ser o único parâmetro de análise para entendermos o que o jornalismo está se tornando. Essas instituições, que, no século XX, foram formas dominantes de emprego, hoje encontram-se abaladas devido às novas organizações de trabalho, à influência tecnológica e às estratégias adotadas para a apuração e produção de notícias. Pesquisas anteriores, que tomavam as redações como centro do trabalho jornalístico, acabaram por excluir outros espaços e indivíduos à margem dessa realidade profissional, o que influenciou e limitou o entendimento da concepção de jornalismo: “As formas dominantes a partir das quais o jornalismo é visto servem para privilegiar determinados tipos de jornalismo em detrimento de outros” (ZELIZER, 2013, p. 469, apud DEUZE E WITSCHGE, 2015, p. 7).

Roseli Fígaro (2018) explica que a crise do modelo tradicional de empresa jornalística aliada à destruição dos postos de trabalho e à reestruturação dos processos produtivos desestabilizaram o futuro da profissão do jornalista e mesmo do jornalismo como era antes. Segundo ela, muitos profissionais do jornalismo estão se estabelecendo para criar coletivos, pequenas empresas, entre outras formas de organização, com o objetivo de sobreviverem no mercado e de se sentirem realizados profissionalmente, da forma como as grandes empresas de mídia não podem lhes proporcionar. A autora nomeou esse fenômeno de “arranjos de

trabalho de jornalistas”. Em sua pesquisa realizada com 70 arranjos de trabalho identificados na Grande São Paulo, Fígaro buscou analisar as relações de comunicação dos profissionais do jornalismo e também as condições de produção de trabalho deles em arranjos econômicos. A pesquisa teve como objetivos específicos “a viabilidade das formas de sustentação desses ‘arranjos econômicos alternativos’ bem como discutir o que se entende por ‘alternativo/independente’ no âmbito do fazer jornalístico” (FÍGARO, 2018, p. 21).

Dos 70 arranjos pesquisados, em 34 deles atuam profissionais que se dedicam a outras formas de prestação de serviço para sobreviverem, como palestras, assessorias, produção de livros, entre outros. Há diversidade de fontes financiadoras das organizações pesquisadas, como financiamentos próprios, trabalhos voluntários e até publicidades. A pesquisa não obteve informações explícitas sobre quem são esses financiadores em muitos desses arranjos. Na sua primeira etapa, constatou-se que há um número significativo de mulheres fundadoras e dirigentes desses arranjos, sendo que a maioria possui diploma de jornalista. A maior parte dos arranjos se declara sem vínculo com movimentos sociais e partidos políticos.

Fígaro (2018) afirma que a falta de emprego nas mídias tradicionais, bem como a falta de manutenção dos vínculos frágeis no mercado de trabalho do jornalista trazem consequências para esses profissionais. O trabalho de *freelancer* é por ela apontado como uma maneira de os jornalistas sobreviverem individualmente, e os arranjos, como mídias alternativas, são maneiras de os profissionais encontrarem espaço no mercado, com um regime produtivo mais próximo do ideal para o jornalismo ou para a comunicação. A autora explica que alguns componentes de alguns arranjos, como o coletivo “Nós, mulheres da Periferia”, possuem um emprego em horário comercial e mantêm vínculo jornalístico alternativo para atuarem sobre os assuntos que são de preocupação social. Nesse coletivo, o trabalho é feito em horários de intervalo do outro emprego e até mesmo de madrugada. Desse modo, as pautas “quentes” do dia a dia não podem ser apuradas.

Em alguns arranjos, o vínculo trabalhista não é formalizado, o que torna o trabalhador um “*freela* fixo”. Essa é uma forma que alguns profissionais encontram para trabalhar com algo com que se identifiquem, mesmo que de maneira precarizada. A autora conclui que os meios de produção abordados, considerados formas instáveis e desterritorializadas de organização, que possuem poucos recursos, fazem com que o jornalismo feito por eles transforme o conceito de periodicidade, visto que esta pode se alargar ou se comprimir de acordo com as urgências dos acontecimentos. Os arranjos jornalísticos se colocam como diferentes pontos de vista em relação às grandes empresas de mídia, considerando o contexto brasileiro de condições de produção materiais e políticas. Dessa forma, temas como o

feminismo e política “são do ponto de vista editorial, tratados de maneira progressista, humanista e de viés que transita do democrático ao popular” (FÍGARO, 2018, p. 126-127). Quanto à questão da precarização, a autora conclui que tentar criar novas formas de sustentação para o trabalho do jornalista é o principal desafio dos novos arranjos, visto que esse profissional encontra-se dividido e em sofrimento, porque deseja realizar-se por meio do jornalismo, ao mesmo tempo em que é impedido de se dedicar integralmente a ele por uma questão de sobrevivência financeira.

Diante das novas circunstâncias sob as quais o jornalismo hoje vem sendo exercido e de suas consequências, das disputas narrativas e também pensando na necessidade desse campo como uma instância que pode atuar na manutenção da democracia e no atual contexto político e social do Brasil, precisamos levar em conta a importância das grandes narrativas, que fogem de alguns problemas do jornalismo diário, como baixa profundidade narrativa dos fatos e pouca apuração, e buscam adentrar nos processos de produção para mostrar o acontecimento de forma mais humanizada, refletida e mais próxima da realidade do público.

Embora as grandes narrativas tenham muito potencial informativo e de afetação, as narrativas precisas do dia a dia possuem ainda seu lugar de prestígio na mídia. Estas têm função diferente das narrativas de fôlego: trazem as informações de forma objetiva, muitas vezes efêmeras e não tendo a obrigação de criar um discurso que demonstre abertamente o posicionamento daquele corpo humano autor diante da experiência narrada, e, portanto, não se engajando para gerar empatia, afetividades, nem reconhecer as identidades e ampliar as vozes dos atores envolvidos. Esse tipo de mensagem, que é feita sob uma estrutura simplificada para atender um público disperso e heterogêneo, é conhecida como jornalismo informativo, conforme explica Edvaldo Pereira Lima (2009). O autor afirma que essas narrativas possuem a função de “informar e orientar de maneira rápida, clara, precisa, exata, objetiva. Em virtude disso, essa prática é muitas vezes criticada como superficial, incompleta” (p. 17). Em contrapartida, os livros e as grandes narrativas surgem como opções de escrita jornalística estendida, isto é, “estende a função informativa e orientativa do jornalismo impresso do cotidiano uma vez que cobre vazios deixados pela imprensa, e amplia, para o leitor, a compreensão da realidade.” (LIMA, 2009, p. 61). Um exemplo disso são os livros-reportagem, que convergem o jornalismo e a literatura, formando narrativas de não ficção ou narrativas do real. De acordo com Edvaldo Pereira Lima (2009),

O livro-reportagem cumpre um relevante papel, preenchendo vazios deixados pelo jornal, pela revista, pelas emissoras de rádio, pelos noticiários da televisão, até mesmo pela *internet* quando utilizada jornalisticamente nos mesmos moldes das

normas vigentes na prática impressa convencional. Mais do que isso, avança para o aprofundamento do conhecimento do nosso tempo, eliminando, parcialmente que seja, o aspecto efêmero da mensagem da atualidade praticada pelos canais cotidianos da informação jornalística. (p. 4, grifo do autor)

No mercado editorial brasileiro contemporâneo, há inúmeros exemplos de grandes narrativas jornalísticas bem reconhecidas pelo público como “Olga”, do jornalista Fernando Morais, “Holocausto Brasileiro”, de Daniela Arbex, “Rota 66 – A história da polícia que mata”, de Caco Barcellos, entre outras produções. Outros dois exemplos de grandes narrativas jornalísticas são os livros “1968: O ano que não terminou”, de Zuenir Ventura, e “Sobre lutas e lágrimas: uma biografia de 2018, o ano em que o Brasil flertou com o apocalipse”, de Mário Magalhães, que são os objetos desta pesquisa. No caso do livro do Mário Magalhães, não consideramos que ele representa estritamente um livro-reportagem, pelo fato de trabalhar diversos gêneros jornalísticos. Nesse sentido, achamos mais adequado o uso da terminologia “livros jornalísticos”, visto que amplia a noção narrativa realizada pelo repórter.

“1968: O ano que não terminou” e “Sobre lutas e lágrimas” abordam o autoritarismo político no Brasil ora no período ditatorial, ora no ano de 2018, de modo a construírem novos sentidos para a nossa memória e experiência social. Entender como se deu o processo de construção dessas narrativas de teor testemunhal, bem como a atuação dos autores como sujeitos participantes dos acontecimentos narrados e a maneira como outros sujeitos e os temas são abordados, a fim de compreender os novos sentidos, é de grande relevância para os estudos em Comunicação e também para os estudos sobre memória e temporalidades, visto que, dentro das disputas de narrativas, essas duas obras colocam em xeque discursos que negam a ocorrência do autoritarismo e da opressão no Brasil do regime militar de 1964 a 1985 e no Brasil de hoje.

A partir do que foi exposto até aqui sobre o papel das mídias na experiência dos indivíduos e sobre as narrativas jornalísticas como espaço de construção de inúmeros discursos que agem sobre nós, podemos concluir que existe uma grande dificuldade para definir os limites da prática jornalística contemporânea, visto que essa profissão é, de acordo com Deuze e Witschge (2015), feita e refeita por jornalistas atuantes, que concebem o jornalismo com base em suas construções discursivas e na prática do dia a dia. Temos ainda que levar em conta as circunstâncias complexas da área que está em constante processo para se estabelecer diante dos novos contextos econômicos e tecnológicos. Concluímos também que o jornalismo feito longe dos locais de apuração ou de forma amadora e a precarização da profissão abrem espaço para que as narrativas sejam cada vez mais insuficientes e com menor senso crítico. Isso dá oportunidade para o surgimento das *fake news*, principalmente em uma

época como esta, considerada por alguns estudiosos como “pós-verdade”, na qual as crenças pessoais parecem influenciar mais a opinião de alguns grupos de pessoas do que fatos apurados e até mesmo do que a ciência, conforme veremos, de maneira mais detida, no quarto tópico deste capítulo. Consequentemente, essa realidade colabora para o enfraquecimento da democracia, o que cria uma crise na experiência social, como vimos, por exemplo, nas eleições presidenciais do Brasil, em 2018, que tiveram forte influência de disparos de notícias falsas via *WhatsApp*. Deuze e Witschge (2016) chamam a atenção para o fato de que o jornalismo ocorre em uma “sociedade líquido-moderna” - conforme foi conceituada por Bauman - e, ao mesmo tempo, ajuda a construir essa realidade. A sociedade líquido-moderna é marcada cotidianamente pela “incerteza, fluxo, mudança, conflito e revolução” (DEUZE e WITSCHGE, 2016, p. 12). Sabemos que o trabalho do jornalista é geralmente temporário, diferentemente da rotina tradicional de trabalho. Essa característica atípica do trabalho do jornalista “alimenta diretamente a experiência vivida da modernidade líquida em termos de condição estrutural de temporalidade” (DEUZE e WITSCHGE, 2016, p. 12). Assim, compreender o jornalismo na era contemporânea parece ser uma tarefa árdua, devido ao seu caráter fluído e multifacetado. Essa situação nos mostra que é preciso repensar o exercício dos jornalistas diante de todas as dificuldades impostas, principalmente a da perda do papel de autoridade desse profissional no cenário de disputas de narrativas. Diante desse contexto, é necessário apreendermos as novas formas de se fazer jornalismo como as grandes narrativas, que possibilitam ampliar a experiência do público diante da realidade, ao trabalhar com atores sociais que, muitas vezes, estão à margem das mídias tradicionais, e também com variedades de fontes.

1.2 Narrativas e temporalidades

Para compreendermos como as narrativas jornalísticas se relacionam com a experiência humana e com a memória coletiva, é necessário entendermos a relação entre o tempo, a memória e a escrita, e também problematizar como a escrita é afetada por esses dois outros elementos. Pensar sobre o tempo é uma tarefa que interessa a diferentes áreas do conhecimento e elas trazem relevantes contribuições para a Comunicação, como as reflexões propostas pelos historiadores. Sob uma perspectiva histórica, José D’Assunção Barros (2013) afirma que a consciência do tempo está presente nos historiadores desde o início de seus estudos. Segundo o autor, para os historiadores o tempo é sempre humano. Compreendemos

isso devido à crença desses profissionais de que todas as transformações humanas e seus desdobramentos estão inscritos no tempo. Barros explica que é preciso refletir de modo problematizado sobre essas transformações, visto que o tempo histórico é construído por meio desse exercício de pensamento: “O que de fato interessa a um historiador é a passagem do homem sobre a Terra, o que inclui tudo aquilo que, tocado pelo homem, transformou-se, e também aquilo que, vindo de fora, transformou a vida humana” (BARROS, 2013, p. 20).

Barros estabelece que o tempo para os historiadores pode ter uma duração diferente conforme as sensibilidades humanas que ele afeta, assim como também acontece com o tempo dos sujeitos, tomados individualmente: o tempo pode se alongar ou se contrair. Isso acontece também nas narrativas dos historiadores: “Isso ocorre obviamente porque o historiador é também um escritor, que deverá construir um tempo narrativo para discorrer sob fatos e aspectos que pertencem ao tempo vivido” (BARROS, 2013, p. 23). Esse autor afirma que no tempo há a dimensão da narrativa. O historiador lida com um tempo vivido, adquirido por meio das fontes, e que encontra movimentação por meio de um trabalho de pesquisa, o qual originará, como produto, um tempo narrativo construído por meio de liberdade de manuseio temporal do historiador-autor:

Esse tempo narrativo (um tempo que também é o da análise historiográfica) é ainda mais claramente uma construção do historiador. Ele pode ser percorrido em múltiplos sentidos; pode-se ir e vir de um ponto a outro, de trás para a frente, de frente para trás; pode-se saltar livremente de um ponto a outro, ou pode-se estabelecer uma relação comparativa entre dois momentos da narrativa. Pode-se acelerar o tempo, retardá-lo, suspendê-lo. (BARROS, 2013, p. 29)

Essa dinâmica da construção narrativa do historiador nos remete ao trabalho de procura do jornalista por testemunhas de um fato ocorrido, que se encontra em um tempo já vivido da movimentação dos fatos por meio da atividade de organização e de apuração, e da produção final, que é o texto narrativo feito no tempo presente, lançando um olhar para o passado e que, potencialmente, assumirá novos significados e outras temporalidades por meio do exercício de leitura e de reverberação do público.

Ao falarmos sobre o tempo na perspectiva histórica, é importante considerarmos o pensamento de Koselleck (2006), que coloca em dúvida a existência de um tempo histórico singular, distinto de um tempo natural e mensurável. Ele afirma que, caso o conceito de tempo histórico tenha realmente um sentido próprio, ele “está associado à ação social e política, a homens concretos que agem e sofrem consequências de ações, a suas instituições e organizações” (p.14). Para ele, todos os homens e instituições detêm um ritmo temporal e

formas de ação e consecução próprios. Koselleck acredita na existência de muitos tempos históricos, sobrepostos uns aos outros.

Koselleck apresenta a hipótese de que o processo de distinção entre passado e futuro, ou experiência e expectativa, “constituem algo como um ‘tempo histórico’” (2006, p. 16). Segundo ele, a relação entre o passado e o futuro alterou-se com as mudanças das gerações. Esse autor lança o pensamento de que passado e futuro nunca se coincidem, “assim como uma expectativa jamais pode ser deduzida totalmente da experiência” (2006, p. 310). Isso porque uma experiência, quando feita, está completa, uma vez que suas causas são passadas. Contudo, uma experiência futura, se antecipada como expectativa, “se decompõe em uma infinidade de momentos temporais” (KOSELLECK, 2006, p. 310). Esse pensamento será de grande importância para a análise que pretendemos fazer neste trabalho sobre a relação temporal que podemos estabelecer entre as obras “1968: O ano que não terminou” e “Sobre lutas e lágrimas”.

Para pensarmos mais profundamente como as narrativas se situam temporalmente, é interessante trazermos a perspectiva filosófica de Paul Ricoeur (1994), que versa sobre essa questão na trilogia “Tempo e Narrativa”. De acordo com a visão desse autor, podemos entender que as narrativas são inscritas em uma dimensão temporal própria do ser humano. Segundo ele, o tempo é configurado. Ricoeur utiliza os estudos de Santo Agostinho sobre narrativa histórica e os de Aristóteles sobre intriga da narrativa para construir sua compreensão da relação entre a atividade de narrar e o caráter temporal da experiência humana. Diante disso, podemos trabalhar a questão do tempo na narrativa a partir do conceito de temporalidade, considerando a proposta de Ricoeur de que a tessitura da intriga e o tempo são centrais nas narrativas. Para o autor, o tempo é narrativo: “o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal” (RICOEUR, 1994, p. 85). Dentre todas as dificuldades teóricas para compreender filosoficamente o que é tempo, expostas por Santo Agostinho em Ricoeur (1994) – temos a aporia da medida temporal inscrita na aporia fundamental do ser e do não ser do tempo - esse elemento passa, portanto, a fazer sentido quando considerado como parte da memória humana, isto é, somos seres temporais.

O tempo, como parte da memória humana, atua no passado, no presente e no futuro, de modo a configurar a experiência por meio da ressignificação do passado, da consciência do presente e na possibilidade de lançarmos projeções para o futuro. Ricoeur explica que essa dinâmica ocorre no ato de narrar. Contudo, para esse autor, o tempo da narrativa não é

necessariamente o mesmo do acontecimento, pois o ato de produzir uma narrativa permite que o narrador utilize estratégias de escrita que possibilitam alongar um acontecimento, bem como comprimir outro, o que acaba dialogando com o pensamento de Barros (2013) sobre as possibilidades de escrita do historiador que também pode construir suas narrativas em múltiplos sentidos temporais, alongando, comprimindo, indo de um ponto a outro, de trás para frente. Já o jornalista enfrenta mais dificuldades para esse tipo de manejo temporal, devido ao relato urgente do presente, entretanto, nos livros jornalísticos, esse tipo de narrativa acaba sendo possível por conta da ampliação da temporalidade.

A tessitura da intriga está intrinsecamente relacionada à ação ou à mediação entre o humano e o mundo que existe externo a ele. A narrativa, para Paul Ricoeur, funciona como uma instância de atualização de um fato ou um registro dele, tornando-o parte da memória. Nesse processo, interessa a esse autor entender a intriga, por meio do conceito aristotélico de mimeses, visto que Aristóteles compreende a intriga como representação da ação. Logo, Ricoeur aciona a relação entre “representação da ação” e “imitação”, que é relativo ao conceito de mimeses ou mediação.

O que retenho, para a sequência do meu trabalho, é a quase identificação entre as duas expressões: imitação ou representação da ação e agenciamento dos fatos. A segunda expressão é, como se disse, o definidor que Aristóteles substitui ao definido *muthos*, intriga. Essa quase identificação é assegurada por uma primeira hierarquização entre as seis partes, que dá a prioridade ao “que” (objeto) da representação - intriga, caracteres, pensamento, - em relação ao “por que” (meio) - a expressão e o canto -, e ao “como” (modo) - O espetáculo; depois, por uma segunda hierarquização no interior do “que”, que coloca a ação acima dos caracteres e do pensamento (“é que se trata antes de mais nada de uma representação da ação (mimese praxeôs) e, somente por isso, de homens que agem”, 50 b 3)⁶. No final dessa dupla hierarquização, a ação aparece como a “parte principal”, o “fim visado”, o “princípio” e, se se pode dizer, a “alma” da tragédia. Essa quase identificação é assegurada pela fórmula: “É a intriga que é a representação da ação” (50 a 1)⁷ (RICOEUR, 1994, p. 59)

A mimeses de Ricoeur não possui o mesmo sentido atribuído pelo filósofo Platão, que também direcionou alguns de seus estudos para a questão da imitação artística. Ricoeur se identifica com o ideal de mimeses de Aristóteles, que assume o sentido de possibilidade de criação da experiência temporal, e não necessariamente o sentido de imitação como forma de produção superficial no mundo inteligível daquilo que está inicialmente no mundo das ideias, conforme concebido por Platão.

⁶ Aristóteles. *Poética*. (sem data)

⁷ *Ibidem*.

Para Ricoeur (1994), a composição da intriga não pode ser definida apenas pelo triunfo da ordem, pois o tempo da narrativa não pode ser determinado como totalmente ordenado, nem o tempo da experiência como completamente desordenado. Embora a tessitura da intriga se caracterize primeiramente pelo agenciamento dos fatos, ou pela síntese de diferentes elementos em uma dimensão temporal em busca de uma totalidade coerente e universal, a intriga propicia o grau poético ao texto por meio do “como se”. Ricoeur considera que o texto literário detém o que ele chama de “mimese praxêos”, ou a representação poética das ações expressas pelas experiências. A experiência humana pode ser mediada por elementos simbólicos do cotidiano, como a narrativa, conforme explica o autor. Essa experiência, inscrita em uma linguagem subjetiva, pode ocorrer por meio da exploração dos sentidos, das figuras de linguagem, da ênfase na expressão do eu-lírico, dentre outros.

Embora a discussão teórica de Ricoeur nos três volumes de “Tempo e Narrativa” seja voltada para a narrativa histórica e para a narrativa de ficção, é possível encontrarmos nesses estudos um campo propício para entendermos as relações de temporalidade existentes nas narrativas jornalísticas. Esse autor considera que a narrativa é configurada por meio de três operações miméticas, que permitem a interação entre os humanos e o mundo que existe pré-narrativa. Ricoeur chama essas três operações de mimese I, mimese II e mimese III. Através desse esquema, ele pretende demonstrar o papel mediador da tessitura da intriga no processo mimético. A mimese I corresponde ao que existe na sociedade em um mundo pré-figurado. Para configurar esse mundo, precisaremos da operação mimese II. A mimese II tem a função mediadora. É o ato de narrar que, segundo o autor, configura os fatos e os torna identificáveis. Nesse processo, a intriga transforma os fatos em uma história. Já a mimese III é o ato de refiguração, realizada pelo leitor, corresponde à passagem da mimese I e mimese II, isto é, quando o texto se encontra com as referências do mundo.

Paul Ricoeur fala também que essa passagem é circular, no entanto, não é viciosa. Ele explica sobre esse processo como um “espiral sem fim, que faz a mediação passar muitas vezes pelo mesmo ponto, mas numa atitude diferente” (RICOEUR, 1994, p. 112). Embora haja uma suspeita de que essa circularidade mimética seja viciosa, o autor afirma que esse processo em espiral da mediação não se dá de modo vicioso, porque as narrativas podem até tratar de acontecimentos próximos, ou de referências comuns, mas nunca iguais.

Nesta pesquisa ainda discutiremos mais a respeito do caráter mediador acionado por Ricoeur para compreender a relação entre o narrar e o tempo da experiência humana aplicado à narrativa jornalística, que é o que nos interessa aqui. Contudo, é preciso discutirmos primeiramente sobre narrativas jornalísticas e como elas se situam no cotidiano.

Bruno Souza Leal (2013) define a narrativa como uma maneira de organizar o mundo e as experiências: “Narrar é estabelecer um modo de compreensão do mundo, de configurar experiências e realidades, de comunicar-se com o outro” (LEAL, 2013, p. 28). De acordo com esse autor, a narrativa não é uma simples modalidade textual, mas também uma forma de dar sentido à vida. Narrar é uma forma de lidar com aquilo que escapa ao nosso entendimento, conforme esse autor define. Além disso, as narrativas detêm, segundo Leal, o poder de direcionar a experiência humana, isto é, elas indicam um sentido, uma finalidade para a experiência: “As narrativas não apenas organizam, configuram a experiência humana, como também indicam que essa disposição dirige-se a um sentido, um fim, um destino, por que não dizer, um destinatário” (LEAL, 2013, p. 32). É importante ressaltar que as narrativas estão presentes em muitos campos de estudo, o jornalismo é apenas uma das possibilidades que discutiremos aqui.

Resende (2009) afirma que a narrativa é o espaço no qual as representações e as mediações ocorrem indissociavelmente. De acordo com Genette (1995 apud RESENDE, 2009, p. 33), entendemos que é nas narrativas que estão localizados os modos, os contextos e os sujeitos dos acontecimentos narrados. “Nesse sentido, o ato de narrar, através dos meios, pode revelar legitimações, valores, representações e faltas, dados preponderantes para o processo de compreensão e leitura do mundo” (RESENDE, 2009, p. 33). Compreender sobre a narratividade do texto jornalístico implica, de acordo com Leal (2013, p. 40), “considerar a possibilidade de constituição de um ‘texto’ para além da notícia, e acionar outras relações presentes no espaço e no tempo nos quais a mídia noticiosa tem um papel fundamental”. Em outras palavras, a narrativa jornalística se constitui como produtora de sentido ao se inserir em uma dinâmica comunicacional, que envolve não somente o emissor, mas também a interação com os receptores, o que demanda um trabalho de reconfiguração com o mundo. O pensamento desse autor dialoga com o esquema de mediação de Paul Ricoeur (1994), discutido anteriormente neste tópico, quando ambos afirmam que a narrativa se constitui por meio do processo de mediação.

No jornalismo, as narrativas fazem parte do processo de transformação de um fato em um acontecimento ou em uma trajetória de vida, por exemplo, incorporada na escrita por meio de gêneros textuais específicos como o biográfico. Além disso, as narrativas jornalísticas também se situam como formas de registro e de atualização da memória, isto é, essas narrativas acionam temporalidades diversas. Sarlo (2007) afirma: “A narração inscreve a experiência numa temporalidade que não é a de seu acontecer (ameaçado desde seu próprio começo pela passagem do tempo e pelo irrepitível), mas a de sua lembrança” (p. 25). A

autora explica que a narração cria uma temporalidade própria. O tempo da lembrança é o presente, no entanto, o passado, segundo a autora, não é descartado. Ele subsiste dentro do presente. A narrativa jornalística atua como uma instância na qual ocorre essa visita às referências do passado e a sua ressignificação diante do presente por meio da mediação das experiências.

Compreender as narrativas jornalísticas a partir da perspectiva das mediações discursivas nos leva a pensar na importância das obras produzidas por jornalistas que abordam temáticas que ampliam as vozes de indivíduos negligenciados, seguindo o padrão ético e, ao mesmo tempo, a representação poética das experiências retratadas. De acordo com Ricoeur (1994),

Contamos histórias porque finalmente as vidas humanas têm necessidade e merecem ser contadas. Essa observação adquire toda sua força quando evocamos a necessidade de salvar a história dos vencidos e dos perdedores. Toda história do sofrimento clama por vingança e exige narração” (p.116).

Desse modo, enxergamos no jornalismo um exercício imprescindível de memória e de produção de novos sentidos que perpassam diferentes temporalidades. As narrativas jornalísticas detêm um papel importante de atualização na dinâmica da constituição da memória coletiva dos indivíduos. Considerando o pensamento de Ricoeur de que é preciso contar histórias de vidas humanas como uma necessidade de justiça, podemos pensar nas narrativas jornalísticas “1968: O ano que não terminou” e “Sobre lutas e lágrimas: uma biografia de 2018, o ano que o Brasil flertou com o apocalipse” como objetos de ativação da memória do cotidiano político-social do Brasil.

“1968: O ano que não terminou” apresenta os fatos que marcaram o Brasil e o mundo no ano de 1968 e seus desdobramentos por meio de narrativas de caráter testemunhal. Essa obra de não ficção enfatiza os acontecimentos políticos que desencadearam episódios de violência e censura sobre indivíduos que lutavam contra o autoritarismo do Estado brasileiro no período da Ditadura. Um dos episódios mais significativos, narrado por Zuenir, é o assassinato do estudante Edson Luís Souto⁸ por um agente da Polícia Militar do Rio de Janeiro, em frente ao restaurante Calabouço. O jornalista conta, com riqueza de detalhes, a comoção de parte da sociedade civil perante esse acontecimento e a repressão das forças do Estado para abafar o caso e punir as pessoas que se manifestaram indignadas com aquele assassinato. Zuenir narra esse episódio orientando os leitores sobre como o assassinato de

⁸ A narrativa do assassinato de Edson Luís é um importante ponto de reflexão para pensarmos na relação temporal entre as duas obras e na questão da mediação e da memória que aqui discutimos. Portanto, essa narrativa será evocada em outros momentos nesta pesquisa.

Edson Luís repercutiu na política brasileira, ocasionando outras medidas de repressão como o AI-5.

O engajamento estudantil é um tema bastante discutido por Zuenir em “1968”. O jornalista escreve, em muitos momentos, sobre a participação dos estudantes em atos contra a repressão da ditadura. Em um dos capítulos, Zuenir fala sobre o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), que ocorreu em um sítio na cidade de Ibiúna, no interior de São Paulo, em outubro de 1968. Nesse encontro, militares e agentes do Dops realizaram uma ação truculenta contra os estudantes, mesmo sem encontrar resistência. Muitos jovens foram torturados e presos naquela ocasião. A polícia tentou tornar a imagem do congresso um ato de promiscuidade. Apreenderam caixas de pílulas anticoncepcionais para terem “provas” dessa alegação. Zuenir pontua esse fato como uma mostra do conservadorismo opressor da época.

Em outubro, ao dismantelar o congresso da UNE em Ibiúna, as forças policiais exibiram como troféu de guerra uma razoável quantidade de caixas de pílulas apreendidas. Como se pílula fosse um preservativo de uso imediato como a camisinha, a polícia acreditava que a exibição provaria à opinião pública que as moças tinham ido ao encontro preparadas para algo mais do que discutir questões estudantis. (VENTURA, 2018, p. 46)

Em “Sobre lutas e lágrimas”, Mário Magalhães reuniu uma coletânea de textos escritos para a página *The Intercept Brasil*, no ano de 2018, e alguns inéditos que buscam dar um panorama da situação política e social do Brasil daquele ano. Em diversos momentos da obra, Mário tem como referência os acontecimentos de 1968, a partir daí criando um diálogo intencional com o livro de Zuenir. O jornalista lança o prognóstico temporal sobre 2018: “O ano que tão cedo não vai terminar” (2019, p.11), como já citado na Introdução. Nas crônicas e nos artigos de opinião, Mário faz críticas ácidas e, em alguns momentos, dispara sarcasmos ao falar sobre a realidade de violência, corrupção e desigualdade social que assola o Brasil. Em seus capítulos, ele traz assuntos como as *fake news*, que tiveram grande relevância no resultado das eleições presidenciais de 2018; a falácia do “kit-gay”, inventado por membros de grupos de extrema direita; casos de censura como o projeto “Escola sem Partido”, mobilizações estudantis, bem como a homofobia, os feminicídios e o genocídio das pessoas negras nas periferias.

Assim como Zuenir, Mário também traz a questão da interferência de militares na política, como o episódio em que o general e vice-presidente Mourão afirmou em entrevista que o alto comando do exército brasileiro cogitava uma intervenção militar, caso a justiça não solucionasse a corrupção na política brasileira, o que poderia colocar fim na democracia e em

muitos direitos individuais, como já vimos em outros momentos da nossa história. O jornalista avaliou:

Golpe de Estado com guilhotina e morticínio, como recebeu Bolsonaro, é mais violento do que golpe sem ameaça de sanguinolência. No entanto, é mais assustador ouvir o disparate golpista na boca de um general quatro estrelas, no século XXI, do que na de um ex-oficial no século XX. (MAGALHÃES, 2019, p. 64)

Mário Magalhães retoma o acontecimento do assassinato de Edson Luís Souto e seus desdobramentos para questionar ou, de certo modo, provocar o leitor, se, hoje, um acontecimento como esse geraria tamanha indignação como na época, sendo que o Brasil de hoje mata uma quantidade absurda de jovens, principalmente negros, e a comoção social parece ter desaparecido.

As duas obras jornalísticas, “1968” e “Sobre lutas e lágrimas”, trazem em si temáticas que interessam para o público, pois apresentam acontecimentos que fazem parte da história do Brasil e que influenciaram outros acontecimentos no passado e continuam influenciando o presente. As questões de violência, censura e corrupção das autoridades, levantadas por Zuenir e retomadas por Mário Magalhães, são histórias que incomodam muitas pessoas que estiveram e que estão no poder no nosso país. Dessa forma, podemos ver o jornalismo feito por esses dois autores como um jornalismo de denúncia, que se empenha para abranger a memória dos indivíduos vencidos por meio da apuração dos fatos, do uso do testemunho dos autores e de fontes específicas, de documentos oficiais e, portanto, pelo compromisso ético da profissão.

Neste tópico, discutimos sobre a maneira como as narrativas jornalísticas se relacionam com a experiência humana e com a memória coletiva. Discutimos também sobre a composição da intriga, considerando a relação entre o tempo, a memória e a escrita. Pudemos compreender que o tempo faz sentido quando considerado como parte da memória humana. Em nossa discussão, abordamos o fato de que a narrativa se constitui por meio do processo de mediação, assim como define Ricoeur (1994). Desse modo, acreditamos que compreender como o conceito de temporalidade perpassa as narrativas e a relação criada entre a intriga, os indivíduos e o mundo que existe pré-narrativa será essencial para as discussões que pretendemos fazer nesta pesquisa. Além disso, é importante pensarmos em como as narrativas jornalísticas se constituem em nossa sociedade, enquanto instâncias que contribuem para as políticas da memória; trazendo referências do passado, produzindo, por meio delas, novos significados para o presente e perspectivas para o futuro.

As duas obras jornalísticas “1968: O ano que não terminou” e “Sobre lutas e lágrimas” trazem para o povo brasileiro momentos do passado que não se encerraram e que devem ser narrados por uma questão de justiça e para que jamais sejam esquecidos, o que está em consonância com o pensamento de Ricoeur sobre a “necessidade de salvar a história dos vencidos e dos perdedores” (1994, p. 116). Logo, podemos perceber a necessidade de estudar essas narrativas que trazem testemunhos, trabalham os fatos de forma mais aprofundada, reconhecendo a importância dos sujeitos na história, e que também possibilitam uma maior compreensão da realidade brasileira por parte dos leitores.

1.3 A memória e o jornalismo

Para pensarmos na conexão existente entre o jornalismo e a memória, precisamos compreender como esta última funciona enquanto faculdade essencial para nós humanos e nossas relações sociais. A partir disso, propomos uma discussão que concebe a prática jornalística como uma atividade de construção do espaço da memória; atividade tão necessária para os dias de hoje em que muitos fatos estão sendo refutados por grupos negacionistas.

Candau (2012) rebate a ideia de que os seres humanos teriam apenas uma memória, que seria definida como uma faculdade cognitiva individual, com a função exclusiva da lembrança e que, portanto, serviria à representação do passado. O autor considera em seu estudo sobre a memória:

a) que os seres humanos são dotados de um mosaico de memórias; b) que estas são sempre sociais; c) que sua função é, ao mesmo tempo, a lembrança ou o reconhecimento do passado e o esquecimento deste; d) que essas memórias estão, antes de tudo, a serviço do futuro; e, enfim e) que elas são amplamente o fruto de aquisições não – conscientes. (CANDAU, 2012, p. 843)

De acordo com Candau, nossa memória é composta por condicionamentos, hábitos e aprendizagens complexas que são mais ou menos conscientes. “Temos uma memória dos rostos, uma memória espacial, uma memória das formas, uma memória motora, uma memória das regras abstratas, etc. e todas mobilizam diferentes regiões cerebrais” (2012, p. 846). Existe, portanto, pluralidade em cada uma de nossas memórias sensoriais, que são a memória olfativa, auditiva, gustativa, tátil e visual. Embora o autor explique sobre a existência de inúmeras memórias individuais, ele prefere se ater, nesse estudo, sobre as memórias compartilhadas. Segundo ele, por mais que tenhamos uma relação com o passado mais ou

menos compartilhada, a memória sempre carrega traços das subjetividades de cada um de nós. Contudo, Candau considera que a memória tem a capacidade de se incorporar a outras representações do passado e pode assim dar origem ao que ele chama de “corrente” ou “fluxo memorial”, que, segundo ele, sempre advém de um contexto político. Desse modo, o autor considera que todos nós, enquanto indivíduos sociais, participamos das políticas da memória, pois carregamos e expressamos determinadas representações do passado do grupo ao qual pertencemos. É exatamente pela marca subjetiva presente no fluxo memorial que podemos dizer que trabalhamos para a construção de não uma, mas de várias memórias coletivas (SHAHZAD, 2011 apud CANDAU, 2012, p. 448).

Candau afirma que a memória humana é limitada, esquecedora, seletiva e declinante. Isso quer dizer que não somos capazes de reter nossas experiências de forma completa por meio da nossa memória. Temos uma limitação, porque obviamente não poderíamos nos lembrar de tudo, pois não viveríamos o presente guardando completamente o passado. Nossa memória é seletiva porque conseguimos reter algumas informações, mas não outras. Além disso, conforme o autor afirma, a memória é esquecedora. Neste ponto podemos compreender a definição de Candau de que a memória está a serviço do futuro, bem como da discussão sobre temporalidades feita: “Ela é um conjunto dos vestígios descontínuos do passado que nós configuramos no presente para projetarmos em direção ao futuro, e essa descontinuidade implica o esquecimento” (CANDAU, 2012, p. 857-858). Percebemos, portanto, uma relação entre o pensamento de Candau e o de Ricoeur (1994), quando este diz que o tempo, como componente da memória humana, configura experiência no presente por meio da ressignificação do passado e possibilita lançarmos projeções para o futuro. Isso, conforme já foi discutido, ocorre pelo ato de narrar.

Para pensarmos sobre como a memória se constitui como compartilhada, que é o que mais nos interessa neste trabalho, devemos tomar as considerações de Maurice Halbwachs (1968) de que a memória é construída tanto pelas experiências do sujeito, quanto pelas referências dos grupos afetivos. As relações estabelecidas entre o sujeito e seus grupos de referência fazem com que as imagens das experiências tenham vida longa; estas imagens formam as lembranças. O autor afirma que,

para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. (HALBWACHS, 1968, p. 34)

Para o autor, portanto, as lembranças que carregamos existem graças a uma dinâmica coletiva e estão sempre inseridas em contextos sociais específicos.

Não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. (HALBWACHS, 1968, p. 35)

Dessa forma, fica claro que, para Halbwachs, as lembranças são o resultado de processos de reconhecimento e reconstruções dos sujeitos em grupos. Elas são recordadas não com os mesmos sentimentos e interesses dos acontecimentos no passado, mas com os dos contextos atuais, que é o que Candau (2012) vai chamar de “trabalho de memória”. Isso nos indica uma relação com a ideia de resignificação do passado no presente, já discutida neste trabalho.

Pollak (1989) explica que, de acordo com a tradição durkheimiana, é possível considerarmos que diferentes pontos de referência podem atuar “como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações” (p. 3). Segundo esse autor, essa memória também é capaz de estabelecer e reforçar o sentimento de pertencimento do grupo e as suas fronteiras sociais e culturais, o que elucida um pouco mais a dinâmica da construção da memória coletiva a partir dos grupos de afeto explicada por Halbwachs.

diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que, o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais. (POLLAK, 1989, p. 3)

Pollak traz a discussão sobre as disputas pela memória, caracterizando como “potencialmente problemática” a memória coletiva. De acordo com ele, a história oral privilegia as narrativas dos excluídos, dos marginalizados e das minorias. A história oral se constitui, portanto, como uma metodologia que ressalta a importância das memórias clandestinas, que se opõem à memória oficial, como a memória nacional. Ele afirma que essa abordagem, ao contrário da abordagem de Halbwachs, explicita o caráter destruidor e uniformizador da memória coletiva nacional. Pollak explica que “por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A

memória entra em disputa” (1989, p. 4). Essa colocação associa-se diretamente com as temáticas tratadas nas obras “1968: O ano que não terminou” e “Sobre lutas e lágrimas”, pois elas tentam trazer, para o centro das discussões da nossa história, testemunhos de sujeitos que viveram a ditadura em “1968”, como o próprio Zuenir Ventura, e de Mário Magalhães, que, como jornalista e cidadão, testemunhou os acontecimentos de 2018 e os materializou em um livro movido pela relevância de contar os fatos. Assim, esses testemunhos se contrapõem, em muitos momentos, às narrativas que grupos negacionistas propagam nas redes e utilizam de modo a silenciar as vozes daqueles que vivenciaram os acontecimentos, o que faz surgirem embates discursivos.

Para Candau (2012), “A memória coletiva é mais a soma dos esquecimentos do que as lembranças” (p. 859). O autor defende a ideia de que o que é realmente compartilhado por um grupo é o que eles esqueceram do passado comum. Segundo ele, podemos atestar mais facilmente as formas partilhadas do esquecimento do que o real compartilhamento das representações do tempo passado “pois a ontologia profunda de um fenômeno ausente é precisamente sua ausência, ao passo que aquele de um fenômeno presente é menos sua presença do que a maneira como ele é presentificado” (CANDAU, 2012, p. 859). O autor justifica seu pensamento exemplificando que os discursos metamemoriais batem na tecla do dever de memória. Isso reforça o pensamento de que esquecer é natural no ser humano. O esquecimento faz, portanto, parte da seleção do que se tornará narrativa.

Ao discutirmos sobre a construção de memórias coletivas, é importante pensarmos também em como os meios de comunicação atuam nesse processo, podendo ser considerados potentes arquivos de memória. Sabemos que a comunicação surgiu a partir da necessidade da interação para fins de troca de informação. Os humanos passaram de formas de se comunicar como sinais, sons e gestos, para a escrita, que surgiu na pré-história, separando esta do período conhecido como história. O surgimento da escrita permitiu aos humanos o registro dos acontecimentos cotidianos. Após o surgimento da escrita, a carta tornou-se um meio viável de comunicação interpessoal, sendo bastante utilizada nos tempos mais antigos. Atualmente o modelo de envio de cartas de papel pelos correios praticamente já foi substituído pelas mensagens eletrônicas, graças ao desenvolvimento da internet e da telefonia.

Uma das atividades mais importantes para a comunicação e para o compartilhamento de informação é o jornal impresso. Embora alguns estudos mencionem que, durante o império romano, já existiam manifestações noticiosas impressas em rochas, o jornalismo impresso em papel iniciou-se no século XVII, fortalecido pela já então inventada prensa móvel. O primeiro jornal editado e impresso no Brasil foi fundado em 1808, chamado *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Sobre esse jornal, Míriam Cardia (2018) pontua que “Sua importância se revela não só por inaugurar a imprensa nesta parte do império português, mas por se constituir em um veículo de interlocução entre os leitores do Reino e da América Portuguesa”⁹.

O jornalismo no Brasil se iniciou como uma atividade fortemente ideológica e elitista, feita para grupos distintos que sabiam ler. Só muitos anos mais tarde, os jornais passaram a ser produzidos para públicos diversos e trocaram a predominância da opinião pelo pretensão ideal de imparcialidade. O surgimento do jornal impresso acompanhou o modelo de organização capitalista, o que fez com que os grupos jornalísticos se instituísem como empresas. No século XX, vários jornais iniciaram suas atividades no Brasil como *O Globo*, *Estado de Minas* e a *Folha de S. Paulo*, que até hoje atuam contando com forte prestígio da audiência. Com o advento das tecnologias da informação como o computador, os smartphones e a internet, muitas empresas jornalísticas tiveram queda no número de vendas e tiveram que modificar a forma de compartilhamento de notícias, criando páginas on-line para seus jornais com diferentes recursos multimídias, além de divulgarem seus conteúdos por meio das redes sociais como o *Facebook* e o *Instagram*. Esse processo de convergência midiática se tornou comum por ser uma estratégia necessária de sobrevivência dos produtos de informação na era digital.

A consolidação do rádio como meio de comunicação no Brasil, entre os anos de 1930 e 1940, permitiu que as informações e as atividades de entretenimento chegassem a várias pessoas ao mesmo tempo. Além das manifestações artísticas, como as radionovelas, e das informações que interessavam ao público, o rádio também apareceu como uma oportunidade de negócio para os anunciantes, o que incentivou o consumo de bens e serviços por parte dos espectadores. A partir daí, o rádio se tornaria um grande companheiro e portador de conteúdos que iriam fazer parte da memória afetiva de seus ouvintes, além de influenciar comportamentos. De acordo com Ferraretto (2014):

De modo semelhante ao que ocorre no final do século 20 com a internet, o rádio aparece, de início, como uma forma de colocar o indivíduo em contato com o mundo, pelo menos, para os que possuem recursos econômicos, garantindo seu acesso ao novo meio. São eles que vão formar, quase como um hobby, clubes e sociedades dedicadas à escuta e à transmissão, base das primeiras estações brasileiras. (p.12)

⁹ Citação de site da internet, por isso, não há informação de número de página. Disponível em: <

O rádio foi muito utilizado como arma política por partidos e também durante guerras e movimentos sociais e culturais. No Brasil, esse meio de comunicação se destacou durante o período populista de Getúlio Vargas, a partir de 1937, que ficou conhecido por um tipo de política em que o líder se dirigia diretamente ao povo e criava com ele laços emocionais, fundamentados em um discurso fortemente ideológico, nacionalista e de modernização, em prol do bem estar dos brasileiros. O rádio aparece como um meio indispensável utilizado por Vargas para falar com o povo brasileiro, através do programa “Hora do Brasil”, além de ser um meio de controle da informação por parte do Estado. Esse período coincidiu com a chamada “Era de Ouro Do Rádio”, que foi a época de maior popularização do rádio como entretenimento no Brasil, quando ele já havia deixado de ser um meio exclusivo das elites e se tornou também interesse das camadas sociais menos favorecidas.

Atualmente, muitas rádios hertzianas se adaptaram aos atuais modelos de negócio e aos novos modos de consumo de mídia, levando seus conteúdos para a internet por meio de sites, com diversos recursos midiáticos. Além disso, hoje existem diversas emissoras que se apresentam por meio de webrádios.

O televisor foi criado no início do século XX, mas só chegou ao Brasil na década de 1950, difundido pelo empresário Assis Chateaubriand, que foi o responsável pela criação da primeira emissora brasileira de TV, a *Tupi*. No início, a televisão era um meio muito utilizado apenas pelas elites, devido ao seu alto valor de custo. Mattos (1990) afirma que Chateaubriand providenciou a instalação de alguns aparelhos de televisão em praças públicas para que as pessoas pudessem assistir à programação disponível naquela época, a fim de popularizar o veículo. Esse autor explica que, no final da década de 1950, já havia 10 emissoras de televisão em funcionamento no Brasil. Assim, os espectadores podiam se deleitar com novelas, com os festivais de música, bem como com programas de cunho jornalístico. Ao final da década de 50, já existiam 10 emissoras de televisão em funcionamento.

De acordo com Mattos, o golpe de 1964 interferiu fortemente na existência dos meios de comunicação de massa como a TV, pois os governos pós-64 proporcionaram um crescimento econômico baseado na rápida industrialização, em tecnologia importada e em capital estrangeiro. A televisão foi um dos veículos de comunicação que passaram a exercer um importante papel de difusor da produção de bens duráveis e não-duráveis. Foi na segunda metade da década de 1960 que o preço dos televisores se tornou mais acessível devido ao número crescente da produção. Isso influenciou a programação, pois, ao se tornar um veículo mais popular, acabou atraindo mais anúncios publicitários.

Na fase em que a televisão se tornou mais acessível, a rede *Globo* se transformou na maior emissora em termos de audiência, pois direcionava sua programação às chamadas massas populares. Mattos explica que, durante a segunda metade dos anos de 1960, a programação das principais emissoras de TV era basicamente formada por novelas, programas importados conhecidos como “enlatados”, e shows de auditório.

De acordo com Mattos (1990), até 1975, a programação da televisão brasileira foi censurada pelo Estado ditatorial. As novelas funcionavam como compensação para os brasileiros. O autor afirma que, durante o governo de Médici (1969-1974), a televisão sofreu pressões para exibir conteúdos, até mesmo jornalísticos, que atenuassem a imagem da realidade social do Brasil.

A partir do final da década de 1980, a televisão passou a transmitir imagens ao vivo e se tornou o meio mais desenvolvido tecnologicamente e o mais influente perante o público. Com o surgimento da internet, a televisão passou a divulgar seus conteúdos também em sites, o que tornou possível a criação, por parte de muitas emissoras, de páginas de *streaming* com seus conteúdos, instituindo, portanto, lugares de arquivo da memória televisiva, assim como jornais e revistas disponibilizam seus arquivos para consultas sobre a história recente do país.

Podemos perceber que nossos comportamentos e costumes são bastante influenciados pela cultura midiática. Estabelecemos determinados pontos de vista, estilos de vida e formamos nossas identidades ao longo de nossas vidas inspirados no nosso modo de consumo de conteúdos e pelas memórias que compartilhamos. O jornal impresso, a televisão e o rádio se constituíram, ao longo do tempo, como meios que proporcionam ao público a informação, a possibilidade de reflexão dos fatos e também a prestação de serviços. Além disso, esses meios estiveram por muito tempo fortemente associados às representações identitárias, bem como a valores morais e culturais, graças ao papel de autoridade atribuído aos seus profissionais. Contudo, nos últimos anos, a internet possibilitou uma nova relação entre os fatos, o tempo e a experiência dos indivíduos, porque passou a influenciar mais e de modo vertiginoso o comportamento dos usuários e a dinâmica de construção das memórias compartilhadas, ao trazer mais diversidade de conteúdos e maior autonomia de consumo destes.

Ao pensarmos na relação dos conteúdos midiáticos com o tempo, mais precisamente na relação do jornalismo com o tempo, que é o que mais nos interessa aqui, podemos considerar que o jornalismo tem a função de marcador temporal, pois “além de criarmos nele uma correspondência material ao calendário abstrato, distribuimos as histórias que acreditamos que merecem ser contadas dentro desses ‘compartimentos’ de tempo, desses

intervalos que são as edições” (MATHEUS, 2010, p. 250). O conteúdo jornalístico é, portanto, um exemplo de produto midiático que carrega consigo uma potência de evocação da memória. O jornalismo torna público acontecimentos considerados de interesse social. As narrativas jornalísticas adquirem uma função mediadora entre os fatos e a memória dos espectadores. Esse processo de mediação, conforme explicado por Ricoeur (1994), proporciona uma interação entre o público e o fato ocorrido por meio da transformação da intriga em narrativa. A partir dessa dinâmica, o acontecimento encontra-se com as referências do mundo por meio dos novos significados produzidos na recepção da narrativa pelo público. Não é difícil percebermos que nossas memórias sobre acontecimentos históricos, por exemplo, são muitas vezes atravessadas por narrativas jornalísticas:

O jornalismo é a prática de oferecer cotidianamente uma profusão de marcações temporais – seja para dizer o que é passado, seja para dizer o que é presente ou para indicar com que sonhos se deve sonhar o futuro. Desse jogo narrativo de rupturas e costuras de tempos se vai criando certa consciência histórica, segundo a qual o próprio jornalismo é considerado indispensável. Mais que isso. Ele é inscrito na história como ator – seja como vetor de progresso, defensor da tradição ou liderança modernizante. (MATHEUS, 2010, p. 250)

Ao falarmos sobre mídia e memória, somos capazes de pensar no jornalismo como um produto que se relaciona intrinsecamente com o tempo e conseqüentemente com as memórias compartilhadas. Leticia Matheus (2010) afirma que

A experiência da história e sua consciência, ou seja, a relação que mantemos com o presente, o passado e o futuro e a articulação que estabelecemos entre essas três dimensões estão organicamente vinculadas à comunicação, que encontrou no jornalismo impresso as bases para as mudanças que viriam depois e simultaneamente com outras tecnologias. (p. 250)

Ao discutirmos sobre a influência das mídias sobre os indivíduos, devemos lembrar que muitos países da América do Sul possuem memórias em constante confronto. Exemplo disso é o Brasil, que, em vários momentos da sua história de colonização, independência e república, excluiu determinadas narrativas de grupos sociais menos favorecidos em prol do progresso das elites. A política do esquecimento foi utilizada em diversos momentos da nossa história, atravessando a narrativa dos vencedores sobre a dos vencidos. Em muitos países da América do Sul, foram implantadas políticas de proibição da memória de períodos críticos. No Brasil, temos como exemplo dessa proibição a lei da Anistia, de 1979. Essa lei concedia absolvição a todos os indivíduos que, entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, tivessem cometido crimes políticos ou semelhantes a estes. A lei beneficiou a sociedade civil,

no que se refere aos presos políticos, aos exilados e aos seus familiares, contudo, beneficiou também os militares que cometeram crimes de tortura, assassinatos e muitos outros delitos durante esse período, com o consentimento do Estado. Paul Ricoeur (2007), ao tratar dos abusos de memória, constrói uma relação de proximidade entre a anistia e o esquecimento.

Mas a anistia, enquanto esquecimento institucional, toca nas próprias raízes do político e, através deste, na relação mais profunda e mais dissimulada com o passado declarado proibido. A proximidade mais que fonética, e até mesmo semântica, entre anistia e amnésia aponta para a existência de um pacto secreto com a denegação de memória que, como veremos mais adiante, na verdade a afasta do perdão após ter proposto sua simulação. (RICOEUR, 2007, p. 460)

A anistia se mostra como uma tentativa de perdão, mas recai sobre o esquecimento. A partir do que Ricoeur explica, entendemos que essa lei se constitui como um desdobramento do processo do Estado de selecionar e ditar ao povo qual narrativa do passado deve ser contada, e isso fere a diversidade identitária da nação, bem como o ideal de justiça.

Ao se aproximar assim da amnésia, a anistia põe a relação com o passado fora do campo em que a problemática do perdão encontraria com o *dissensus* seu justo lugar. O que é feito, então, do pretense de esquecimento? Além do fato de uma projeção no futuro no modo imperativo ser tão imprópria para o esquecimento quanto para a memória, tal mandamento equivaleria a uma amnésia comandada. Se esta conseguisse ter êxito – e infelizmente nada se constitui em obstáculo à ultrapassagem da tênue linha de demarcação entre anistia e amnésia –, a memória privada e coletiva seria privada da salutar crise de identidade que possibilita uma reapropriação lúcida do passado e de sua carga traumática. Aquém dessa provação, a instituição da anistia só pode responder a um desígnio de terapia social emergencial, sob o signo da utilidade e não da verdade. (2007, p. 462, grifo do autor)

Candau explica que as políticas da memória dos países sul-americanos podem ser hoje caracterizadas por memórias fechadas, que excluem as memórias alternativas, ou por memórias abertas, inclusivas e que pressupõem determinado esquecimento. Para o autor, essa escolha é de extrema importância, pois uma memória muito fechada pode inibir potenciais reconciliações (ROBBEN, 2012 apud CANDAU, 2012, p. 449); já as memórias muito abertas podem ser favoráveis àqueles que desejam esconder seus crimes.

Um tipo de abuso de memória que prega o esquecimento de passados traumáticos intensificou-se no Brasil com a chamada “era da pós-verdade”, graças ao negacionismo histórico e às inúmeras publicações de *fake news* que promovem mentiras e discursos de ódio. Júlio Castro (2017) afirma que, embora alguns setores da indústria jornalística possam se afastar da índole esperada pela sociedade, os padrões normativos da profissão costumam ser reconhecidos como referência. Contudo, o que percebemos mais intensamente, a partir da virada do século XX para o século XXI, é que o jornalista passou a lidar com a fratura na sua

imagem de competência diante das novas formas de comunicação nas redes, da ascensão do conservadorismo e do impacto da desinformação. Lelo e Caminhas (2020) citam um dado divulgado no relatório anual dos *Reuters Institute – Digital News Report*, que o Brasil ocupa o primeiro lugar em um ranking de 38 nações em que a população está mais preocupada em não saber distinguir o que é real e o que é mentira na internet, totalizando 85% dos entrevistados entre 2018 e 2019. Esse dado permite-nos ter uma breve noção do abalo que o trabalho do jornalista de produção de narrativas noticiosas vem sofrendo em nosso país, visto que as narrativas jornalísticas baseadas em apuração e checagem de dados estão em constante disputa pela memória com narrativas de cunho duvidoso.

Um exemplo que pode ser citado, dada a sua recorrência, é a memória da ditadura militar brasileira, que é constantemente atualizada por novos testemunhos, documentos e narrativas que reafirmam a realidade de violência daquela época. Apesar disso, esse é ainda um dos acontecimentos da história brasileira refutado por grupos negacionistas, que defendem que não houve opressão por parte do Estado naquele período. Se pensarmos que muitos meios de comunicação de televisão, rádio e impressos defenderam o golpe militar e que outros meios sofreram censura nesse período, podemos compreender como o imaginário de muitos brasileiros foi formado a partir da lembrança de “ordem social” arquitetada pelo Estado e concretizada pelo jornalismo da época, enquanto a liberdade de expressão ideológica fora cassada. Tomando essa realidade, podemos imaginar a dimensão da importância de o jornalismo pós-ditadura que trabalha com testemunhos, como as narrativas “1968: O ano que não terminou” e “Sobre lutas e lágrimas”, olhar para o passado e reescrevê-lo do ponto de vista das testemunhas que viveram as adversidades dessa época.

Os dois livros aqui tomados como objetos trazem narrativas do passado brasileiro a partir de fontes documentais tais como jornais, revistas, obras acadêmicas e documentos oficiais, e também a partir da visão de personagens que vivenciaram os acontecimentos relatados. Zuenir Ventura se propôs a escrever uma narrativa sobre a geração que viveu um período de levantes e revoluções, como a revolução sexual ocasionada pela comercialização da pílula anticoncepcional, e as revoltas europeias que inspiraram os militantes brasileiros a defenderem suas crenças ideológicas tal como fizeram nos protestos pela morte do estudante Édson Luís e na Passeata dos Cem Mil. Para o autor, o ano de 68 continua em aberto. Segundo ele, o jornal francês *Le Monde* chegou a dizer que esse ano costuma ser visto na França como um “mal-entendido”. Zuenir argumenta que no Brasil o esquecimento de uma época tão importante ocorre de forma pior: “Se esse esquecimento ocorre na terra de Proust, o que dizer de um país que sofre de amnésia crônica e onde, como já observou Ivan Lessa, ‘a

cada 15 anos, esquecemos os últimos 15 anos” (VENTURA, 2018, p. 24). O autor afirma que 1968 ainda povoa o imaginário coletivo dos brasileiros, mas não de modo reflexivo. “É uma vaga lembrança que se apresenta, ora como totem, ora como tabu: ou é a mitológica *viagem* de uma geração de heróis, ou a proeza irresponsável de um “bando de *porralocas*”, como se dizia então”. (VENTURA, 2018, p. 24, grifos do autor). Embora Zuenir concorde que existe muita romantização da geração de 68, afirma que há também muito o que recuperar das experiências dela.

O melhor do seu legado não está no gesto - muitas vezes desesperado; outras, autoritário -, mas na paixão com que foi à luta, dando a impressão de que estava disposta a entregar a vida para não morrer de tédio. Poucas – nem a efêmera geração dos caras-pintadas – lutaram tão radicalmente por seu projeto, ou por sua utopia. Ela experimentou os limites de todos os horizontes: políticos, sexuais, comportamentais, existenciais, sonhando em aproximá-los todos. (VENTURA, 2018, p. 24)

Zuenir fala também sobre a dificuldade e o esforço para produzir uma narrativa jornalística ética sobre o passado.

A nossa história é a de 68, ou melhor, *uma* das possíveis histórias de um período rico demais para ser apreendido em uma só visão. Por isso, aliás, é que o autor privilegiou, mais do que a própria vivência, o material de época e o testemunho dos protagonistas, sabendo como é difícil olhar para o passado sem ser assaltado pela vontade de promover um retoque aqui ou uma melhoria ali. Todo cuidado, porém, foi tomado para não se fazer como certas obras de restauração de patrimônios históricos, que mantêm a fachada, mas alteram o interior. (VENTURA, 2018, p. 25, grifo do autor)

Mário Magalhães (2019) inicia seu prólogo narrando o último dia do ano de 2017 da vereadora Marielle Franco e de sua esposa Mônica, fazendo referência a “1968: O ano que não terminou”, que começa falando do inesquecível réveillon na casa de Heloísa Buarque de Hollanda, em 68. Assim como Zuenir, que acredita que 1968 é passível de novas reflexões e constatações, Mário propõe que, diante dos acontecimentos que marcaram as experiências sociopolíticas e culturais como o assassinato de Marielle, a ascensão da extrema direita no Brasil, o avanço das redes de notícias falsas e o incêndio no Museu Nacional do Rio de Janeiro, 2018 é um período de tempo que abriga narrativas em aberto que serão essenciais para que possamos entender acontecimentos que virão.

Diferentemente do livro de Zuenir, Mário se propôs a escrever um “livro indignado”, como ele mesmo define, pois se passa “em um tempo que exige indignação” (MAGALHÃES, 2019, p. 16). O autor traz na obra narrativas definitivamente críticas. Segundo ele, 2018 flertou com o apocalipse e isso ficou mais claro após o segundo turno das eleições

presidenciais. Para Mário, esse foi um ano tóxico. “Como se verá, ou recordará, o Brasil de 2018 foi um insaciável produtor de toxidade” (MAGALHÃES, 2019, p. 16).

Ele logo entrega que os protagonistas do seu livro são Marielle, Lula e Bolsonaro. O jornalista explica sobre o processo de produção, articulação dos acontecimentos retratados nessa obra, explicitando o seu “eu” como sujeito que vivenciou os fatos dos quais fala e como profissional que opina sobre eles:

Essas páginas não são obra de cientista político ou social, apesar de análises de numerosos acadêmicos e pensadores serem citadas amiúde para iluminar as circunstâncias sombrias. Conto o que testemunhei, vivi, senti e pensei. Os passeios históricos, idas e vindas cronológicas, prestam-se a cotejar retóricas e ações do presente com pregações e práticas do passado, sobretudo de regimes totalitários e movimentos antidemocráticos. Para incorporar valores de outrora, não é preciso ser batizado como Benito, vir ao mundo na Emília-Romanha e envergar camisas pretas. (MAGALHÃES, 2019, p. 16).

As duas obras analisadas aqui de Zuenir Ventura e Mário Magalhães inserem os acontecimentos de 1968 e de 2018 em temporalidades diversas, que mostram, por meio das temáticas tratadas, um diálogo que ecoa por cinquenta anos no tempo cronológico, mas que coloca as duas narrativas, historicamente, mais próximas do que isso. Ao pensarmos na questão das políticas de memória, podemos inferir que as duas obras entram nas disputas narrativas e atuam contra o esquecimento dos fatos; esquecimento esse tão desejado por aqueles que não pretendem ficar marcados na história por seus delitos. São livros que se inserem no campo do jornalismo ampliado, entendido aqui como uma forma de produzir narrativas jornalísticas de modo aprofundado, com imersão do repórter na realidade sobre a qual ele pesquisará, com liberdade temática, liberdade de fontes, liberdade temporal e liberdade do eixo de abordagem, proporcionando ao leitor ampliação das vozes antes abafadas e maior compreensão do cotidiano, conforme já citado por Lima (2009).

Marta Maia e Michele Tavares (2017) falam da potência que existe nas narrativas e da reescrita da história graças aos textos e imagens do jornalismo. Segundo essas autoras, “o jornalismo também atua como agente de memória, na medida em que também aciona fatos passados significativos para a compreensão de determinados acontecimentos, intencionalmente para justificar fatos do presente ou induzir a interpretações” (p. 79). Dessa maneira, compreendemos que as narrativas que o jornalismo produz podem atuar, portanto, em diferentes temporalidades, pois podem acionar, no tempo presente, memórias de acontecimentos do passado, que voltam em um movimento de reescrita desse passado, o que permitirá, por meio da interação entre o leitor e o acontecimento narrado, uma existência

reflexiva do fato no presente a partir da produção de novos sentidos. Essa atualização memorial se constitui como um importante elemento de construção das narrativas históricas e de novas percepções da sociedade diante de determinados fatos.

A partir do que foi discutido até aqui, consideramos que, ao adquirirem uma função mediadora entre os fatos e a memória dos leitores, as obras “1968” e “Sobre lutas e lágrimas” ganham relevância para pensarmos a relação entre o jornalismo e a memória, pois produzem novos significados diante do presente e permitem lançarmos perspectivas para o futuro. Além disso, podemos enxergar nessa forma de jornalismo uma construção memorial que se conecta ao sentimento de justiça para os vencidos, tão necessária para os tempos em que vivemos, nos quais as narrativas se encontram em constante conflito nas mídias, enquanto o ódio é disseminado nas redes.

1.4 O jornalismo e as disputas narrativas

O domínio da realidade social foi um desejo dos indivíduos da era moderna, pois acreditavam que isso traria maior controle do nosso destino e mais benefícios para os nossos interesses, segundo Anthony Giddens (1994). Contudo, a atmosfera instaurada no final do século XX é bem diferente do que propunham os iluministas. O cotidiano tornou-se afetado pelo sentimento de incertezas diante de tantas transformações nos sistemas econômico e social, bem como nas dimensões temporal e espacial, por meio do processo de globalização e de mundialização do capital econômico. Essas transformações tiveram como efeito uma crise das tradições, que recaiu sobre a política, a economia e também sobre a cultura.

A modernidade acreditou que, como coletivo humano, quanto mais soubéssemos sobre a realidade social e material mais seríamos capazes de controlá-las em benefício dos nossos interesses e nos tornaríamos mestres do nosso próprio destino. Bem ao contrário, o mundo de hoje é aquele da incerteza e do risco produzidos. A globalização tem significado a transformação dos sistemas econômicos e da estratificação, assim como dos contextos da experiência social - o cotidiano, as intimidades da existência pessoal e as tradições culturais e políticas herdadas, o que tem expandido a reflexividade social. O mundo demanda uma política radical reconstituída, traçada a partir do conservadorismo filosófico, mas, também, preservando valores associados ao socialismo, visando a democratização da democracia. (GIDDENS, 1994, p. 9)

Essas transformações são notadas nas experiências sociais contemporâneas. De acordo com Eagleton (1998), os indivíduos chamados de “pós-modernos¹⁰” se diferenciam dos sujeitos de antes pelos seus ideais. São sujeitos abertos, descentralizados, com múltiplas identidades e que valorizam a pluralidade cultural. Eles pertencem a uma época instável, na qual a passagem do tempo é percebida de modos distintos. Eagleton explica que, na pós-modernidade, “os valores não são mais universais mas locais, não mais absolutos mas contingentes” (1998, p. 96). Nas últimas décadas, em meio a esse processo de transformações sociais da modernidade para a pós-modernidade, houve um movimento de ascensão da chamada “era da pós-verdade”, na qual os fatos passaram a ter menos valor do que as crenças pessoais de alguns indivíduos, afetando, portanto, o modo de consumo das informações e a credibilidade jornalística.

A pretensão à verdade no jornalismo nos mostra uma situação contraditória entre a prática e o discurso recorrente que habita o pensamento popular. Sabemos que, na prática, o jornalismo trabalha com a interpretação dos fatos, uma representação da realidade, que ocorre mediante a hierarquização da informação, o que leva em conta os interesses do público, mas também os interesses mercadológicos da empresa jornalística. No entanto, ainda hoje há um discurso que povoa a imaginação de muitas pessoas e que é também, muitas vezes, reivindicado pelas próprias instituições jornalísticas, que diz que o jornalismo tem necessariamente um acordo com o público relacionado a valores como “a verdade, a independência dos jornalistas, a exatidão, e a noção do jornalismo como um serviço ao público” (TRAQUINA, 2005, p. 34). Esse acordo se concretiza, portanto, de modo discursivo, por meio de estratégias de apuração e de escrita pautadas na objetividade. Desse modo, o jornalismo ainda se beneficia do pensamento de que produz narrativas “fiéis aos acontecimentos”, o que contribui para a legitimação delas perante a sociedade, pois, segundo essa ideia, as instituições jornalísticas trabalham em busca do discurso verdadeiro. Assim, temos aqui a necessidade de compreender como a noção de verdade nos traz a essa situação contraditória entre prática e discurso, e como essa noção nos remete a ideia de poder no meio social. Para isso, recorreremos à discussão sobre “verdade” feita por Michel Foucault.

De acordo com Foucault (2019), “a verdade não existe fora do poder” (p. 51) e está condicionada a questões econômicas e políticas. Para ele, toda sociedade possui seu regime de

¹⁰ Este é um conceito polêmico (assim como “pós-modernidade”), por não haver um consenso sobre a ocorrência de uma conjuntura caracterizada pela globalização, por avanços tecnológicos e pelo domínio capitalista ou por uma evidente ruptura com o modelo sociocultural e estético anterior de forma unificada em muitos lugares do mundo, como podemos ver, por exemplo, em diversas regiões do Brasil, que ainda não foram amparadas pelas possibilidades da globalização. Contudo, o que interessa, nesta discussão, é a questão da contemporaneidade como uma época de incertezas políticas, sociais e culturais.

verdade, ou seja, cada sociedade acolhe certos tipos de discursos e os faz funcionar como verdadeiros.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros, as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção de verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (p. 52)

Foucault compreende, nesse ponto, a verdade como “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (p. 53). De acordo com o autor, a vontade de verdade aparece na sociedade partindo principalmente das instituições, por meio de discursos que detêm o poder de colocar à margem aqueles que não os seguem e que pretendem alcançar uma perspectiva particular, em oposição ao comportamento massificado produzido pela obediência à vontade de verdade das instituições. Dessa maneira, entendemos que certos discursos são tomados como verdadeiros, em detrimento de outros, e a ideia de poder político, econômico e cultural marca fortemente essa determinação. Conforme afirma Foucault (1999), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (p. 10).

O jornalismo utiliza, como já falamos anteriormente, a hierarquização das informações, baseando-se em certos valores determinados pelos interesses do público e também pelos interesses da instituição jornalística. Dessa forma, se as estratégias discursivas utilizadas pelo jornalismo têm como condicionantes essas circunstâncias, percebemos que há no jornalismo algo mais complexo do que a busca pela “verdade universal”. Franzoni, Ribeiro e Lisboa (2011) apontam que o jornalismo funciona sob circunstâncias de jogos de poder, assim como toda e qualquer instituição que atua sob um regime social de verdade. As autoras explicam que amparar a verdade jornalística em fatos não é suficiente. Segundo elas, se considerarmos que os contextos internos e externos ao jornalismo interferem em sua discursividade, é importante pensarmos que a verdade jornalística se dá também como um “efeito”, pois o que é verdadeiro hoje pode não ser amanhã diante de todas as mudanças históricas pelas quais as sociedades passam.

A ideia de Foucault de que, em um regime de verdade, atribui-se efeitos específicos de poder ao “verdadeiro” considera que o discurso é feito sob estratégias de poder regidas por ideologias, o que quer dizer que, no jornalismo, as narrativas são construídas por meio de

métodos linguísticos e visuais, seguindo o que Foucault (1999) chama de “ordem do discurso”, o que quer dizer que cada discurso tem uma relação essencial com outros externos a ele e que, dessa forma, dá uma impressão de continuidade ou de progressão entre os discursos já postos no imaginário da sociedade. Logo, de modo a favorecer determinada ideologia, as narrativas jornalísticas nos mostram que nem sempre têm compromisso com a ética e com a realidade dos fatos.

Se o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo do poder? O discurso verdadeiro, a que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la. (FOUCAULT, 1999, p. 20)

Portanto, as narrativas do jornalismo se apresentam como fortes instrumentos de poder para as relações sociais, visto que são construídas já condicionadas a uma ordem discursiva, o que define não apenas o que é verdadeiro em determinado contexto histórico-social, bem como quem deterá essa força discursiva, conforme explica Foucault (1999).

A noção de “verdadeiro” como um efeito específico de poder, proposta por Foucault (2019), é de grande importância para compreendermos sobre a relação das narrativas jornalísticas de teor testemunhal com os novos significados atribuídos a elas pelo público. Sendo assim, antes de iniciarmos as discussões sobre a dinâmica de mediação do testemunho, necessitamos abordar também alguns pontos relevantes sobre as narrativas jornalísticas no contexto atual de disputas ideológicas.

As informações que recebemos têm um papel importante na produção dos significados que compõem nossas realidades. O jornalismo sempre se valeu da confiança do público para vender suas narrativas na posição de “detentor da verdade”. Entretanto, presenciamos atualmente uma crise de referências que tem abalado as instituições jornalísticas. Na “pós-verdade”, a credibilidade jornalística vem sendo contestada por grupos de pessoas que têm interesse em distorcer os fatos em busca de benefícios próprios, criando um grande impacto nas experiências sociais. Compreendemos que definir as razões que nos trouxeram a uma era em que muitas pessoas não acreditam nos fatos e nos fenômenos requer uma investigação específica sobre o tema, o que não é o nosso foco. Contudo, é possível encontrarmos algumas pistas que nos levem a entender as consequências dessa conjuntura.

De acordo com Júlio Castro (2017), a partir da década de 1980, o neoliberalismo se tornou um modelo capitalista hegemônico. “Nessa época, o mercado passa a colonizar tanto a esfera política quanto a sociedade civil, impondo-lhes seus próprios parâmetros de verdade”

(p.2). Contudo, o autor explica que esses parâmetros de verdade se mostraram contestáveis, mas o jornalismo passou por esse momento de questionamento valendo-se do seu ideal de objetividade, pois sua autonomia institucional estava em declínio. Para Castro, esse se configurou como o primeiro momento da pós-verdade.

Nos últimos anos, a hegemonia da política neoliberalista sofreu um abalo e teve a globalização, um de seus princípios norteadores, desgastada. Castro explica que acontecimentos como o triunfo do *Brexit* (proposta do Reino Unido de saída da União Europeia) e a vitória de Trump nas eleições presidenciais dos Estados Unidos, ambos em 2016, são sintomas do processo de ascensão da pós-verdade: “Na medida em que correspondem a uma intensificação da polarização política, acabam estimulando a proliferação de notícias falsas, para além da mediação jornalística” (CASTRO, 2017, p. 2). Isso, de acordo com Castro, caracterizou-se como um segundo momento da pós-verdade. O autor também explica que, para a transição do primeiro para o segundo momento, o avanço tecnológico, no que se refere à internet, à web e à web 2.0, bem como as redes sociais, foi crucial. Ademais, no nosso cotidiano na rede de internet, também nos vemos envolvidos pelos algoritmos que nos colocam em “bolhas”, nos mantendo em contato primordialmente com aquilo com que temos afinidade e colocando em segundo plano, em nosso *feed*, o que não se refere as nossas preferências.

Tais desenvolvimentos facilitam cada vez mais a agência dos internautas. Ao mesmo tempo, os algoritmos que articulam as atividades dos usuários privilegiam a circulação em detrimento do sentido, de forma que a aproximação entre usuários com afinidades entre si, instrumentalizando a polarização, se vale de todo tipo de recursos, incluindo notícias falsas. (CASTRO, 2017, p. 2-3)

A tecnologia permite que hoje qualquer documento e até mesmo imagens sejam manipuladas, produzindo assim falsas narrativas que acabam prosperando nas redes por meio de técnicas como a insistência na informação falsa e a desqualificação de quem a desmente. Grijelmo (2017) explica que muitas pessoas confiam em fontes intermediárias e não recorrem aos veículos de comunicação que são rigorosos com a apuração. Entretanto, sabemos que a prosperidade das falsas narrativas nem sempre ocorre porque o público não recorreu a outras fontes mais confiáveis. Temos que levar em conta também que suas crenças pessoais interferem nesse processo de acreditar ou não em um fato ou fenômeno.

As causas do surgimento dessa atmosfera que extrapola a realidade podem estar relacionadas a muitas mudanças sociais e até mesmo ao sentimento de desencanto perante as instituições e aos seus jogos de poder que regem nossas experiências sociais, como os

governos e outras organizações capitalistas. Em entrevista ao jornal *El País*, o cientista e ativista político Noam Chomsky faz uma interessante analogia entre a falta de crença nos fatos e a desconfiança das pessoas nas instituições, o que, segundo ele, tem a ver com a insegurança e a desigualdade proporcionada pelo neoliberalismo.

Já faz 40 anos que o neoliberalismo, liderado por Ronald Reagan e Margaret Thatcher, assaltou o mundo. E isso teve um efeito. A concentração aguda de riqueza em mãos privadas veio acompanhada de uma perda do poder da população geral. As pessoas se sentem menos representadas e levam uma vida precária, com trabalhos cada vez piores. O resultado é uma mistura de aborrecimento, medo e escapismo. Já não se confia nem nos próprios fatos. Há quem chama isso de populismo, mas na verdade é descrédito das instituições. (2018, s/p)

Quando questionado se isso tem relação com o surgimento das *fake news*, Chomsky afirma que as instituições políticas estão descredibilizadas devido à falta de ações que beneficiem a população: “A desilusão com as estruturas institucionais levou a um ponto em que as pessoas já não acreditam nos fatos. Se você não confia em ninguém, por que tem de confiar nos fatos? Se ninguém faz nada por mim, por que tenho de acreditar em alguém?” (CHOMSKY, 2018, s/p).

No Brasil, a multiplicação de *fake news* se tornou notável e escandalosa em diversos momentos, principalmente no âmbito político. Um episódio de propagação de informações enganosas nas redes¹¹, foi o escândalo dos disparos de notícias falsas durante a campanha eleitoral de 2018, o que pode ter determinado o seu resultado. Naquele momento em que o Brasil era tomado por uma polarização ideológica, um esquema de pagamentos de políticos e de empresários a marqueteiros impulsionou disparos de informações manipuladas via e-mail e redes sociais. Era comum vermos nas redes, em 2018, *fake news* como a do “kit-gay”, que supostamente fora distribuído às escolas pelo PT, a distribuição em escolas e creches de “mamadeiras de piroca” pelo ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad, bem como imagens manipuladas que relacionavam mensagens à candidata a vice-presidente Manuela D’ávila, nunca manifestadas por ela publicamente, como os dizeres em uma camiseta “Jesus é Travesti”. Um episódio de propagação de *fake news* mais recente ocorreu na pandemia do novo coronavírus. Fomos bombardeados por notícias que tentaram nos induzir a fazer uso de medicamentos, como a cloroquina, sem nenhuma comprovação científica de sua eficácia

¹¹ A jornalista Patrícia Campos Mello discute no livro “A máquina do ódio”, de 2020, a respeito da manipulação que as redes sociais vêm sofrendo por disparos de notícias falsas referentes a processos eleitorais, e de suas consequências. Ela também trata dos ataques recebidos do gabinete do ódio, por publicar, pouco tempo antes do segundo turno das eleições presidenciais de 2018, a primeira de uma série de reportagens sobre esses esquemas de disseminação de notícias falsas, que, quase sempre, eram convenientes ao candidato Bolsonaro.

contra a covid 19. Esses grupos baseiam-se no discurso do então presidente Jair Bolsonaro¹², que parece não se importar em colocar o país em risco.

Uma pesquisa¹³, realizada pela pelo *Instituto DataSenado* e publicada em junho de 2020, mostrou que os brasileiros utilizam o *WhatsApp* como fonte de informação, mais do que qualquer outro meio. Essa pesquisa ouviu 1,2 mil pessoas com acesso à internet em todos os estados e no Distrito Federal. Desse número, 64% responderam ter o *WhatsApp* como o meio mais utilizado como fonte de informação. 58% consideram a televisão como um meio de informação e 39% também utilizam sites de notícias para se informarem. Essa pesquisa nos mostra que a maneira como as pessoas consomem notícias hoje é preocupante, pois os veículos institucionais de informação jornalística são os menos procurados pelos brasileiros. Contudo, é importante assinalarmos que mesmo muitos daqueles que priorizam o consumo de informação por meio dos veículos institucionais de jornalismo não estão a salvo de terem percepções/opiniões políticas e sociais que se afastam da realidade ou do desejo do bem comum. Assim, entendemos que o impacto da desinformação no Brasil pode trazer consequências desastrosas para a saúde pública, a segurança, e também incentivar a violência e o preconceito. Além disso, sabemos que o consumo de notícias falsas tende a fazer com que a população se torne cada vez mais incapaz de se engajar contra o autoritarismo e a corrupção.

Luis Felipe Miguel, em um artigo publicado em 1999, conduz sua discussão sobre a credibilidade do jornalismo com base no conceito de “sistema perito” abordado por Giddens, o que já foi amplamente debatido no campo da Comunicação. Esse conceito se refere a “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (GIDDENS, 1991, p. 35 apud MIGUEL, 1999, p. 198). De acordo com Miguel, os sistemas peritos se caracterizam por terem um alto grau de autonomia sobre aqueles aos quais estão submetidos e também por serem considerados autoridades especializadas em suas áreas de atuação. Segundo o conceito de Giddens, o jornalismo poderia ser visto, à princípio, como um sistema perito, pelo fato de atuar para manter com o público uma relação de confiança quanto à veracidade das informações publicadas, à justiça na seleção e organização dos elementos da matéria, e quanto à hierarquização das notícias diante das possibilidades de fatos a serem relatados. Portanto, o jornalismo seria uma instância autônoma em relação à influência dos seus espectadores e

¹² Essas informações podem ser consultadas em: <<https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/saude/bolsonaro-30-das-mortes-seriam-evitadas-com-cloroquina,b4d6c70ee9f1e906acf267e3e1b8b780b6pc47y2.html>>. Acesso em 23 de janeiro de 2022.

¹³ Pesquisa disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/maioria-dos-brasileiros-apoia-a-criacao-de-uma-lei-contra-fake-news>>. Acesso em 03 de setembro de 2020.

também se caracterizaria como uma autoridade capaz de formar opiniões devido ao seu alto grau de confiabilidade. No entanto, Miguel (1999) expõe que existem muitos empecilhos para que o público possa ir atrás da prova de que as informações publicadas pelos jornais são reais e também de que os profissionais são realmente justos na seleção e organização dos elementos que compõem a notícia, bem como se são honestos quanto aos critérios de publicação de determinados fatos dentre todas as possibilidades, pois, como sabemos, cada veículo de informação possui seus próprios interesses mercadológicos.

Na atual conjuntura de disputas narrativas, o jornalismo vem sofrendo um abalo em sua posição de instância ética e responsável para orientar os cidadãos. Estamos em uma época em que tecnologia de manipulação de mídia se tornou uma vilã diante da influência das crenças e das emoções das pessoas, pois estas duvidam até mesmo de imagens que aparecem nos jornais como complemento da informação. A polarização política tem desgastado também as relações de confiança entre o público e os noticiários, visto que estes cada vez mais são taxados de mentirosos por aqueles que não aceitam posicionamentos que os contrariem. Para além da questão da pós-verdade e do avanço das *fake news*, o abalo que o jornalismo vem sofrendo tem se agravado também graças aos ataques à liberdade de imprensa e às agressões¹⁴ a jornalistas por parte de Jair Bolsonaro. Hoje, tendo em vista toda essa problemática, podemos dizer que o jornalismo, como um sistema perito, foi posto em dúvida por uma parte da sociedade.

Apesar de todas as situações que vêm causando o declínio da credibilidade da informação que temos hoje no Brasil, é importante ressaltarmos que alguns veículos de jornalismo têm reagido contra os fraudadores de notícias. Muitos jornais tornaram públicas essas discussões, produzindo dossiês, reportagens e entrevistas que elucidam os riscos das *fake news* em nosso cotidiano. Além disso, muitos grupos de comunicação criaram ferramentas que verificam notícias suspeitas. Exemplos dessas ferramentas são a *Agência Lupa*, vinculada à *Revista Piauí*, o site *Boatos.org* e o *Fato ou Fake*, o serviço de checagem de informações do grupo *Globo*. Contudo, mesmo com essas iniciativas de regulação da mídia pela própria mídia, em prol da “verdade” dos fatos, ainda sentimos a necessidade de questionar se o jornalismo está atuando de forma honesta. Sabemos que, no contexto brasileiro, o jornalismo não detém a autonomia necessária para atuar como sistema perito ou como “meta-sistema perito” (MIGUEL, 1999), isto é, o jornalismo fiscalizando o próprio

¹⁴ As informações desse episódio estão disponíveis em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/10/31/bolsonaro-hostiliza-repoteres-em-roma-e-seguranca-agride-jornalistas.ghtml>>. Acesso em 22 de janeiro de 2022.

jornalismo, tendo em vista o tipo de financiamento recebido pelas empresas de mídia atualmente. Logo, essas ferramentas também existem sob interesses políticos e mercadológicos que não podem ser desconsiderados quando discutimos sobre o abalo sofrido na credibilidade do jornalismo.

Precisamos relativizar essas ações de suposta fiscalização do jornalismo por ele mesmo, pois, no Brasil, muitos veículos de imprensa rompem, a todo momento, com a conduta ética e com a isenção sugeridas pela profissão. Um exemplo disso é o *Jornal Nacional*, que fez uma campanha a favor da reforma da previdência¹⁵, em 2019, utilizando estratégias narrativas tendenciosas, mesmo sabendo que essa reforma representa um ônus para os trabalhadores brasileiros. Isso porque essa proposta legislativa faz parte dos interesses mercadológicos da empresa *Globo*. Ademais, muitos noticiários tradicionais, incluindo o já mencionado *Jornal Nacional*, atuaram de modo propagandista em benefício da operação Lava-Jato, fugindo da ética sugerida pela profissão. Sabemos que esse esforço controverso da mídia contribuiu para a ocorrência de inúmeras crises políticas, sociais e econômicas que vivemos hoje em nosso país.

Os novos arranjos jornalísticos, mencionados anteriormente neste trabalho com base nas considerações de Roseli Fígaro (2018), são alternativas viáveis para o surgimento de novos olhares da realidade nas mídias em relação a assuntos pouco tratados pelos veículos jornalísticos tradicionais, conforme já dissemos. Contudo, essas novas formas de produção midiática não apresentam uma solução efetiva para a questão do abalo da credibilidade jornalística e da produção ética da informação.

Essa discussão sobre o impacto das *fake news* é de grande importância para pensarmos na legitimidade do discurso jornalístico em meio às disputas narrativas. Os livros tomados nesta pesquisa como objetos, “1968: O ano que não terminou” e “Sobre lutas e lágrimas”, são narrativas que abordam temas como a ditadura militar, a homofobia, a polarização política e o autoritarismo em uma perspectiva testemunhal. Esses temas são constantes alvos dos discursos de grupos negacionistas e até mesmo de políticos, o que coloca, portanto, essas duas narrativas no campo de disputas pelo domínio da realidade. Logo, compreender sobre o processo de produção de narrativas jornalísticas, feitas de maneira ampliada e com uma proposta ética de verificação dos fatos, será essencial para entendermos mais sobre o declínio da credibilidade das narrativas jornalísticas e como essas duas grandes narrativas, aqui

¹⁵Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/10/24/veja-o-que-muda-nas-aposentadorias-com-a-reforma-da-previdencia-aprovada-no-congresso.ghtml>>. Acesso em 23 de janeiro de 2022.

estudadas, relacionam-se com o tempo, com a memória e com a experiência social. Assim poderemos refletir sobre um possível caminho que o jornalismo poderá seguir para se manter como uma esfera informativa e orientativa do público, bem como um agente de manutenção da democracia, considerando que essa só é possível em um contexto de transparência, de liberdade ética de expressão e de reconhecimento das narrativas do outro.

2- JORNALISMO E TESTEMUNHO

2.1 A “dupla vida do acontecimento” e os testemunhos midiáticos

Para pensarmos na condição do testemunho jornalístico como agente de mediação entre a memória e a sociedade, precisamos refletir sobre como esse tipo de testemunho traz o acontecimento para a perspectiva do presente e como ele repercute, por meio das mídias, e entra em uma dimensão simbólica graças ao processo de mediação na representação discursiva, obtendo, portanto, o que Quéré (2012) vai chamar de “dupla vida do acontecimento”. Logo, consideramos necessário discutir aqui algumas questões conceituais sobre acontecimento para compreendermos como as temporalidades perpassam o processo de mediação entre narrativa testemunhal, fato e novos significados da experiência na sociedade.

Sabemos que o jornalismo atua em torno dos acontecimentos do cotidiano. De acordo com França (2012), o jornalismo tem como tarefa descobrir os acontecimentos, identificá-los e, por último, transformá-los em narrativas. “Nesse âmbito, a teoria do jornalismo desenvolve toda uma tipologia da notícia para definir e classificar o que é ou não é relevante, hierarquizando fatos em função de sua importância, abrangência, impacto, interesse.” (FRANÇA, 2012 p. 12). Segundo essa perspectiva, serão noticiados os fatos que merecem ser levados ao público seguindo um estatuto de “noticiável”, que é definido pela natureza intrínseca da ocorrência, conforme essa autora explica. Quéré (2012) traz a noção de acontecimento como a de um “vir a ser”, baseando-se no pensamento de Mead (1938, p. 64 apud Quéré 2012, p. 22), que descreve, em sua teoria, o mundo como um local de acontecimentos que estão inscritos temporalmente e que, por isso, os fatos ganham existência e deixam continuamente de existir. Quando a experiência atinge o nível da reflexão discursiva, ela é transformada em uma sucessão de acontecimentos-objetos, como veremos mais à frente. Quéré cita Dewey (1993) para explicar que uma mudança existencial só se torna um acontecimento propriamente dito sob a condição de ser um destaque para um observador, tornando-se um objeto de atenção perante um aspecto particular de sua ocorrência e do modo como ele se relaciona com outras ocorrências do cotidiano. Segundo esse autor, “Um acontecimento é estritamente o que sobressai, o que é saliente, a consequência mais notável, o ponto culminante. (DEWEY, p. 299 – 300 apud QUÉRÉ, 2012, p. 23)”. Assim, podemos compreender que Quéré adota a ideia de que o acontecimento é algo que rompe com uma sequência cotidiana e, em um primeiro momento, traz desordem para o tempo presente por causa dos questionamentos que ele produz e por poder se tratar de algo para o qual ainda não há uma reflexão.

Quéré divide os acontecimentos em “existenciais” e “objetos”. Os acontecimentos-existenciais são aqueles que se concretizam ao nosso redor, provocando mudanças casuais. Já os acontecimentos-objetos são objetos de consciência, de investigação, de julgamento e de discurso. O autor explica que a diferença entre eles está no grau de simbolização. Eles coexistem e, segundo Quéré, estamos sempre em curso de transformar acontecimentos-existenciais em acontecimentos-objetos, como, por exemplo, um acontecimento do cotidiano representado discursivamente em uma matéria de jornal.

Quéré explica que o acontecimento chama o passado e o futuro para a sua constituição discursiva. Em consonância a isso, Koselleck (2006) afirma que,

A unidade de sentido que faz dos dois diferentes acontecimentos um evento é composta de um mínimo de ‘antes’ e ‘depois’. As circunstâncias ao longo das quais se dá um evento, seu antes e seu depois, podem ser estendidas; sua consistência permanece, entretanto, presa à sucessão temporal. (p. 134)

O processo de mediação do acontecimento requer, de acordo com Quéré, um mínimo de distância temporal para que ocorra o entendimento da ocorrência em questão. Segundo ele, “a informação imediata pode ser transmitida sem discernimento.” (2009, p. 26). O autor explica que olhar para o passado é necessário para compreendermos os sentidos dos acontecimentos. Além disso, o futuro também deve fazer parte do processo de mediação, pois é em referência a ele que ressignificamos o acontecimento do passado no tempo presente para termos controle desse acontecimento nas possibilidades de nosso horizonte de expectativas.

Assim, nossa focalização no acontecimento não em curso, mas transcorrido – sua ‘realidade’ já está no passado -, é uma tentativa para compreendê-lo, para descobrir suas condições e suas consequências; além disso, ela se faz em um presente já diferente daquele de seu próprio devir. Vamos solidificá-lo em ‘coisa’ não só quando procuramos o motivo ou as condições em que ele se produziu, mas também quando o analisamos sob o aspecto de seu condicionamento do futuro. (QUÉRÉ, 2009, p. 26).

Dessa forma, os novos acontecimentos nos permitem reconstruir tanto o passado quanto o futuro, conforme afirma Quéré. O passado e o futuro se constroem hipoteticamente no presente, pois há a necessidade de compreender o que condicionou tal ocorrência, assim como existe o interesse por suas potencialidades e consequências. Essa teoria encontra respaldo na dinâmica, descrita por Ricoeur (1994), que ocorre no ato de narrar, no qual o tempo, como parte da memória humana, atua no passado, no presente e no futuro. Assim, o tempo configura a experiência por meio da releitura do passado no presente e pela capacidade de lançamento de projeções para o futuro. O ato de transformar um acontecimento em

narrativa, como o jornalismo faz, é, de acordo com Quéré, dar uma segunda vida ao acontecimento. A primeira vida é o acontecimento-existencial, isto é, o acontecimento como o percebemos afetivamente; a segunda vida é o acontecimento na forma discursiva, transformado em objeto simbólico, que tem o potencial de gerar reflexões e julgamentos.

O processo de transformação de um acontecimento-existencial em acontecimento-objeto ou representação discursiva deve considerar que é impossível recriar no presente a experiência exatamente como aconteceu no passado, porque o discurso possui limitações diante das nossas percepções das experiências decorridas, de acordo com Quéré. Essa é uma importante questão para pensarmos, mais a frente neste trabalho, no testemunho jornalístico como forma de recuperação da memória, mediação discursiva e na produção de novos sentidos para os acontecimentos.

Para dar continuidade à discussão sobre como as obras “1968: O ano que não terminou” e “Sobre lutas e lágrimas” dão aos anos de 1968 e de 2018 uma segunda vida, transformando-os em objetos simbólicos, precisamos discutir também sobre os modos de ocorrência dos testemunhos nas mídias e como eles situam as experiências tanto daquele que dá o seu depoimento, quanto daquele que ouve e o transforma em narrativa jornalística, considerando também o papel do público que vivencia, de certa maneira, a experiência ali narrada por meio da mídia.

O testemunho ganhou mais importância nos meios de comunicação a partir do século XX, devido às guerras e aos genocídios que marcaram esse período, pois trouxe para a discussão pública os relatos de quem viveu esses eventos, possibilitando a aproximação do público com a realidade. Além disso, os relatos testemunhais também possibilitaram a denúncia de muitos algozes e também a criação de meios de proteção dos direitos humanos. Seligmann-Silva (2008) vê o testemunho como uma forma de memória e, que, assim como toda memória, é formado de verbalidades e imagens¹⁶. Beatriz Sarlo (2007) relaciona a noção de testemunho à experiência; segundo ela não existe testemunho sem experiência e não há experiência sem narração. Essa autora afirma que “a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no *comum*” (p. 25), o que quer dizer que a linguagem transforma a experiência em objeto simbólico do cotidiano. A narrativa de testemunho trata de inscrever a

¹⁶Seligmann-Silva leva em consideração a ideia de Aristóteles (*De memoria et reminiscencia* 450 a 24 apud Seligmann-Silva, 2008, p. 110) de que a memória e a imaginação pertencem à mesma área da alma. A alma está nessa posição, segundo o filósofo, porque apresenta um caráter de arquivo de imagens.

experiência na temporalidade da lembrança, como afirma Sarlo. A autora explica que: “A narração também funda uma temporalidade, que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar” (2007, p. 25). Entendemos aqui que essa atualização se relaciona diretamente com as possibilidades de novos significados que essas narrativas de testemunhos engendram no mundo, considerando essencial, portanto, a interação do leitor/ouvinte nesse processo.

Seligmann-Silva (2009) discute amplamente a teoria do testemunho a partir das contribuições do linguista Benveniste, que apontou duas formas de testemunho por meio dos conceitos de origem latina *superstes* e *testis*. O primeiro conceito se refere a pessoa que vivenciou toda a experiência e pode, portanto, como sobrevivente, testemunhar sobre ela. Já o segundo se refere a testemunha que presenciou um evento como espectador e, a partir disso, pode dar o seu relato.

Verificamos a diferença entre *superstes* e *testis*. Etimologicamente, *testis* é aquele que assiste como um “terceiro” (*testis*) a um caso em que dois personagens estão envolvidos; e essa concepção remonta ao período indo-europeu comum. Um texto sânscrito enuncia: “todas as vezes em que duas pessoas estão presentes, Mitra está lá como terceira pessoa”; assim o deus Mitra é, por natureza, a “testemunha”. Mas *superstes* descreve a “testemunha” seja como aquele “que subsiste além de”, testemunha ao mesmo tempo *sobrevivente*, seja como “aquele que se mantém no fato”, que está aí presente. (BENVENISTE, 1995, p. 278 apud Seligmann-Silva, 2010, p. 4, grifos do autor)

A noção de testemunho sempre esteve ligada a diversas áreas de conhecimento, como, por exemplo, a área jurídica. A testemunha ocular é uma entidade necessária para a validação das provas em um júri, ou seja, tem uma forte relação com a convicção de “verdade” que pode solucionar a ação entre duas partes litigantes: “O testemunho adquire, no contexto de um processo jurídico, um valor empírico de atestação desafiado pelo perigo do falso testemunho” (LAGE, 2006, p. 22). Desse modo, o testemunho como *testis* é considerado o terceiro elemento nessa disputa e carrega consigo o valor da percepção, o que é, de acordo com Seligmann-Silva (2009) discutível. Esse autor explica que, quanto ao testemunho como *superstes*, o valor está ligado à incomensurabilidade do evento. Essa realidade da experiência como incomensurável é, segundo o autor, tema recorrente nos estudos sobre o testemunho do século XX. Considerar essas duas formas de testemunho tem grande relevância para a discussão sobre verdade e sobre o papel do jornalista como testemunha ativa no processo de construção discursiva da experiência, visto que há proximidades entre elas e o conceito de “testemunho da mídia”, de Frosh e Pinchevski (2009), com o qual trabalharemos na análise das narrativas.

É importante aqui trazermos a abordagem de Jeanne Marie Gagnebin (2006) sobre essa ideia do testemunho com uma forma de reconstrução do passado, tomada de maneira pretensiosamente “verdadeira”. De acordo com ela, essa noção se depara com o fato de que “a verdade histórica não é da ordem da verificação factual (unicamente possível para as ciências experimentais... e mesmo para elas discutível)” (p.42). Aqui compreendemos que o testemunho não reproduz integralmente o passado. O que ocorre é a evocação da memória pela testemunha, a memória que, segundo essa autora, está sempre em tensão entre a presença e a ausência: “Presença do presente que lembra do passado desaparecido, mas também presença do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente” (GAGNEBIN, 2006, p. 44). A autora afirma que é por isso que, nos estudos sobre memória, utiliza-se tanto a imagem – o conceito – de rastro. As narrativas jornalísticas também existem como representações da realidade e, embora os defensores da imparcialidade jornalística afirmem que os jornalistas devem ser completamente fiéis aos eventos noticiados, sabemos que um acontecimento não pode ser representado de maneira idêntica, pois, como explicou Gagnebin, a memória de quem relata um fato está sempre em tensão entre presença e ausência, o que demonstra a fragilidade da lembrança. Essa questão, entretanto, não deve servir como pretexto para desconsiderarmos a importância dos testemunhos na prática jornalística.

Beatriz Sarlo (2007) afirma que a narrativa de testemunho, escrita de maneira não acadêmica, como é o caso das narrativas jornalísticas “1968” e “Sobre lutas e lágrimas”, podem ser orientadas pelas crenças de seus públicos, por questões morais, afetivas ou políticas, isto é, “ligada ao imaginário social contemporâneo” (p. 13), sem que sejam menos legítimas do que as narrativas construídas em âmbito acadêmico, com metodologias científicas próprias. Essa autora propõe que essas narrativas podem inserir os fatos em uma dimensão temporal que possibilita uma unidade sobre aquilo que antes não possuía: “As modalidades não acadêmicas de texto encaram a investida do passado de modo menos regulado pelo ofício e pelo método, em função de necessidades presentes, intelectuais, afetivas, morais ou políticas” (SARLO, 2007, p. 14). Sarlo (2007) e Seligmann-Silva (2008) concordam que o testemunho ocorre no tempo presente, enquanto o passado está sendo moldado à luz dele. Seligmann-Silva cita o testemunho de Primo Levi, em “É isto um homem?”, para nos mostrar que esse sobrevivente de Auschwitz diz não ter certeza de que os fatos narrados por ele do campo de concentração realmente aconteceram. Seligmann-Silva explica que essa incerteza quanto à realidade é comum na percepção da memória do trauma: “para o sobrevivente esta ‘irrealidade’ da cena encriptada *desconstrói o próprio teor de*

realidade do restante do mundo” (2008, p. 105, grifos originais). Essa condição se refere ao absurdo da violência, que faz com que os traumas relatados sobre os campos de concentração nazistas pareçam falsos depoimentos.

Gagnebin (2006) pontua que os historiadores contemporâneos estão constantemente sendo confrontados pela tarefa de narrar o inenarrável, isto é, transmitir ao mundo os horrores vividos por aqueles que não estão aqui para contar seus traumas, para, segundo ela, manter viva a memória dos sem-nome: “ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados” (p. 47). Assinalamos aqui também a função do jornalista, que compartilha com o historiador essa tarefa de trazer essas narrativas à tona, mesmo que com outros métodos de apuração e de escrita, mas pautado na ética e no compromisso de construir discursivamente a memória daqueles que não estão aqui, por meio do testemunho dos que sobreviveram.

Seligmann-Silva (2008) atribui ao testemunho de catástrofes uma necessidade absoluta, uma condição de existência daquele que precisa recuperar seu elo simbólico com o mundo a sua volta e o fará narrando o que aconteceu. Ele se baseia na fala explícita de Primo Levi em “É isto um homem?”:

A necessidade de contar ‘aos outros’, de tornar ‘os outros’ participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares. O livro foi escrito para satisfazer essa necessidade em primeiro lugar, portanto, com a finalidade de liberação interior. Daí, seu caráter fragmentário: seus capítulos foram escritos não em sucessão lógica, mas por ordem de urgência. O trabalho de ligação e fusão foi planejado posteriormente. (LEVI, 1988, p. 7-8)

Por meio dessas palavras de Levi, podemos compreender que dar um testemunho sobre um trauma sofrido está atrelado ao renascimento do indivíduo, agora como testemunha, que busca se reconectar com o mundo, com o outro. Para Seligmann-Silva (2010), o testemunho representa uma maneira do indivíduo se agarrar a um “eu” da modernidade que ele acaba de criar e que está em constante embate com o Mundo guiado pela violência, no qual esse indivíduo está desaparecendo.

As palavras de Levi nos levam a compreender também o testemunho como uma atividade participativa daquele que o ouve e transforma seu relato em narrativa, conforme também foi dito por Gagnebin, bem como daqueles que viverão indiretamente sua experiência graças a possibilidade de obter essa narrativa através de um meio de comunicação e de produzir novos significados para essa experiência.

Até agora, traçamos a ideia de testemunho direto baseada em eventos traumáticos como o holocausto da Segunda Guerra Mundial. Precisamos agora pensar em outras formas

de testemunho, como os testemunhos jornalísticos, que também influenciam nosso cotidiano, no qual o fluxo midiático torna os acontecimentos cada vez mais próximos do público. Para compreendermos o modo como uma narrativa jornalística dá uma segunda vida a um acontecimento na forma discursiva, transformado em objeto simbólico com potencial para produzir novos significados, necessitamos adentrar nessa dinâmica de mediação dos testemunhos.

Jeanne Marie Gagnebin (2006) toma a figura narrativa do sonho que Primo Levi tem, ainda em Auschwitz, para trazer uma nova possibilidade de testemunha. Em “É isto um homem?”, Levi sonha com a volta para casa e com o ato de contar a todas as suas pessoas próximas sobre os horrores vividos no campo de concentração. No entanto, em seu sonho, essas pessoas se distanciam e ele se sente desesperado por não ser ouvido por ninguém: “Por que o sofrimento de cada dia se traduz, constantemente, em nossos sonhos, na cena sempre repetida da narração que os outros não escutam?” (LEVI, 1988, P. 60). Nessa narrativa, Gagnebin se atém à personagem daquele que é indiferente ao testemunho por sua “inenarrabilidade” e pela ameaça que ele representa para a sua linguagem tranquila. A autora aponta para a necessidade da ampliação do conceito de testemunha para aquele que ouve e também assume uma postura de transmissão simbólica do testemunho em prol de um presente justo.

Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente. (GAGNEBIN, 2006, p. 56)

A essa tarefa de transmitir a história do outro e de dar ao mundo uma versão daquilo que é oportunamente abafado por interesses criminosos é, como já dissemos anteriormente, do jornalista, que ouve o testemunho de suas fontes e o carrega consigo para transformá-lo em objeto simbólico, por meio da linguagem, e possibilitar que ele chegue ao cotidiano do público pela mídia. E essa manifestação do jornalista prevê, além do interesse social, o dever ético de ampliar a voz de indivíduos marginalizados, bem como dar a ver ao mundo o lado obscuro de determinados fatos para que aquilo choque e não mais se repita, o que, no entanto, nem sempre acontece. De acordo com Beatriz Sarlo (2007), o testemunho configurou-se como um importante meio de dimensão jurídica contra os abusos das ditaduras do século XX, principalmente após o fim delas. Mas, além disso, essas narrativas também passaram a

funcionar como manifestações de grande impacto nas dimensões cultural e ideológica em muitos países. Esses testemunhos levaram a público os horrores de uma realidade antes escondida por governos ditatoriais, o que possibilitou que parte da sociedade se manifestasse contra a política de violência.

O trabalho do jornalista perante uma testemunha é o de traduzir o acontecido para uma linguagem cotidiana, a partir de seu relato, e de seus rastros discursivos (visto as lacunas da memória) e de modo a produzir afetação naquele que consumirá o produto testemunhal que surgirá ali. Essa afetação se dará, para além do fato em si, mas pela construção discursiva pautada em estratégias advindas da imaginação e da literatura, para reparar aquilo que não foi completamente dado: “A literatura é chamada diante do trauma para prestar-lhe serviço” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p.106). Assim, o jornalista se constrói como uma testemunha capaz de provocar, de alguma maneira, o público, porque ele carrega o peso do relato e a responsabilidade de contá-lo e fazer com que outras pessoas se afetem por ele.

A testemunha direta de um fato e o jornalista não são os únicos no processo de mediação a testemunharem o acontecimento. Na contemporaneidade, com o advento das modernas tecnologias, é comum o aparecimento do que Paul Frosh e Amit Pinchevski (2009) vão chamar de “testemunho da mídia”. Segundo os autores, essa expressão se refere, ao mesmo tempo, “ao aparecimento de testemunhas em reportagens da mídia, à possibilidade da mídia testemunhando, e ao posicionamento do público da mídia como testemunhas de eventos representados” (FROSH e PINCHEVSKI, 2009, p. 1, tradução nossa). De acordo com esse pensamento, o ato de testemunhar se dá “na mídia” (pela testemunha direta do evento), “pela mídia” (quando o jornalista leva consigo a função de transformar o relato em objeto simbólico de mediação) e “através da mídia” (quando o objeto simbólico se encontra com o público e este é tomado pela afetação). Para esses autores, “testemunhar não é uma total imersão no mundo testemunhado. É uma ação imaginativa de construção experiencial que, no entanto, permanece no aqui e agora do discurso” (FROSH e PINCHEVSKI, 2009, p. 59, tradução nossa). Isso nos faz pensar que a origem do discurso testemunhal não é o mais relevante nesse processo, mas sim a interação e o componente político que advém dessa mediação entre personagem, jornalista e público.

A ocorrência do testemunho na mídia pode ser, segundo Frosh e Pinchevski (2009), identificada desde o surgimento do jornalismo profissional, passando pelas normas jornalísticas em correspondência de guerra do século XIX, até o jornalismo contemporâneo, principalmente em momentos de crise da “verdade” jornalística. Essa ocorrência está relacionada a mudanças tecnológicas que possibilitaram que os repórteres passassem a

mostrar suas matérias por meio de mídias audiovisuais, fornecendo *feeds* ininterruptos para veículos de notícia em diversos tipos de plataformas, além da possibilidade de perpetuação de determinados conteúdos nas mídias. Muitos espectadores puderam então ser entendidos como testemunhas de acontecimentos limites, como os atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos, pois foram influenciados afetivamente pela enorme e excessiva cobertura midiática feita em todo o mundo.

Ao falar sobre a presença do testemunho nas mídias, Lage (2016) afirma que é notória, nos dias de hoje, uma realidade distinta do argumento de outros teóricos do assunto de que os testemunhos se esbarram em dificuldades de irrepresentabilidade, por exemplo. Para esse autor, o contexto contemporâneo favorece o aparecimento de testemunhos: “Ao que parece, vivemos todos em um contexto no qual o testemunho se constitui como possibilidade sempre iminente” (LAGE, 2006. p. 23). Na contemporaneidade, o testemunho tornou-se, segundo Frosh e Pinchevski (2009), onipresente graças às inúmeras possibilidades tecnológicas capazes de fazer com que pessoas, em diferentes lugares do planeta, testemunhem um acontecimento. Eles apontam “o 11 de setembro de 2001” como um evento capaz de produzir testemunhas, diferentemente do Holocausto que não deixou quem pudesse relatar do início ao fim os fatos.

É necessário pontuar que, embora exista uma infinidade de meios pelos quais hoje podemos enviar e receber relatos, ainda há padrões de classe, raça e gênero que podem determinar a legitimidade de muitas narrativas testemunhais nas mídias, entre outros fatores. Por isso, o discurso testemunhal pode surgir nos meios, como nas redes sociais, mas a credibilidade desse discurso pode ser questionada em função do grupo ao qual a testemunha pertence ou ao contexto visto como determinante. Um exemplo disso são vítimas de estupro que têm seus relatos postos em dúvida devido as suas vestimentas, ao histórico comportamental ou por frequentarem ambientes suscetíveis de violência.

A onipresença do testemunho mostrou uma nova relação entre as pessoas comuns e as mídias, de acordo com Frosh e Pinchevski (2009), o que nos revela o caráter mundano dos testemunhos surgidos na contemporaneidade. Diante de todo o aparato tecnológico audiovisual e das coberturas jornalísticas em tempo real, esses autores apontam que o testemunho da mídia se tornou uma instância de consumo coletivo, o que dá a ele uma significativa importância não somente analítica, como também cultural, pois abre espaço para problematizações e discussões.

O testemunho da mídia, sugerimos, representa uma terceira fase: ele projeta o público como o destinatário final e o produtor principal, tornando o coletivo tanto o sujeito quanto o objeto do testemunho cotidiano, testemunhando sua própria realidade histórica à medida que ela se desenvolve. É o surgimento dessa performance coletiva de autoafirmação mundana e perpétua - na, pela e por meio da mídia - que torna o testemunho da mídia não apenas útil analiticamente, mas também culturalmente significativo. (FROSH; PINCHEVSKI, 2009, p. 12, tradução nossa)

Dessa forma, esses autores argumentam que a fácil acessibilidade das mídias permite que nós, espectadores, recebamos testemunhos a todo momento de pessoas que não conhecemos. Isso nos coloca, de certo modo, em uma posição de cumplicidade com os acontecimentos e de não podermos mais afirmar que não sabíamos de um fato: "Você não pode dizer que não sabia" (JOHN ELLIS, 2000, p. 11 apud FROSH, 2009, p. 53). Todavia, essa afirmação é muito complexa, porque, apesar dessa possibilidade de recebermos informações o tempo todo, é preciso levarmos em conta a qualidade e a veracidade dessas informações.

Os testemunhos “na”, “pela” e “através” da mídia, descritos por Frosh e Pinchevski (2009) e aqui discutidos, trazem questões complexas para o campo da Comunicação e serão, portanto, de grande relevância para pensarmos no processo de mediação testemunhal nas obras “1968” e “Sobre lutas e lágrimas”. Esses três tipos de testemunho permitem-nos analisar a performance do jornalista como testemunha, a presença das pessoas como fontes/personagens das matérias e, prevê, também, um papel de testemunha em potencial para o espectador, com base na afetação provocada pela narrativa, que, sob uma perspectiva aristotélica, nos mostra um estado de vulnerabilidade da psique, segundo a qual todos estamos propensos a nos reconhecermos em determinados personagens de determinados eventos. O testemunho midiático, perante o espectador, é também uma grande potência política, pois se aproxima da capacidade “de fazer confrontarem-se mundos, de tornarem possível o reconhecimento de uma humanidade comum, ou de, no limite, ensejarem um reajuste das medidas do comum” (LAGE, 2016, p. 16).

A dinâmica interacional entre fonte, jornalista e leitor nos remete à concepção da tríplice mimeses de Paul Ricoeur (1994). Segundo o autor, “Se, com efeito, a ação pode ser narrada, é porque ela já está articulada em signos, regras, normas: é, desde sempre, *simbolicamente mediatizada*” (RICOEUR, 1994, p. 91, grifos do autor), ou seja, corresponde à mimese I, ou o que existe no mundo pré-narrativa. A mimeses II representa a passagem do relato para uma narrativa, por meio da escrita do jornalista, que carregou o relato consigo de modo a possibilitar que o mundo possa acessá-lo. A mimeses III é o momento em que essa

narrativa entra em contato com o espectador e que, por meio do encontro entre a narrativa e as referências do mundo externo, o espectador pode se sentir afetado por ela.

Ao pensarmos na relação de mediação do testemunho midiático, não podemos obviamente ignorar os deslocamentos de tempo e espaço, pois eles são importantes elementos que compõem o processo de interação entre testemunha direta, jornalista e espectador. Frosh (2009) fala sobre a criação discursiva da presença a partir da verbalidade e do visual, o que produz uma referência de espaço e de tempo na narrativa. Isso permite a união do que Peters (2001, apud FROSH, 2009, p. 49) vai chamar de “as duas faces do testemunho”, a experiência direta e o discurso em benefício dos que não estavam lá. O conceito de “dupla face do testemunho” é fundamental para compreendermos como narrativas jornalísticas podem dar uma segunda vida a um evento, considerando que isso só é possível por meio do entrosamento entre discurso e leitor. Assim, somos levados às questões morais e epistemológicas que surgem a partir da problemática dos deslocamentos de tempo e espaço no testemunho das mídias:

Como podemos entender o vasto número de eventos que não acontecem conosco pessoalmente, que são removidos de nós no espaço e no tempo? Qual é o status moral e epistemológico da compreensão que podemos obter de tais eventos por meio dos relatos de testemunhas - aqueles que estavam "lá" - especialmente se esses eventos envolveram grande sofrimento? Quais são as consequências sociais e culturais de tais relatórios e os tipos de conhecimento que eles transmitem? (FROSH, 2009, p. 50, tradução nossa)

O testemunho ocupa um lugar central nas narrativas midiáticas, principalmente nas narrativas jornalísticas. Como pudemos ver, o jornalista é um agente ativo que permite a existência da experiência perante o público por meio do seu trabalho de torná-la discurso e, assim, possibilitar, em alguns casos, a narrativa como meio de luta política em nome dos oprimidos. O jornalista é uma das testemunhas que encara o desafio de narrativizar um evento que está deslocado dos espectadores em tempo e espaço, criando o que Frosh (2009) chama de “âncora discursiva”, mesmo quando este evento também está distante do jornalista pelas mesmas variáveis. A complexidade de aspectos que envolvem o texto testemunhal nos mostra a real importância de refletirmos sobre os modos como se dão os testemunhos, seja “na mídia”, que é quando a testemunha direta do evento dá o seu relato; “pela mídia”, que é quando o testemunho ocorre por meio da construção narrativa jornalística, por exemplo; ou “através da mídia”, que, por sua vez, ocorre quando o espectador torna-se uma testemunha do evento pelo elo simbólico entre o discurso jornalístico e o mundo que existe externo a ele.

A partir das reflexões feitas, é importante também pensarmos até que ponto o testemunho é realmente valorizado na prática jornalística, em termos éticos e de alteridade, e não somente como mera técnica de reconstrução do passado, para que, assim, possamos compreender sobre as consequências socioculturais e sobre os tipos de conhecimento que esses relatos transmitem, como questiona Frosh (2009), principalmente considerando o contexto brasileiro de disputas narrativas e de testemunhos ameaçados por interesses criminosos.

Pretendemos refletir sobre essas questões a partir dos resultados da aplicação metodológica prevista para esta pesquisa. Inicialmente, nos ateremos a discutir alguns pontos importantes das narrativas “1968” e “Sobre lutas e lágrimas”, que nos levam a compreender sobre demandas inevitáveis referentes à pretensão à verdade, às lacunas e ao evento como acontecimento-objeto, conforme definido por Quéré (2012).

Zuenir Ventura (2018) traz inúmeras narrativas, em “1968: O ano que não terminou”, que revelam ao leitor partes da história brasileira, ocultadas pela ditadura militar. Essas narrativas tratam de pessoas diversas e acontecimentos diferentes que vão desenhando a nossa narrativa histórica com base em testemunhos de muitos indivíduos que viveram as experiências e também no testemunho pessoal, em alguns momentos, de Zuenir. Quando ele escreve sobre o assassinato de Edson Luís, ele transforma em narrativa um evento o qual ele viveu como personagem distante, mas o transformou em objeto simbólico, traduzindo-o como o ponto de partida para todas as manifestações da sociedade civil e a violência do Estado que antecederam o AI-5, em 1968. Zuenir chega com o título “Onde tudo começou”, carregado de potência estética e política, com sua linguagem subjetiva, própria da literatura e emprestada ao texto jornalístico testemunhal. Seu capítulo começa assim: “O Rio de Janeiro já foi uma cidade capaz de parar numa sexta-feira à tarde para enterrar um estudante morto pela PM” (VENTURA, 2018, p. 106). Esse pequeno primeiro parágrafo soa desconfortável para quem o lê hoje e sabe que essa cidade é tão grande, movimentada, violenta e com tanta gente despolitizada, e que agora fecha os olhos para eventos como esse. Mas antes não. E Zuenir escolhe o tempo verbal certo para nos mostrar que seu livro, publicado pela primeira vez em 1988, já falava dos dias de hoje. O jornalista narra em detalhes o dia em que seria enterrado o corpo de Edson Luís e toda a confusão em volta disso, da morte à missa de sétimo dia, que contou com ataques das forças policiais. Começa falando sobre os filmes que passavam nos cinemas da Cinelândia naquele dia, que faziam alusões ao acontecimento: “A noite dos generais”, “À queima-roupa” e “Coração de Luto”. Todos os detalhes frutos de pesquisa e de depoimentos de pessoas que ali estavam. Todo um emaranhado de informações e relatos

organizado em uma linguagem comum para nós, leitores, pelo trabalho do jornalista de construir a memória desse evento.

Em “Sobre lutas e lágrimas”, Mário Magalhães coloca em pauta diversos acontecimentos importantes do ano de 2018 para o Brasil. Mário traz testemunhos pessoais de suas experiências como jornalista e cidadão brasileiro: “Conto o que testemunhei, vivi, senti e pensei” (MAGALHÃES, 2009, p. 16). Obviamente traz também testemunhos de outras pessoas. Ele agradece especialmente à Mônica Benício por dar a ele memórias pessoais com Marielle Franco, narradas já no início do prólogo quando conta sobre o último réveillon que passaram juntas. Ele deixa bem claro que é um livro de 2018, mas com muitas referências de um passado sombrio do nosso país. “Os passeios históricos, idas e vindas cronológicas, prestam-se a cotejar retóricas e ações do presente com pregações e práticas do passado, sobretudo de regimes totalitários e movimentos antidemocráticos” (p. 16). Mário testemunha o que muitos de nós também testemunhamos naquele ano: crises políticas, econômicas, ameaças de golpes e muita violência; mas ele é quem carrega grande afetação para escrever sobre isso e trazer, de forma passível de compreensão, uma representação crítica de 2018.

Esse trabalho de recuperação do passado, feito por Zuenir e por Mário, nos impõe a pergunta: é necessário que o jornalista esteja sempre presente em um acontecimento para poder testemunhar sobre ele? Acreditamos que não. O que deve ficar claro para o leitor, principalmente em um momento de disputas narrativas, é o fato de que o jornalismo tenta se aproximar da realidade por meio da apuração e do uso de fontes confiáveis, embora o conceito de “confiável” seja relativo entre os veículos de comunicação. Além disso, o jornalismo feito próximo à literatura pode se entregar, em alguns momentos, à imaginação de detalhes que antes eram lacunas para a escrita, entretanto, de forma que não comprometa a informação recebida. No caso da narrativa sobre o assassinato de Edson Luís, Zuenir toca em um acontecimento testemunhado por uma multidão de pessoas e por tantas outras que possivelmente leram a respeito em algum jornal e, posteriormente, em seu livro. Esses leitores são testemunhas devido à afetação produzida, ao conhecimento obtido e à oportunidade de produção de novos significados a respeito do acontecimento. Mesmo assim, é importante afirmarmos que o jornalismo trabalha com a representação do real como um contrato, dentro das possibilidades que fazem parte dos jogos de poder inerentes às instituições jornalísticas. Dessa forma, não há a promessa da construção integral do passado, até porque, como já vimos, isso seria impossível. O testemunho em si já traz consigo um viés subjetivo e lacunar. O jornalismo ampliado, como o que Zuenir e Mário fazem em seus livros, tem total liberdade

de escolha de fontes, de linguagem e de eixo de abordagem, procurando respeitar as necessidades afetivas e morais dos leitores.

Zuenir tem o pensamento de que o ano de 1968 ainda responde muitas perguntas do nosso presente e que ainda responderá muito mais. Mário acredita que 2018 também terá o papel de um ano a ser revisitado devido a sua importância para os contextos políticos e sociais do Brasil. A construção das memórias desses dois anos, feitas por esses dois jornalistas, nos mostra que ambos têm o potencial de tornar o leitor um tipo de testemunha, tanto de 1968 quanto de 2018, pois o sentimento ao visitar essas narrativas para compreendermos o que ainda virá não é nada mais que afetação.

2.2. O testemunho jornalístico

Compreendemos que as narrativas, de um modo geral, indicam formas de entendermos as informações que estão à nossa volta, bem como as interações. Refletindo especificamente sobre as narrativas midiáticas, podemos considerar, como já mencionamos, que elas detêm o potencial de apresentar referências que são essenciais para interpretarmos o mundo a nossa volta (RESENDE, 2009). Assim, as narrativas se estabelecem também como meios de conhecimento do mundo, como espaços de representação dos sujeitos e, no caso das jornalísticas, como local de acolhimento discursivo para os conflitos sociais, como já dito por Zamin (2009). Tendo em vista essas condições existenciais da narrativa jornalística e o contexto de disputas pela posse da verdade nas mídias, pensamos, neste trabalho, na atividade do jornalista que trabalha com narrativa de caráter testemunhal como ato de produção de conhecimento e de discursos que posicionam os relatos de testemunhas, com todas as suas complexidades, no mundo como objeto simbólico de potência política de memória. O jornalismo feito aos moldes da ampliação da realidade pode oferecer à testemunha de um evento a possibilidade de conceber um produto subjetivo, aprofundado e independente de narrativas já enraizadas no imaginário social, reconhecendo, portanto, a importância dos sujeitos na história e de reescrevê-los socialmente por meio de seus relatos. Isso permite a nós, espectadores, uma reflexão maior a respeito da realidade que nos cerca.

As narrativas existem como forma de contar histórias e estabelecer conexões de sentido em diferentes campos de atuação para além do jornalismo. Elas possuem uma dimensão antropológica e envolvem tanto um protocolo de execução quanto um conjunto de mediações diversas, como explica Leal (2013). Compreendemos aqui as narrativas como uma

maneira de tornar a experiência humana compreensível, o que ocorre, como já dito anteriormente, por meio do processo de mediação entre o mundo que existe anterior à narrativa, o autor, o leitor e os conhecimentos de mundo que se encontrarão com a narrativa a fim de atribuir sentidos a ela. Desse modo, o que muitos teóricos da comunicação chamam de “receptor” não corresponde ao fim do processo de construção da narrativa, mas “a condição para a sua perpetuação” (Leal, 2013, p. 33).

A narrativa surge a partir da necessidade de contar um acontecimento ou uma ação. É uma “imitação”¹⁷ da realidade, de ação, produzindo, portanto, uma representação do real, que varia de acordo com a interpretação do narrador ou da angulação que ele pretende dar à ação. Assim, “a representação narrativa não é em momento algum espelhamento, reflexo, mas um gesto criador de realidades, de mundos, de entendimentos” (LEAL, 2013, p. 35). “1968: O ano que não terminou” e “Sobre lutas e lágrimas” trazem narrativas sobre 1968 e 2018, respectivamente, em uma proposta de representação das ações desses anos e não em uma tentativa de reconstrução integral dos fatos. Há inúmeras marcas subjetivas dos autores em ambos os livros, tanto pelas impressões pessoais de determinados eventos, quanto pela angulação dada, bem como pelo uso de determinadas fontes ao invés de outras.

Uma das condições imprescindíveis para se contar histórias é aprender a ouvir e a ler aqueles que viveram as experiências ali contadas, isto é, ser um “interlocutor” (LEAL, 2013). Quando falamos da dinâmica do texto testemunhal, compreendemos a figura do jornalista como mais que um simples mediador dos fatos relatados pelas testemunhas, isto é, como uma testemunha ativa nos acontecimentos, porque a experiência de um indivíduo passa a existir para um “outro” distante quando é construída em forma de texto passível de entendimento e de imersão na realidade ali contada.

O jornalista torna-se uma testemunha de potente afetação na medida em que transforma sua escuta e sua escrita em práticas dedicadas a um produto final capaz de mostrar uma realidade que incomode seu interlocutor, seja pela diferença ou pela semelhança, e que possa levantar questionamentos e críticas acerca de nossas experiências sociais. Esse “incômodo” é um dos indícios de que tal narrativa não é só mais um texto qualquer, para ser lido na prensa do dia, sem atenção, no “automático”, como ocorre muitas vezes com matérias produzidas por jornalistas que deixam de dar o real viés político para suas narrativas, escondendo-se por trás da objetividade, o que é muito comum principalmente no jornalismo diário tradicional. Tuchman (1999) explica que a objetividade é utilizada, em alguns casos,

¹⁷ Em Ricoeur (1994), a noção de mimeses traz consigo uma dimensão criadora do processo de construção simbólica da realidade.

como estratégia para amenizar as pressões sobre prazos, críticas do público e dos donos dos meios de comunicação. Dessa forma, o jornalista se exime de determinadas responsabilidades sobre o conteúdo publicado e em relação às testemunhas. Isso pode comprometer a representação da experiência das narrativas jornalísticas, desvalorizar a dimensão política do testemunho, e, conseqüentemente, o processo de interação com o leitor.

Em uma *live* produzida pela Rede de Pesquisa Narrativas Midiáticas Contemporâneas (Renami) em 2021, Fabiana Moraes aponta que a perspectiva subjetiva do jornalismo tem sido tratada comumente como “jornalismo humanizado”, o que, de certa forma, coloca, segundo ela, a objetividade como um polo negativo e a subjetividade como um polo positivo. Contudo, Fabiana explica que a sua problematização sobre a subjetividade no jornalismo não se trata dessa ideia de polarização. A autora afirma que é recorrente que narrativas jornalísticas subjetivas sejam marcadas por preconceitos, como o racismo, e pontua que existe uma tendência de se velar esses preconceitos por meio da objetividade. Ela considera a objetividade importante para o jornalismo, contudo, sua crítica é sobre “uma objetividade baseada em uma racionalidade excludente, racializada, exotificante, binária, masculinista, branca e universalista” (MORAES, 2021), que reproduz desigualdade. É importante destacarmos aqui que a narrativa como síntese pressupõe a escolha de um determinado ângulo necessário para a construção da história, em detrimento de outros, o que, por si só, já confirma o caráter subjetivo do texto.

Resende (2011), pensa a narrativa jornalística como um problema de pesquisa, visto que seu discurso é atravessado por um paradoxo imposto pela tentativa de colocar em relação o discurso e o real: é uma instância que dá a ver o mundo, contudo, em sua totalidade, é inapreensível pelo uso da linguagem tecnicista, comumente utilizada, devota da simplificação e refém de ordens discursivas. Segundo ele, é preciso assumirmos uma postura crítica que “suspeite de princípios dados como fixos, na medida em que considerar a narrativa como lugar de produção de sentido é também atendê-la como objeto que produz conhecimento” (RESENDE, 2011, p. 1). Dessa maneira, a narrativa jornalística passaria a ser compreendida, segundo esse autor, como um conjunto de problemas, de intenções e de orientações, que podem dar a ver o possível do mundo por meio do seu discurso e ser também um espaço de reflexão, considerando suas limitações e potencialidades.

Rezende e Peres (2016), ao discutirem sobre o jornalismo como uma prática discursiva produtora de sentidos, afirmam que, quando o testemunho é valorizado nas narrativas midiáticas para além da técnica, ele pode dar a ver um sensível da experiência e levar o espectador em direção a um outro indivíduo, tendo em vista o potencial político e estético

presentes nessas narrativas. Segundo eles, na contemporaneidade, o próprio avanço tecnológico tem contribuído para o desdobramento dos enquadramentos midiáticos aos quais estamos sujeitos, levando em conta as novas demandas que surgem a todo instante. Dessa forma, encontramos narrativas nas quais o testemunho é trabalhado das mais diversas formas: das mais sensíveis às mais simplistas, que se justificam em nome da objetividade e da tentativa de se aproximar do fato. É preciso considerarmos, nesse ponto, a importância do caráter político e estético das narrativas jornalísticas (REZENDE E PERES, 2011) que trabalham com testemunhos, para o desnudamento de crimes e a ampliação de vozes anuladas, conforme já dissemos em outras partes deste trabalho. Além disso, “pensar o jornalismo de teor testemunhal, atribuindo à prática jornalística um caráter relacional, é aqui entendido como um gesto proativo, pois apresenta perspectivas que nos conduzem ao conhecimento de modos narrativos que ampliam nossas formas de compreender o jornalismo.” (REZENDE e PERES, 2011, p. 134).

Em “1968: O ano que não terminou” e “Sobre lutas e lágrimas”, temos narrativas que tornam o leitor testemunha a partir da escrita dos jornalistas Zuenir e Mário sobre o relato de outras pessoas. Os testemunhos apresentados são protagonistas nesses dois livros jornalísticos, porque é por meio deles que os autores realizam um trabalho de memória ao construir relatos de acontecimentos de grande interesse social de épocas que sofreram com os abusos de memória daqueles que desejam esconder determinados fatos, como os crimes da ditadura militar e o contexto violento e a censura política de 2018. Podemos ver o jornalismo praticado por Zuenir e por Mário como um jornalismo de denúncia, que se esforça para abranger a memória dos indivíduos negligenciados pelo Estado, por meio da apuração dos fatos, pelos testemunhos oferecidos e pelos dados e documentos diversos consultados. Podemos ver nessas narrativas impressões pessoais dos dois autores que possibilitam uma relação entre o discurso e as emoções do espectador, que pode testemunhar os acontecimentos narrados nos livros de forma reflexiva, detalhada e criativa. Isso fica muito claro, por exemplo, no episódio em que Mário Magalhães narra suas impressões do velório de Marielle Franco e Anderson, na Alerj, sobre o qual ele descreve detalhes relevantes do que viu a sua volta e também a maneira como se sentia a respeito daquele acontecimento. Essas impressões também ficam claras pela maneira nostálgica por meio da qual Zuenir escreve sobre os sonhos, as frustrações e as penas da geração que viveu intensamente 1968, independentemente do jornalista estar presente nos eventos narrados. A dinâmica relacional do jornalismo, feita por esses dois autores, permite ao público se sentir mais próximo do acontecimento, o que o provoca a analisar suas diferenças e semelhanças com a realidade

contada. Esse exercício é necessário para o nosso atual contexto social, tendo em vista as disputas pela verdade na mídia que têm se mostrado, em muitos momentos, maiores do que a busca pela empatia. Além disso, compreendemos que essas narrativas ainda retornarão em alguns momentos, pois muitos acontecimentos narrados por Zuenir e por Mário ainda aguardam desdobramentos.

Neste tópico, propusemo-nos a discutir sobre o papel do jornalista como testemunha e sobre o protagonismo que as narrativas de testemunho detêm como parte da nossa história social. Ao contrário da crítica de Beatriz Sarlo (2007) sobre termos que tomar cuidado com os “excessos de testemunhos”, não podemos considerar que, em nosso contexto como brasileiros, vivemos esse “excesso”. Reconhecemos aqui que o histórico do Brasil de incentivo ao testemunho de vítimas de atrocidades cometidas em momentos de crise política sempre foi restrito, com poucas exceções como a criação da Comissão Nacional da Verdade¹⁸ para apurar crimes exercidos pelo Estado de 1946 a 1988. Dessa forma, conforme afirma Seligmann-Silva, os testemunhos dos brasileiros vítimas de violações ainda não emergiram e precisam ser contados.

Nossos testemunhos estão sufocados pelas amarras de uma “política do esquecimento” que não conseguimos até agora desmontar. De certa maneira, podemos dizer que as vítimas e aqueles que lutam pela verdade, pela memória e pela justiça ficam relegados pelos donos do poder a uma posição melancólica, difícil de aceitar e de com ela conviver. Ela destrói. O grande desafio que se coloca hoje, 30 anos depois da anistia, é quebrar as barreiras que até hoje impediram este trabalho de testemunho de entrar em funcionamento. (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 14)

Por isso, vemos em livros jornalísticos pró-democracia como “1968: O ano que não terminou” e “Sobre lutas e lágrimas” uma forma de olharmos para o nosso passado e contá-lo de modo a valorizarmos o testemunho de quem antes foi injustiçado. Logo, para nós, é de grande relevância compreender como Zuenir Ventura e Mário Magalhães constroem seus testemunhos em suas narrativas, tomando, como pontos de análise, os componentes político e estético.

¹⁸ A Comissão Nacional da Verdade exerceu suas atividades de novembro de 2011 a dezembro de 2014, tendo entregue seu relatório final de investigação de práticas de violação dos direitos humanos à então presidenta Dilma Rousseff.

3- AS NARRATIVAS “1968: O ANO QUE NÃO TERMINOU” E “SOBRE LUTAS E LÁGRIMAS” E OS TESTEMUNHOS NA, PELA E ATRAVÉS DA MÍDIA

A partir de agora, nos aprofundaremos ainda mais nas discussões que nortearão a compreensão do nosso problema de pesquisa. Assim, traçaremos nossa proposta metodológica, aproximando-a dos conceitos e das teorias vistos até aqui, contemplando aspectos presentes em “1968: O ano que não terminou” e “Sobre lutas e lágrimas: uma biografia de 2018, o ano em que o Brasil flertou com o apocalipse”, bem como nas entrevistas, referentes à construção da narrativa por meio da experiência temporal e às diversas temporalidades presentes nela (RICOEUR, 1994; SARLO, 2007), ao lugar do jornalista como testemunha que ouve o relato e o transmite simbolicamente (GAGNEBIN, 2006; SELIGMANN-SILVA, 2009), aos tipos de testemunho da mídia (FROSH e PINCHEVSKI, 2009), à prática jornalística, o testemunho e a imagem do “outro” (RESENDE e PERES, 2016), à narrativa jornalística como espaço de resistência identitária e de memórias negligenciadas em contextos opressores (RICOEUR, 2007; GAGNEBIN, 2006). Além disso, com essa análise, buscamos tensionar a noção de verdade, proposta por Foucault (1999), e a maneira como ela regula a existência do jornalismo, no que se refere às circunstâncias de poder, conforme explicam Franzoni, Ribeiro e Lisboa (2011), considerando o contexto de disputas narrativas. Ao final, será feita uma breve análise em que buscaremos as aproximações e distanciamentos entre as obras.

Afirmamos que a escolha dos dois livros jornalísticos, além das duas entrevistas, como objetos de pesquisa, deu-se pelo protagonismo do livro na atualidade para a produção de sentidos e compreensão reflexiva da realidade. Para isso, queremos destacar a fala de Beatriz Marocco (2011) quando ela pontua, sob um viés científico, que livros jornalísticos trazem para nós “o exercício do jornalismo de outro modo e que são importantes para a constituição de um saber das práticas jornalísticas” (p. 117). Logo, apreender o processo de escrita e o modo como Mário Magalhães e Zuenir Ventura estabelecem suas práticas jornalísticas é imprescindível para a discussão que pretendemos fazer.

A metodologia que utilizaremos para articular nossas discussões será pautada na análise da narrativa e em entrevistas feitas com os autores Zuenir Ventura e Mário Magalhães. As entrevistas serão analisadas concomitantemente às obras. É relevante dizer que a entrevista feita com Mário Magalhães ocorreu no dia 15 de julho de 2021, via *Google Meet*, e tem duração de aproximadamente 1h16min. Já a entrevista com Zuenir Ventura foi feita via e-mail, com mediação do seu filho Mauro Ventura, após algumas tentativas de contato com o

autor. Zuenir se dispôs a responder quatro perguntas, pois estava cheio de tarefas assumidas anteriormente por conta da finalização de um livro.

Tanto a análise da narrativa quanto as entrevistas foram escolhidas com a finalidade de compreendermos a articulação entre as narrativas e o processo de produção delas, considerando o papel de testemunha que os dois autores exercem em seus livros, respectivamente. Para isso, utilizaremos operadores estabelecidos por Dayane Barretos (2017). Os operadores são: **a relação entre o narrador e os personagens na etapa de captação das informações; a construção da narrativa, e o processo de compartilhamento que pressupõe o leitor**. O problema de pesquisa que nos norteia se refere à forma como os tipos de testemunhos atuam de modo a dar, simbolicamente, uma segunda vida aos anos de 1968 e 2018, mobilizando diversos tempos e memórias que estão envolvidos no processo de disputas narrativas. Apresentaremos, a seguir, cada um dos três operadores e seus respectivos eixos norteadores. Para isso, utilizaremos os testemunhos descritos e discutidos por Frosh e Pinchevski (2009), que são o “testemunho *na* mídia”, o “testemunho *pela* mídia” e o “testemunho *através* da mídia”.

De acordo com Dayane Barretos (2017), **a relação entre o narrador e os personagens durante a captação** trata especificamente “da constituição das relações entre as jornalistas e os demais sujeitos envolvidos no processo de obtenção de informações que serão organizadas narrativamente” (p.74). Para tratarmos dessa relação, mediante o nosso problema de pesquisa, utilizaremos, como eixo norteador, o “testemunho *na* mídia”, que, segundo Frosh e Pinchevski (2009), se refere às testemunhas diretas de um acontecimento. Tendo isso em vista, analisaremos a construção simbólica da imagem do “outro” discutida por Resende e Peres (2016).

O segundo operador discutido por Dayane Barretos (2017) é **a construção da narrativa**. De acordo com a autora, esse operador diz respeito à configuração textual da narrativa:

É examinando as escolhas do modo de narrar efetuadas pelas jornalistas, a proposta estrutural, a forma escolhida para organizar os sentidos, as vozes e as presenças dos sujeitos, a presença do narrador, entre outros, que podemos compreender sobre o processo de escrita em si e o modo como os sujeitos são constituídos narrativamente desde a apropriação do eu-narrador. (p. 75)

Neste trabalho, analisaremos como o jornalista apresenta sua narrativa enquanto testemunha, isto é, como ele cria para si um lugar testemunhal para traduzir aquilo que lhe foi relatado. Utilizaremos aqui, como eixo norteador, o conceito de “testemunho *pela* mídia”,

proposto por Frosh e Pinchevski (2009). Dentro dessa análise, discutiremos como o jornalista aciona os componentes “temporalidades” e “memória”, que são estruturais nas narrativas “1968: O ano que não terminou” e “Sobre lutas e lágrimas”. Refletiremos sobre a narrativa jornalística como um meio potente de política da memória, como local de produção identitária e de ampliação de memórias excluídas que devem ser contadas por uma questão de justiça, conforme discutem Ricoeur (1994) (2007) e Gagnebin (2006). Também discutiremos a condução da linguagem e de elementos contextuais que revelam uma atmosfera testemunhal atuante no trabalho de tornar os acontecimentos-existenciais em acontecimentos-objetos, segundo a definição de Quéré (2012) sobre a produção narrativa de um relato.

O terceiro operador - **o processo de compartilhamento que pressupõe o leitor** (BARRETOS, 2017) - se refere, segundo a autora, “ao retorno dos sentidos ao mundo da experiência, à reconfiguração efetuada pelo leitor” (p.75). Assim como essa autora define em seu trabalho, também pressupomos a ideia de um leitor no processo de construção da narrativa, entendendo que este leitor não representa o fim do processo, mas uma instância essencial para a perpetuação da narrativa, de acordo com Leal (2013). Buscamos refletir como os testemunhos oferecidos pelas duas obras analisadas acionam o leitor no processo de mediação como testemunha potente, no que tange aos significados que as narrativas jornalísticas podem engendrar no mundo. É necessário, portanto, refletirmos também sobre a repercussão de “1968: O ano que não terminou” e de “Sobre lutas e lágrimas”, no que se refere aos papéis que elas exercem nas dinâmicas das disputas narrativas nas mídias. Para isso, propomos como eixo norteador o “testemunho *através* da mídia”, conforme colocado por Frosh e Pinchevski (2009).

3.1 “Sobre lutas e lágrimas” – o testemunho da barbárie

Mário Magalhães é um premiado jornalista brasileiro que já trabalhou em jornais como *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, entre outros. É autor dos livros “O narcotráfico”, “Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo” e “Sobre lutas e lágrimas: uma biografia de 2018, o ano em que o Brasil flertou com o apocalipse”. “Sobre lutas e lágrimas” foi lançado em 2019, em meio ao primeiro ano de governo do Bolsonaro como presidente do Brasil. É sem dúvida um livro jornalístico essencial para compreendermos o que foi 2018 e as muitas razões que nos trouxeram a uma enorme crise política, sanitária, econômica, mas principalmente moral pela qual estamos sendo sufocados em 2021. Mário Magalhães traz, por

meio de testemunhos, alguns dos acontecimentos mais importantes de 2018, não deixando de lado o teor crítico necessário para lidar com o tipo de conteúdo de um ano em que políticos e pessoas comuns relativizaram o “irrelativizável”, como ele mesmo afirma. Neste tópico, traremos, em análises, pontos interessantes para pensarmos na maneira como o autor conta esses acontecimentos, dando a eles uma existência simbólica em aspectos de tempo e memória, fugindo da ideia de que o jornalista é apenas alguém que media o discurso.

3.1.1 A relação entre o narrador e os personagens durante a captação

“Sobre lutas e lágrimas” é uma obra que explicita a visão do jornalista Mário Magalhães acerca da realidade dramática do ano de 2018. Embora trate de muitos personagens que tiveram uma expressiva presença midiática naquele ano, Mário Magalhães (2019) estabeleceu como sujeitos centrais Marielle Franco, Jair Bolsonaro e Luís Inácio Lula da Silva, visto a enorme influência que tiveram em 2018 e o protagonismo deles diante dos acontecimentos. É importante pensarmos aqui em como o autor constrói simbolicamente a imagem desses personagens, fazendo uso de recursos linguísticos, literários e por meio de elementos históricos e culturais. Antes de iniciarmos a análise, deixaremos evidente que os três principais personagens do livro não foram entrevistados pelo jornalista, portanto não são fontes.

Ao longo dos capítulos do livro, é possível percebermos como o autor concebe as imagens desses três personagens buscando outras narrativas midiáticas que justifiquem sua abordagem, criando análises, analogias, alusões e principalmente exteriorizando sua opinião diante da “toxicidade” que foi 2018, conforme ele mesmo define.

A vereadora Marielle Franco, como sabemos, foi assassinada junto de seu motorista Anderson Gomes em um atentado de cunho político. Ela defendia, em suas ações, o feminismo e os direitos humanos. Era crítica à intervenção federal no Rio de Janeiro e a determinadas ações da Polícia Militar, principalmente aos atos truculentos em áreas periféricas. Em “Sobre lutas e lágrimas”, Mário Magalhães constrói a imagem de Marielle como a figura do mártir ou aquela que foi submetida ao sofrimento por se recusar a abandonar seus princípios. “Mártir” é a palavra utilizada pelo autor para se referir a ela em uma fotografia do livro. Em fotos que compõem “Sobre lutas e lágrimas”, Marielle surge,

inicialmente, sorrindo, depois concentrada em uma reunião na *Casa das Pretas*¹⁹ e, novamente, sorrindo em cartazes e grafites pelo Rio de Janeiro após ter sido assassinada. Seu nome é mostrado em bandeiras e na placa intitulada “Rua Marielle Franco”, que a homenageia.

Embora o destino de Marielle tenha sido trágico, Mário Magalhães inicia o livro contando sobre seu último réveillon, no qual ela se divertiu despreocupadamente com Mônica Benício e com amigos próximos, como mencionamos em outros momentos deste trabalho. O jornalista traz detalhes da vida de Marielle, do início do relacionamento com Mônica, de sua origem humilde no Complexo de Favelas da Maré, no Rio, até a sua ascensão como vereadora pelo PSOL. Podemos ver que, apesar de ela ser mais conhecida por sua forte atuação política, ele mostra Marielle como uma mulher comum.

Para compor a história do réveillon de Marielle, Mário Magalhães (2021) afirma que entrou em contato com Mônica Benício. Mônica mostrou a ele o telefone onde estavam fotos e vídeos de Marielle daquela ocasião, o que ajudou o jornalista a entender aqueles dias. Além disso, ele foi ao apartamento de Mônica para falar pessoalmente com ela. Em entrevista²⁰ para esta pesquisa, Mário conta sobre o processo de encontro com essa memória de Marielle:

A Marielle fazia muita selfie e vídeo. E tinha a Marielle se filmando... todo mundo ali abrindo o espumante e tinha muitas fotos que a própria Marielle tinha postado no *Instagram*. Elas ajudaram a entender aqueles dias. É claro que a entrevista com a Mônica foi tão importante, que, nos agradecimentos... eu acho que ela é a única pessoa entrevistada que eu agradeço, embora eu tenha falado com muita gente, pessoas que aparecem durante o livro. (MAGALHÃES, 2021, grifo nosso)

Consoante a isso, Mário Magalhães (2021) acredita que o jornalista precisa ter uma postura sensível diante da dor daquele com quem ele falará para compor uma narrativa:

É preciso entender o drama, a dor do outro e, na medida do possível, buscar informações, que é o que a gente faz numa entrevista... que é o que os historiadores chamam de “história oral” e, no jornalismo, é entrevista. Então, isso que aconteceu com a Mônica... mas eu já vivi, eu já fiz entrevistas muito mais dramáticas.

No capítulo “Mataram Marielle”, publicado em 21 de março de 2018, Mário Magalhães narra a atmosfera de desesperança com a qual se deparou no centro do Rio de Janeiro, no dia 15 de março, um dia após o assassinato de Marielle e de Anderson. A alusão

¹⁹A *Casa das Pretas* mencionada fica no Rio de Janeiro e funciona como espaço para encontros, para produção e para troca de experiências e saberes da realidade das mulheres negras.

²⁰A entrevista pode ser lida na íntegra no Apêndice A deste trabalho.

histórica feita a Edson Luís, símbolo das lutas estudantis no período ditatorial, morto violentamente pela Polícia Militar do Rio de Janeiro em uma ação política em 1968, corrobora para a ideia da figura de Marielle como mártir, vítima de um crime político:

A quinta-feira amanheceu entorpecida pela desesperança. No metrô, não foi figurativo o silêncio sepulcral dos passageiros. O pranto da cerimônia na Cinelândia se misturou, pouco a pouco, a proclamações de rebeldia e luta. Cinquenta anos após o assassinato do estudante Edson Luís por um policial militar, o Centro voltou a ser ocupado por uma multidão sedenta de justiça. “Marielle!”, convocavam as líderes dos protestos. “Presente”, respondiam os manifestantes. Repetiam a liturgia, com o nome de Anderson. (MAGALHÃES, 2019, p. 70)

Apesar de estar na manifestação por Marielle e Anderson, do dia 15 de março, como repórter, conforme contou na entrevista, é perceptível como o jornalista se aproxima de outras testemunhas daquele momento, para além do profissional. Ele dá ao leitor uma percepção de solidariedade, de afetuosidade e de reconhecimento naqueles que também estão ali na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, a Alerj, para o velório de Anderson e de Marielle. Mário menciona as pessoas que estavam presentes, chamando alguns deles apenas pelo primeiro nome, o que se caracteriza como um recurso literário de aproximação: “Ao tirar o sobrenome, eu me aproximo das pessoas” (MAGALHÃES, 2021).

No prólogo do livro, Mário Magalhães (2019), ao falar sobre Jair Bolsonaro, o segundo personagem principal da narrativa, livra-se de discussões abstratas de estudiosos que analisam se Bolsonaro é ou não é nazifascista. De acordo com o jornalista, o que interessa para sua narrativa é o fato de que ele emprega o método dos nazistas e dos fascistas: a denúncia nominal. Mário Magalhães descreve Bolsonaro como alguém que “mastiga e engole letras ao falar [...] Dá trabalho a quem transcreve seus discursos emendar os fragmentos de frases em que sílabas são descartadas no caminho como o palito de um Chicabon” (MAGALHÃES, 2019, p. 17). O jornalista traz informações conhecidas sobre o então candidato à presidência, como por exemplo, o fato de ele ser autor de várias *fake news*, como a do “kit-gay”, e traz também outras informações pouco conhecidas pelo público, como a de que ele fora punido com prisão de quinze dias, em 1986, por grave transgressão no Exército Brasileiro. Mário cita que a revista *Veja*, um ano depois, revelou que Bolsonaro havia feito um plano de explosão de bombas em quartéis. Embora ele tenha negado, a Polícia Federal confirmou que o esboço do plano continha sua letra.

Mário Magalhães (2019) coloca o título no capítulo 30 de “Projecinho de Hitler tropical”, inspirando-se na fala de Ciro Gomes, que assim chamou Bolsonaro em um discurso feito antes do primeiro turno das eleições de 2018. Baseando-se nesse comentário de Ciro, o

jornalista escolhe identificar Bolsonaro por meio de uma fala dele feita do lado de fora do aeroporto João Suassuna, em 2017, na qual ele prega um conservadorismo ameaçador contra as minorias e fanatismo religioso; nada que não tenha sido explorado também por outros jornalistas na época:

“Como somos um país cristão, Deus acima de tudo!”, gritou. “Não tem mais essa historinha de Estado laico, não! É estado cristão!” Pronunciou seu voto de fé: “Vamos fazer um Brasil para as majorias! As minorias têm que se curvar às majorias! A lei deve existir para defender às majorias! As minorias se adéquam ou simplesmente desapareçam!” (MAGALHÃES, 2019, p. 215)

Nesse mesmo capítulo, Mário Magalhães compara Bolsonaro a um tipo de ditador tropical tal qual Hitler, tendo como base seu discurso de extermínio, citado acima, que calhou com certa circunstância meteorológica:

Foi zombaria da história o sol implacável que cegava os anfitriões do capitão. Para mirá-lo na contraluz, eles levavam as mãos à testa em forma de aba do boné, proporcionando sombra aos olhos. O homem encolerizado ao microfone, naquele 8 de fevereiro, encarnava personagens sombrios. Ao preconizar o desaparecimento de minorias, evocou Ióssif Stálin trucidando oposições à esquerda e à direita. E o extermínio engendrado por Adolf Hitler. (MAGALHÃES, 2019, p. 215)

Magalhães afirma explicitamente que o bolsonarismo se conecta ao nazifascismo por meio de suas ideias de extermínio. Ele é caracterizado por seu comportamento público intolerante, que confunde os eleitores utilizando as mídias para difundir informações falsas contra seu oponente Fernando Haddad, que com ele concorreu às eleições no segundo turno em 2018: “Bolsonaro não apenas enumerou ameaças, mas as fantasiou, com êxito assombroso. Expôs males, reais ou não e se ofereceu para purgar o país” (MAGALHÃES, 2019, p. 19). O jornalista escolheu mostrar fotografias de Bolsonaro fazendo gesto de arma de fogo e sendo carregado por seus correligionários, minutos antes de ser esfaqueado. Sob essa última imagem, Mário Magalhães (2019) escreve: “Depois do atentado de 6 de setembro, o candidato não participou de nenhum debate, embora tenha dado numerosas entrevistas”²¹, uma fala que transmite desconfiança a respeito da conduta de Bolsonaro em sua campanha eleitoral.

Ao falar sobre o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, que também é um dos protagonistas em “Sobre lutas e lágrimas”, Mário o caracteriza como uma personalidade da política progressista que, apesar de ter seu nome envolvido em inúmeras acusações de corrupção e de ter sido condenado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª. Região (sem provas conclusivas), em janeiro de 2018, por uma questão de justiça e de defesa da democracia,

²¹ Não há numeração nas páginas com fotografias.

deveria ter tido direito à candidatura à presidência naquele ano, visto às óbvias incoerências em sua condenação. Mário Magalhães, ao escrever sobre a sentença de Lula, baseou-se na própria narrativa legal, segundo a qual são necessárias provas para a condenação. Narrou que a própria Marielle, opositora aos governos petistas, era a favor da candidatura de Lula em prol da democracia, embora apoiasse oficialmente Guilherme Boulos. O jornalista foi taxativo ao questionar o comportamento do judiciário em relação a Lula:

Quanto houve de político em sua condenação penal? Não se conhece gravação de Lula orientando empresário a pagar propina para testemunha de falcatura ficar calada. Nem achacando bandido endinheirado. Ou insinuando matar quem sabe demais. Não tem amigo com mala preta de dinheiro ou dinheiro malocado em apartamento. E aliado dono de helicóptero abarrotado de cocaína. Mas quem amarga a prisão é ele. (MAGALHÃES, 2019, p. 93-94)

No capítulo “Lula preso”, Mário Magalhães menciona algumas das incoerências e do esforço exacerbado de membros do judiciário brasileiro, como o ex-juiz Sergio Moro, para que Lula fosse finalmente encarcerado pela condenação da Lava Jato. No dia 05 de abril, um *habeas corpus* foi negado a Lula pelo STF, e uma multidão se juntou na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo. Os militantes e simpatizantes pró-Lula iniciaram uma vigília. Mário escreve em tom de observação: “(Nunca, em processo da Lava Jato, Sergio Moro havia sido tão expedito ao decretar a prisão para cumprimento de pena de réu solto, considerando a data em que ele o condenara.)” (2019, p. 91, grifos do autor).

Mário conta que Lula chegou à Sede do Sindicato, por volta das 19h10, e que seu comício se estendeu pela madrugada da sexta-feira, dia 06 de abril. O autor faz uma observação de efeito: “(O petista dormiu lá, como nas greves operárias que mudaram a história do Brasil na virada dos anos 1970 para os 1980.)” (MAGALHÃES, 2019, p. 91, grifos do autor). No sábado, 07 de abril, Lula se entregaria à Polícia Federal. Mas, antes disso, ele discursou para a multidão que o cercava, dizendo que é um construtor de sonhos; que quanto mais tempo passasse preso, mais cresceria no país. Dessa multidão, ecoavam gritos que diziam para ele não se entregar, segundo relata o autor.

No capítulo “Getúlio inspira Lula”, Mário Magalhães apresenta comparações e discrepâncias entre Lula e Getúlio Vargas, que é tido como um importante personagem da história brasileira, principalmente no que se refere a criação dos direitos dos trabalhadores como conhecemos hoje. De acordo com Mário, Lula e Getúlio têm em comum o fato de terem tido sucesso ao transferirem os votos aos seus candidatos indicados nas eleições em que não puderam concorrer, referindo-se ao Eurico Gaspar Dutra e à Dilma Rousseff,

respectivamente. Outra semelhança apontada entre os dois é o fato de Getúlio ter sido derrubado, em 1945, pelos generais que antes o ajudaram a instaurar o golpe de Estado de 1937. O autor pontua: “Nem por isso o ditador decaído calou-se: menos de um mês depois, chamou o voto em quem não emitira uma só palavra em sua defesa semanas antes – Dutra parecera no mínimo conivente” (MAGALHÃES, 2019, p. 192). Em paralelo a isso, o jornalista explica que, se Lula não fosse barrado pela justiça em 2018, ele iria promover a chapa de Haddad e Manuela D’ávila, ao invés de boicotar as eleições. Além disso, Mário afirma que, tanto Getúlio quanto Lula, queriam a conciliação entre as classes sociais, e não uma ruptura. Ambos foram vistos como protetores dos brasileiros em situação mais vulnerável financeiramente. “O povão era getulista e é Lulista” (MAGALHÃES, 2019, p. 192). Contudo, Mário Magalhães deixa claro as diferenças entre eles: Getúlio era um burguês, ditador, enquanto Lula tem de origens humildes. O primeiro era um político que nunca se elegeu de forma direta. Lula governou o Brasil por oito anos graças à vontade dos eleitores.

Nas fotografias que “Sobre lutas e lágrimas” traz de Lula, ele está sendo carregado por sua multidão de admiradores na vigília que antecedeu sua prisão. A partir dessas imagens e da maneira como Mário Magalhães conta esse episódio da prisão de Lula, vemos que esse personagem é apresentado como um homem que realizou grandes feitos, como diminuir drasticamente a fome no Brasil, e que demonstrou muita bravura ao se entregar ao cárcere, mesmo alegando inocência. A imagem de Lula é construída na narrativa como a de um homem injustiçado pela condenação sem provas, o que constatamos, depois, tratar-se realmente de uma trama política para impedir a sua vitória, visto que ele aparecia bem cotado nas pesquisas eleitorais. Mais do que isso, a imagem de Lula pode ser compreendida como a de um herói dos mais desfavorecidos, que entrou para a história por melhorar significativamente o padrão de vida dos brasileiros. O grande problema disso é que, em muitas sagas, os heróis são feitos, em algum momento, como bode expiatório, o que foi confirmado pela trama que só manteve Lula preso enquanto foi conveniente para a sua oposição.

Em “Sobre lutas e lágrimas”, o autor também diferencia a postura de Lula e de Bolsonaro diante do assassinato de Marielle, escrevendo que o primeiro telefonou para confortar a família dela, enquanto o segundo nada fez nesse sentido. O jornalista conta que as suspeitas do atentado contra Marielle e Anderson recaíram sobre a milícia do Rio de Janeiro. Ele oportunamente traz no livro uma fala de Bolsonaro, de 2008, para a *BBC*, na qual abençoa grupos milicianos: “Oferecem segurança e, desta forma, conseguem manter a ordem e a disciplina nas comunidades. É o que se chama de milícia. O governo deveria apoiá-las, já que

não consegue combater os traficantes de drogas. E, talvez, no futuro, deveria legalizá-las” (MAGALHÃES, 2019, p. 24). Lula, que aparecia nas pesquisas do *Datafolha* com 52% contra 32% de Bolsonaro no segundo turno, ao ser preso, deu motivos para seu oponente comemorar, segundo escreve Mário Magalhães. Ele cita a fala de Bolsonaro na ocasião da condenação de Lula: “[É] um tiro de [calibre] 50 na corrupção” (MAGALHÃES, 2019, p. 22).

Ao falar dos protagonistas de “Sobre lutas e lágrimas”, Mário Magalhães não expõe nenhum tipo de contato direto de entrevista com Lula e Bolsonaro, para contar a desenvoltura que os dois tiveram em 2018 em sua narrativa. Ele utiliza informações publicadas em outros veículos de mídia, relatos de testemunhas diretas, insere referências históricas e culturais para situar o leitor. Na página de dados catalográficos, Mário traz algumas notas²² sobre fontes de informações presentes no livro que comprovam a origem de determinadas afirmações que poderiam causar problemas judiciais caso não fossem esclarecidas.

É importante destacarmos que o testemunho do jornalista ocorre, em “Sobre lutas e lágrimas”, de duas maneiras: quando ele escreve a partir da narrativa de outros e quando ele escreve a partir da sua percepção dos acontecimentos nos quais esteve presente. De acordo com Frosh e Pinchevski (2009), quando as testemunhas diretas dos eventos aparecem na narrativa, chamamos esse testemunho por “testemunho *na* mídia”. Quando nos referimos ao testemunho do jornalista, como narrador das memórias dos outros, chamamos de “testemunho *pela* mídia”, o que será discutido mais à frente. Ao analisarmos “Sobre Lutas e lágrimas”, percebemos que a diferença entre esses testemunhos, em muitos momentos, ocorre de maneira sutil, visto que o jornalista fala de temas que, tanto ele quanto a grande parte de nós também testemunhamos.

Percebemos que o jornalista se propõe a seguir o caminho da alteridade ao construir a imagem de Marielle, como a menina negra de origem periférica que conseguiu estudar, cresceu, entrou para a política e se afirmou como mulher, lésbica, e defensora dos direitos humanos, mas morreu por não satisfazer o poder paralelo do Rio de Janeiro. Uma história de superação interrompida pela censura político-criminosa brasileira, que, até hoje, não obteve justiça. Vemos que a história de Marielle aciona o sentimento de solidariedade, o que revela o percurso discursivo da alteridade pelo qual o autor escolhe seguir nesse ponto da narrativa. Conforme reflete Lévinas (2004) sobre a alteridade,

²² Mário Magalhães incluiu nove notas, nas quais explica que consultou três volumes, em cópias digitais, da autuação do processo de Jair Bolsonaro no Superior Tribunal Militar ocorrido em 1988, sobre o qual ele fala nas páginas 20 e 21. Mário traz também notas com links sobre declarações polêmicas de Bolsonaro e títulos de reportagens e seus veículos e datas, respectivamente.

E eis que surge, na vida vivida pelo humano - e é aí que, a falar com propriedade, o humano começa, pura eventualidade, mas desde logo eventualidade, pura e santa - do devotar-se-ao-outro. Na economia geral do ser e de sua tensão sobre si, eis que surge uma preocupação pelo outro até o sacrifício, até a possibilidade de morrer por ele; uma responsabilidade por outrem. (p. 18)

[...]

Tudo se passa como se o surgimento do humano na economia do ser virasse o sentido, a intriga e a classe filosófica da ontologia: o em-sim do ser persistente-em-ser supera-se na gratuidade do sair-de-si para-o-outro, no sacrifício ou na possibilidade do sacrifício, na perspectiva da santidade. (p. 19)

O jornalista afirma, em entrevista, que seu livro nasceu do horror da morte de Marielle e de Anderson. Assim, compreendemos que Mário Magalhães é chamado à responsabilidade de contar toda a dor que ronda a história de Marielle, a partir do relato de Mônica Benício e das pessoas presentes no ato do dia 15 de março de 2018.

Há livros que nascem de uma curiosidade nossa por personagem, por período histórico, enigmas da ciência, mistérios do espaço... necessidade de deixar um testemunho, livros de memórias... compreender melhor eventos do passado. Esse livro nasceu do horror. No instante em que eu soube que estava fazendo e que ia transformar aquele ano... [...] Esse livro nasce do horror da noite de 14 de março de 2018. (MAGALHÃES, 2021)

Vemos essa dimensão de alteridade também na construção da imagem de Lula como uma personalidade política injustiçada e ao mesmo tempo heroica. Enquanto isso, a imagem de Bolsonaro é a do antagonista da civilização, o que veio a ser um prognóstico óbvio de Mário Magalhães, considerando a irresponsabilidade e a falta de proatividade desse personagem em seu cargo de deputado por quase trinta anos.

Resende e Peres (2016), ao destacarem a importância do testemunho nas narrativas jornalísticas como uma forma de expressão do sensível e de possibilidade de encontro com o “outro”, apontam para um potencial político e estético no falar do jornalismo sobre aquilo que é incomensurável, cumprindo um papel muito mais complexo do que simplesmente mediar o sofrimento. Assim, podemos pensar no caráter relacional do jornalismo, na dinâmica de produção, compreensão e reverberação de sentidos. Mário Magalhães justifica sua postura como autor com o argumento de que não escreveu um livro imparcial: “Sobre lutas e lágrimas é um livro partidário da civilização [...] É a civilização contra a barbárie” (MAGALHÃES, 2021). Esse embate fica claro na maneira como ele cria relações entre os três protagonistas, fugindo de uma abordagem jornalística simplista, que não provoca grandes questionamentos. Ao escrever sobre o que testemunhou e viveu, de forma opinativa e sensível, apurando e relacionando as informações, Mário Magalhães o faz como quem diz “vejam os absurdos!”.

Essa ação do autor se aproxima do que Ricoeur (1994) diz sobre a necessidade de contar ao mundo as histórias daqueles que carecem de justiça, nesse caso, as histórias de Marielle, de Anderson e de Lula.

3.1.2 A construção da narrativa

“Sobre lutas e lágrimas” é uma obra jornalística que se propõe a dar ao ano de 2018 o mesmo status de “ano-personagem”, assim como Zuenir Ventura fez em “1968: O ano que não terminou”. Considerando que narrar é uma maneira de nos permitir entender o mundo a nossa volta e de nos comunicarmos, como define Leal (2013), Mário Magalhães (2021), afirmou que sua intenção, ao publicar “Sobre lutas e lágrimas”, foi contribuir para a compreensão do ano de 2018 e os motivos que o levou a se encerrar da maneira como se encerrou, que nós sabemos que foi repleto de incertezas quanto à política, à economia e a nossa qualidade de vida.

Quando estava escrevendo o livro no ano de 2018, eu queria fazer esse registro taquigráfico, mas, ao publicar o livro, eu tinha dois objetivos: contribuir para as pessoas entenderem o início, o meio e o fim do ano de 2018, os motivos que tinham levado 2018 encerrar como encerrou e - obviamente, é uma ambição, provavelmente despropositada - mas a minha ideia era que, daqui a cem anos, alguém abrisse o livro e entendesse como viveu e como se sentiu alguém partidário da civilização no ano, como eu escrevo no livro, que não foi fácil de viver. (MAGALHÃES, 2021)

Sua proposta, como o jornalista explica no prólogo de “Sobre lutas e lágrimas”, é escrever um livro a partir de tudo o que ele testemunhou e viveu em 2018. Tendo em vista isso, temos condição de pensar nos relatos oferecidos por Mário Magalhães como a modalidade de testemunho feito pelo jornalista ou “testemunho *pela* mídia”, de acordo com Frosh e Pinchevski (2009). Comentamos anteriormente, neste trabalho, que o jornalista pode se caracterizar como testemunha de acontecimentos mesmo sem participar presentemente deles. O testemunho *pela* mídia, segundo FROSH e PINCHEVSKI (2009), ocorre por meio da ação de reconstrução da experiência, o que tem por base a linguagem e a imaginação como elos simbólicos com a realidade. Desse modo, quando Mário Magalhães afirma que “Sobre lutas e lágrimas” nasceu do horror do atentado contra Marielle, fica claro que seu testemunho não emerge como o tradicional testemunho jornalístico, visto geralmente em narrativas de *hard news*.

Bakhtin (1997) afirma que os enunciados são compostos de acordo com os gêneros discursivos específicos, e, mais do que isso: os enunciados carregam consigo questões individuais do locutor. Assim, os enunciados demonstram sentidos que não são acidentais, pressupondo, portanto, a intencionalidade e as interações sociais. Consoante a isso, vemos que Mário Magalhães refaz simbolicamente, de maneira tocante e, por diversas vezes, indignada, o início, o meio e fim de 2018, justificando que “Sobre lutas e lágrimas” está do lado da civilização, quando esta está em disputa contra a barbárie. Essa construção narrativa é feita sobre os acontecimentos que se referem aos três personagens principais: Marielle, Bolsonaro e Lula. Assim, o jornalista dá ao seu ano-personagem o corpo que denota o que foi viver um período de tempo, no qual houve tantas ameaças à democracia brasileira, violência e ignorância. Os fatos ocorridos em 2018 tomaram proporções escandalosas, sobressaindo-se e tornando-se formas de ruptura com o aceitável, provocando, inicialmente, desordens e questionamentos, o que nos leva a compreender sua importância enquanto acontecimentos, tendo em vista o pensamento seguido por Quéré (2012) de que um acontecimento é aquilo que rompe com o cotidiano e pode ser algo para o qual ainda não há respostas. Desse modo, concebemos que transformar esses acontecimentos-existenciais em acontecimentos objetos, isto é, narrativizar os acontecimentos de 2018, de forma ética e crítica, é de extrema necessidade para que essas histórias não sejam esquecidas, para que possam obter justiça e servirem como saberes históricos.

É possível vermos, de forma mais explícita, que Mário Magalhães se coloca em “Sobre lutas e lágrimas” muito diferente de um narrador alheio aos eventos. Ele fala sobre o sentimento de desesperança que presenciou em alguns lugares por onde esteve um dia após o assassinato de Marielle e Anderson. Durante o velório dos dois, na Alerj, o jornalista fala de encontros e desencontros com amigos e conhecidos. Ele se aproxima das pessoas que estavam lá, cita o primeiro nome de algumas delas, como quem tem intimidade. Fala com amigos que há tempos não vê.

Como acontece em demonstrações massivas, só mais tarde vim a saber de outros amigos que perambulavam por perto. Marielle e Anderson proporcionaram, em sua despedida, um beijo, um abraço, um aperto de mão entre aqueles que o destino distanciara. [...] “Ainda bem que você não mudou de lado”, alguém disse, meio de brincadeira, meio à vera. (MAGALHÃES, 2009, p. 72)

Em relação ao papel de testemunha do jornalista, Mário Magalhães fala disso na entrevista como um comportamento espontâneo da profissão:

É isso que a gente faz todo dia, porque mesmo que a gente, como jornalista, não se coloque na cena, a gente tá contando a história que a gente viu e ouviu. Então é óbvio que não existe relato imparcial, porque a reportagem está impregnada das ideias que a gente tem. Se o repórter chegasse em um campo de concentração ele poderia contar que os prisioneiros inventaram que foram maltratados ou poderia ouvir os prisioneiros para contar o que tenha sido aquela experiência. Tudo está impregnado. (MAGALHÃES, 2021)

A atividade jornalística está sempre em tensão com o discurso da imparcialidade, com o desejo de que a escrita objetiva dê conta daquilo que, muitas vezes, as palavras não são capazes de alcançar, negando à narrativa o caráter de potência política diante de um conflito. Em frente a determinados assuntos e circunstâncias, a presença explícita do jornalista em sua narrativa contribui para que o leitor compreenda talvez a dimensão simbólica daquele acontecimento e possa refletir e produzir novos significados para que experiências como o assassinato de Marielle não sejam esquecidas. Esse aspecto denota que a narrativa tem grande potencial de afetação. Isso fica bem óbvio em algumas partes do livro, como quando ele cita a reação de tristeza de sua filha, Maria, ao ver pela primeira vez, em 1990, os animais empalhados no Museu Nacional. Ele dá esse relato ao introduzir o capítulo “As cinzas do Museu”, sobre o incêndio que destruiu essa importante instituição no dia 02 de setembro de 2018. Ao final, ele afirma dramaticamente: “As novas gerações não verão o que a Maria viu” (MAGALHÃES, 2019, p. 197). Mário afirma que a destruição do Museu foi algo que lhe tocou profundamente: “Era uma maneira de mostrar como o Museu Nacional, além da importância objetiva dele para a história do Brasil, tinha uma relação de memória afetiva com a população do Rio intensíssima” (MAGALHÃES, 2021). Ele incluiu no livro uma imagem do Museu pegando fogo e afirma que esse evento serviu como mais uma metáfora para o ano da barbárie.

Em “Sobre lutas e lágrimas”, Mário Magalhães se apropria do tempo de modo a prever que as experiências sociais futuras ou pós-2018 exigirão que revisitemos²³ esse ano para tentar entendê-las. Ele dá um diagnóstico: 2018 tão cedo não vai acabar.

2018, 50 anos depois, vai ser lembrado como a gente lembrou de 68, isso está se confirmando a cada dia. E tem sequelas que talvez não tenham volta, por exemplo, o desmatamento da Amazônia, a queimada no Pantanal, o estrago para gerações que é a destruição da pesquisa. (MAGALHÃES, 2021)

Outra característica temporal que Mário faz em seu livro é a reverência ao “1968: O ano que não terminou”, de Zuenir Ventura, ao começar o livro contando do réveillon de

²³Temos confirmado todos os dias essa necessidade de revisitarmos 2018, para compreendermos nosso presente ou as consequências daquele ano.

Marielle e Mônica, assim como Zuenir fez sobre uma lendária festa de final de ano na casa de Heloísa Buarque de Hollanda. Em comparação com “1968: O ano que não terminou”, que foi escrito vinte anos após o mencionado ano, Mário Magalhães (2021) avalia que seu livro perde em análise e interpretação, mas ganha em temperatura, referindo-se ao fato de tê-lo escrito em tempo próximo aos acontecimentos.

Muitos fatos de 1968 são retomados em “Sobre Lutas e Lágrimas” como referência para o que estava acontecendo em 2018. Um exemplo disso é o capítulo “Há cinquenta anos mataram um estudante. E se fosse hoje?”, publicado em 28 de fevereiro de 2018, no qual Mário Magalhães retoma o assassinato de Édson Luís Souto, reconstruindo a cena do Rio de Janeiro da época, para questionar se o Brasil de 2018 se comoveria com o assassinato de um jovem, sendo que uma CPI do senado, de 2016, concluiu que um jovem negro de 15 a 29 anos é assassinado a cada 23 de minutos. Vemos, portanto, que o jornalista faz referências ao passado brasileiro para nos mostrar o quão próximos dele estávamos em 2018, o que não é diferente em 2021. Essa recuperação da memória de experiências sociais que marcaram a história brasileira, feita por Mário Magalhães, nos permite pensar na memória sendo retomada no tempo presente ou tempo da lembrança, ou em como o passado não pode ser descartado no processo de compreensão do presente (SARLO, 2007). Podemos também notar que estamos vivendo retrocessos quanto ao nosso status de civilização. Essa questão da violência, abordada pelo autor, nos lembra o processo de mediação narrativa, proposto por Ricoeur (1994), que fala do tempo em uma passagem circular, como um espiral, mas nunca uma passagem viciosa, pois, como já dissemos, por mais que trate de acontecimentos parecidos, eles nunca são iguais. Isso se aproxima do pensamento de Koselleck (2006) de que o passado e o futuro nunca são idênticos, considerando que uma expectativa jamais será baseada totalmente em uma experiência.

O jornalismo na narrativa de “Sobre lutas e lágrimas” inaugura diferentes temporalidades, pois ressignifica o passado tendo como referência circunstâncias do presente, e lança perspectivas para o futuro, movido pelo desejo de que nós não deixemos que determinadas atrocidades voltem a acontecer. Muitos eventos contados por Mário Magalhães fazem parte de memórias negadas por pessoas influentes, como políticos, que querem deturpar a realidade para não terem seus interesses desmascarados. De acordo com Pollak (1989), memórias como as narradas em “Sobre lutas e lágrimas” são tidas como subversivas, que tendem a surgir de forma súbita em momentos de crise, como o que vivemos hoje, entrando em disputa com outras narrativas pela posse da verdade. Vemos que “Sobre lutas e

lágrimas” se encaixa na nossa literatura como um importante agente de política da memória, ao publicar as histórias que devem ser contadas por uma questão de justiça.

3.1.3 Processo de compartilhamento que pressupõe o leitor

Nesse ponto da análise, consideramos que o leitor não significa o último estágio do processo de mediação da narrativa. Ao contrário, o leitor é um agente poderoso nesse processo, devido à potência que traz consigo para reflexão, questionamento, produção de novos significados e a possibilidade de compartilhamento contínuo. Retomando os conceitos de testemunho da mídia (FROSH; PINCHEVSKI, 2009), entendemos o público leitor como aquele que testemunha “através da mídia”, que, segundo esses autores, é uma forma de testemunho “complexamente discursivo” (p. 14), com caráter de julgamento. O público é uma testemunha com a qual o jornalista estabelece acordos de sentido e de relevância daquilo que será narrado. Por isso, é importante analisarmos como se dá essa relação entre Mário Magalhães e seus leitores.

Podemos perceber que “Sobre lutas e lágrimas” traz estrategicamente capítulos com narrativas mais leves, em tons de humor, em meio aos capítulos com narrativas mais fortes. Mário Magalhães (2021) afirma ter tomado esse cuidado devido ao fato de o ano de 2018, por si só, não ter sido fácil, logo ele preferiu dar “respiros” ao público durante a leitura. Percebemos, portanto, que o autor pensou numa necessidade importante que os leitores teriam ao testemunharem sua visão dos acontecimentos. Ele afirmou que um dos grandes desafios na escrita desse livro foi falar aos leitores, de forma interessante, de fatos que todos eles provavelmente já sabiam. Além disso, vemos que o jornalista leva em conta a potência política tanto do seu testemunho quanto do público, ao escolher certas estratégias discursivas, como quando conta fatos de forma comovente, como no capítulo que trata do assassinato de Marielle e Anderson; ou quando provoca o leitor ao questionar o nível de afetação que o assassinato de um jovem poderia causar nos brasileiros em 2018, tendo como referência a morte de Édson Luís em 68; e também quando demonstra sua indignação diante do desenfreado e absurdo avanço da extrema direita no Brasil. Essa potência política pressupõe ações por parte do leitor, envolvendo afetos diversos diante de acontecimentos tão viscerais que, de certo modo, atingem a todos nós.

É importante destacarmos a reverberação do público quanto a “Sobre lutas e lágrimas”, considerando que este foi bem recebido, tendo já chegado à terceira edição. Mário

Magalhães (2021) conta que viajou para muitos lugares do Brasil para divulgar o livro e conversou com muita gente que leu, e com outras que gostariam de ler o livro. Ele afirma que mais de uma pessoa o abordou chorando, porque ficou muito comovida com a história do réveillon da Marielle, enquanto outras pessoas se emocionaram lendo outros capítulos:

Os retornos, digamos, que nós temos é de como as pessoas foram mais tocadas por alguns capítulos... é natural como a gente quando lê qualquer livro, ne... e se comove com determinadas histórias. Depende muito de como a pessoa vê o mundo, embora tenha embocadura, o livro. A cabeça e o coração do oponente do obscurantismo... tem gente que se comove mais com o capítulo da prisão do Lula.

Compreendemos, por meio do relato do autor em entrevista, que o testemunho através da mídia ocorreu de forma amistosa, considerando os leitores que levaram até ele suas opiniões. Os leitores deram a Mário Magalhães demonstrações de afetuosidade perante sua obra. Alguns fizeram observações que ele avaliou como interessantes, como quando ele diz no livro que o Brasil possui uma das elites mais egoístas do planeta, e um leitor discordou, dizendo que o Brasil tem a elite mais egoísta do planeta.

Assinalamos também que Magalhães (2019) faz, ao final de “Sobre lutas e lágrimas”, agradecimentos ao Grupo Editorial Record, explicitando a confiança e a coragem que eles tiveram ao publicar seu livro, mostrando a boa receptividade que obteve com a editora, o que poderia não acontecer em outras, devido aos temas por ele tratados em uma época de tanta intolerância.

Por último, é significativo dizer que Mário analisa a característica relacional do jornalismo com algo essencial para o funcionamento da democracia. Ele aponta para a necessidade de o jornalismo ser honesto em suas publicações: “O jornalismo sendo honesto, ele vai informar a cidadania para que a cidadania possa fazer as suas escolhas, seu juízo, com mais segurança” (MAGALHÃES, 2021).

3.2 - 1968: O ano que não terminou - narrativas de uma geração

Aos 90 anos, Zuenir Ventura é um premiado jornalista que já atuou em importantes veículos de informação brasileiros como no jornal *O Globo* e na revista *O Cruzeiro*. Membro da Academia Brasileira de Letras desde 2014, Zuenir publicou vários livros, entre eles romances, obras jornalísticas e crônicas. Temas de cunho político são recorrentes em suas narrativas, como em “Chico Mendes – Crime e Castigo” e em “1968: O ano que não

terminou”, sendo este último um grande sucesso da literatura brasileira de não ficção. “1968” foi publicado pela primeira vez em 1988, em um momento em que o Brasil ainda lutava pelo processo de redemocratização. O livro traz memórias da geração que queria mudar o mundo culturalmente, mas também politicamente. Apesar de falar daquela que também é a sua geração, veremos que Zuenir não deixa de lado a oportunidade de lançar críticas a respeito dela. A seguir, analisaremos a relação entre o narrador e os personagens, a construção da narrativa e o processo de compartilhamento que pressupõe o leitor.

3.2.1 relação entre o narrador e os personagens durante a captação

Zuenir Ventura publicou “1968: O ano que não terminou” no final da década de 1980, tratando, vinte anos depois, de uma geração que teve grande desempenho na política e na cultura e que, segundo ele, serve de lição para as gerações posteriores. Zuenir testemunhou a coragem e as angústias de jovens audaciosos que escreveram seus nomes na história do Brasil e deram ao 1968 brasileiro uma relevância cultural que ainda não se encerrou. Jovens, que, assim como ele, queriam viver libertos das amarras da ditadura, transformaram aquele período em um ano mítico, que até hoje desperta curiosidade e apresenta desdobramentos. Neste tópico, analisaremos a relação de Zuenir Ventura com os personagens sobre os quais ele fala no livro, tendo como perspectiva o conceito de “testemunha *na* mídia” (FROSH; PINCHEVSKI, 2009), assim como fizemos anteriormente com “Sobre lutas e lágrimas”.

Zuenir Ventura (2018) afirma que realizou uma grande pesquisa e que colheu dezenas de depoimentos e entrevistas para compor “1968: O ano que não terminou”, na tentativa de conseguir não apenas contar os fatos, mas reconstruir os sonhos, o imaginário, as mentalidades, os sentimentos, o clima e o comportamento daquela época. A geração de 68, segundo ele, ensinou que podia ser composta por afinidades e não necessariamente por pessoas da mesma idade.

Por isso, podia comportar um psicanalista de meia-idade, um garoto de 14 anos como *Cesinha*, cuja saga consta deste livro, e um velho de 76 como Tristão de Athayde, isto é, Alceu Amoroso de Lima, que defendia a nova “cruzada das crianças” com entusiasmo juvenil. (VENTURA, 2018, p. 25, grifo original)

O psicanalista de meia idade, ao qual Zuenir se refere, é Hélio Pellegrino. Ele é um dos personagens que, assim como o militante do movimento secundarista, *Cesinha*, aparecem em “1968: O ano que não terminou” como testemunhas do que ocorreu no Brasil efervescente

daquele ano. Para analisarmos a maneira como aparecem as testemunhas na narrativa de Zuenir, é importante destacarmos alguns personagens e acontecimentos mais expressivos no livro. Desse modo, pensaremos detalhadamente sobre eles e poderemos traçar o modo de construção da imagem que o autor faz desses sujeitos. É importante comentarmos que, em alguns momentos, Zuenir cita seus personagens e testemunhas apenas pelo primeiro nome, o que pode ser um recurso de aproximação, mas pode também causar confusão para o leitor mais jovem ou desavisado, pelo fato de ser uma obra publicada há mais tempo.

Zuenir (2018), ao falar de toda uma geração de jovens e adultos que desejaram revolucionar o Brasil, em 1968, politicamente e culturalmente, os toma como "heróis". Para o autor, essa geração destacava-se pela ousadia na busca pela experimentação existencial, como a personagem Maria Lúcia, cujo casamento acabou durante o famoso réveillon na casa de Heloísa Buarque de Hollanda, ou como sua irmã Marília Carneiro, que se divorciou mesmo tendo um lar aparentemente estável (como também a ousadia de tantas outras moças que aderiram à pílula anticoncepcional), e pelo anseio da experimentação política, tal qual muitos fizeram como Cesinha, Iara Iavelberg, Carlos Lamarca e José Dirceu: “O que havia de comum entre o grupo de Cesinha e o das Marílias, Marias Claras, Maria Lúcias, Glórias, Dílmens e Helôs era a vontade de experimentar - uns na política, outros no comportamento.” (VENTURA, 2018, p. 41). Cesinha dá a Zuenir, em depoimento, sua visão do que foi 1968: “Foi o ano em que experimentamos todos os limites [...] em que as moças começaram a tomar a pílula, que sentamos na Rio Branco, que fomos para as portas das fábricas, que redefinimos os padrões de comportamento” (VENTURA, 2018, p. 42)

Zuenir conduz sua narrativa em terceira pessoa, expondo fatos, acontecimentos e opiniões de alguns de seus personagens. Notamos que ele fala em nome de uma geração que também é sua, contando sobre eventos que marcaram 1968 e que ajudam a delinear a identidade daquelas pessoas que estavam comprometidas com ações que tornaram aquele ano inesquecível. Esses heróis não são tratados por Zuenir de forma romantizada, ao contrário, ele lança algumas críticas a determinadas atitudes. Contudo, afirma que concorda com o pensamento de Pellegrino quando ele aponta a ética dessa geração como um dos pontos fortes a serem admirados pelas gerações posteriores. Zuenir narra esse pensamento de Pellegrino:

O que mais impressionava o político e psicanalista Hélio Pellegrino era o sentido ético desses jovens. Ele dava como exemplo seu comportamento durante a guerra suja que se seguiu a 68: “Conhecem-se deles muitas e inadmissíveis loucuras, inclusive execuções, mas nenhum ato de tortura.”(VENTURA, 2018, p. 25)

Percebemos que, embora Zuenir lide com seus personagens e testemunhas de maneira crítica, ele também apresenta uma visão apaixonada pelos movimentos comportamentais e políticos de 1968, levando em conta que ele também viveu a intensidade dessa época. Ao tratar do principal inimigo que essa geração tinha, que era a ditadura militar, ele ouviu pessoas que estavam presentes em muitos momentos históricos, como Vladimir Palmeira, Ziraldo e Washington Novaes, que participaram do velório de Edson Luís. Zuenir também estava presente e escreveu sobre o episódio, com riqueza de detalhes, tornando o seu testemunho e o de outras pessoas um ponto de vista diferente do que o que militares queriam que fosse noticiado.

No meio de tantas cenas impressionantes, uma chamava a atenção. Às dez horas da manhã, das escadarias da Assembleia, até a hora da saída do enterro. Populares fizeram uma interminável fila diante do caixão, enquanto estudantes discursavam ininterruptamente. Discursou-se a noite toda. Foi um dos mais longos comícios a que um velório já assistiu. (VENTURA, 2018, P. 110)

O autor vê grande potencial na geração de 68, a ponto de crer que ela certamente possa influenciar as gerações atuais. Sobre 1968, ele acredita que “pode-se exaltá-lo, romantizá-lo, desde que não se tente sacralizá-lo como um momento de inspiração divina da História. Ele é mais lição do que exemplo. Há mais o que aprender com a experiência do que simplesmente copiá-la ou tentar repeti-la”. (VENTURA, 2018, p. 14).

A ideia do heroísmo, embora não esteja fundamentada em “1968: O ano que não terminou” em um romantismo idealizado, é, sem dúvida, baseada na paixão do autor pela coragem da sua geração e pela esperança na transformação de um mundo sem mordanças.

Na verdade, a aventura dessa geração não é um folhetim de capa e espada, mas um romance sem ficção. O melhor do seu legado não está no gesto - muitas vezes autoritário -, mas na paixão com que foi à luta, dando a impressão de que estava disposta a entregar a vida para não morrer de tédio. Poucas - nem a efêmera geração dos caras-pintadas - lutaram tão radicalmente por seu projeto, ou por sua utopia. Ela experimentou os limites de todos os horizontes: políticos, sexuais, comportamentais, existenciais, sonhando em aproximá-los todos. (VENTURA, 2018, p. 24)

Embora seja notável a visão apaixonada do autor, percebemos que ele não escreve cegamente sobre 1968, porque, em vários momentos de sua narrativa, ele pontua questões importantes do comportamento dos seus personagens e testemunhas, como, por exemplo, determinados radicalismos políticos e a herança das drogas que a geração de 68 deixou para os dias atuais, o que mostra uma tentativa de se aproximar mais ainda da realidade e de uma postura jornalística crítica. É importante citarmos também que, na entrevista concedida ao

programa Roda Viva²⁴, em 2018, ele fala sobre esse reconhecimento de falhas por parte da esquerda brasileira que estão refletidas na política até os dias atuais.

Vale ressaltar que Zuenir incluiu fotografias em “1968: o ano que não terminou”, todas em preto e branco. No livro, aparecem inicialmente imagens icônicas da cultura popular sobre a época como a de um estudante pichando “Abaixo a ditadura” em um monumento público, em 1968, e uma da Passeata dos Cem Mil, na qual uma faixa com os dizeres “Abaixo a ditadura – povo no poder” está à mostra. O jornalista também incluiu imagens de Hélio Pellegrino em 1964, Ferreira Gullar dando depoimento para o Museu da Imagem e do Som em 1979, Caetano Veloso, os Mutantes e Roberto de Carvalho no III Festival Internacional da Canção em 1968, o cartunista Ziraldo em 1968, e Geraldo Vandré, em 1968, no III Festival Internacional da Canção. Além disso, no livro, há fotografias de eventos políticos de 1968, como de Vladimir Palmeira discursando na Passeata dos Cem Mil, de uma briga entre estudantes da USP e da Universidade Mackenzie, de José Dirceu discursando em frente à Galeria do Rock em São Paulo, e do deputado Márcio Moreira Alves discursando na Câmara dos Deputados. A última fotografia é do general Arthur da Costa e Silva assinando o Ato Institucional nº. 1, em 1964. Essas imagens escolhidas por Zuenir denotam, de certo modo, uma síntese memorialística dos acontecimentos tratados no livro. A ideia de mostrar os rostos e os corpos em ação prevê uma maior aproximação das narrativas com a realidade, e, no caso dos corpos em disputa com a ditadura, pode provocar também uma afetação do nosso senso ético e um sentimento de alteridade (LÉVINAS, 2004).

A partir da análise de “1968: O ano que não terminou”, tendo como base o conceito de testemunha *na* mídia, vemos que Zuenir traz inúmeros relatos de pessoas que aparecem no livro. Esses relatos ora aparecem em discurso direto, ora em referências feitas pelo autor. Ele se apega afetivamente a esses personagens para tentar constituir 1968 sob a visão do que foi ser “da geração de 68”, o que dá, esteticamente e politicamente, ao livro um sentimento de nostalgia e, por vezes, de melancolia, daquilo que poderia ter sido, considerando, diante dos fatos e dos testemunhos, que aquela foi uma geração promissora. Tendo em vista tantos impasses, violência por parte do Estado e lutas, a geração de 68 se revela um componente sócio-político essencial na narrativa de Zuenir para tornar aquele ano um período que ainda subsiste em nosso presente, como discutiremos a seguir.

²⁴ A entrevista de Zuenir ao programa Roda-Viva foi ao ar em 24 de abril de 2018. Optamos por utilizar trechos dessa entrevista, em complemento à que fizemos especificamente para a pesquisa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bsHzRDrtXec&ab_channel=RodaViva>. Acesso em 05 de outubro de 2021.

3.2.2 Construção da narrativa

Zuenir Ventura (2018) compõe a narrativa de “1968: O ano que não terminou” a partir de pesquisas em documentos, livros, jornais e revistas e também por meio dos testemunhos dados por pessoas que representaram, de alguma forma, o que era ser um jovem adulto atuante em 68, seja na cultura ou na política. Ele, inclusive, cita essas fontes de consulta no final do livro, deixando evidente a origem das informações. Além de colher esses testemunhos, Zuenir também escreve, de forma bem-humorada, a partir de suas memórias daquela época. Apoiando-nos no fato de Zuenir ser testemunha direta e jornalista, analisaremos “1968: O ano que não terminou” fundamentando-nos no conceito de “testemunho *pela* mídia”, de acordo com Frosh e Pinchevski (2009), o que contribuirá para discutirmos sobre os componentes tempo e memória nessa narrativa.

Zuenir (2018) é uma testemunha que ouve e que participa de acontecimentos importantes de 1968, como na ocasião da missa de sétimo dia de Edson Luís, na qual a polícia lançou uma ofensiva sobre os presentes que prestavam a última homenagem ao estudante secundarista. Sua presença é uma das razões pelas quais Zuenir escreve com tanta riqueza de detalhes sobre esse momento. Em entrevista²⁵ realizada para esta pesquisa, ele fala sobre isso: “eu fui testemunha ocular da cena. Portanto, não foi difícil descrever o que vi e vivi” (VENTURA, 2021). Frosh e Pinchevski (2009) falam sobre o jornalista como testemunha daquilo que são relatados a eles, contudo, o que vemos na obra de Zuenir Ventura, aqui analisada, é que sua narrativa mescla testemunhos indiretos dele sobre aquilo que lhe foi contado e seus testemunhos como jornalista que esteve presente em alguns eventos, sobre os quais narra. Em entrevista ao programa Roda Viva, em 2018, Zuenir fala sobre a necessidade de o jornalista não misturar sua vida pessoal com a notícia. Contudo, na entrevista feita para esta pesquisa, ao ser questionado sobre isso, ele explica que há exceção em situações limite:

Como toda regra, essa também tem exceção. Um exemplo radical, que relatei em meu livro recentemente relançado, “Minhas histórias dos outros”. Passei mais de 40 anos dizendo aos meus alunos de jornalismo que devíamos manter distância da notícia e acabei contrariando o que pregava, ao trazer para casa a testemunha do caso Chico Mendes, o então menino Genésio Ferreira da Silva, que ficou sob minha tutela dos 13 aos 18 anos. Ao constatar que ele corria sério risco de ser assassinado, me vi diante da seguinte alternativa: noticiar a sua morte com exclusividade ou evitá-la. Preferi evitar, e faria isso de novo. (VENTURA, 2021)

²⁵Essa entrevista pode ser lida na íntegra no Apêndice B deste trabalho.

Zuenir conta, em “Minhas histórias dos outros”, memórias do momento de sua vida em que se viu totalmente envolvido na história de Genésio, testemunha ocular do assassinato de Chico Mendes. A vida do garoto corria risco, então, Zuenir não hesitou em abrir mão do princípio de não misturar vida particular com a profissional: “Como se verá, é uma solução que só se recomenda numa situação-limite, quando a opção for salvar uma vida - ou não salvá-la e carregar consigo o peso da omissão” (VENTURA, 2005, p. 252).

Podemos entender que Zuenir Ventura tornou narrativa os acontecimentos-existenciais (QUÉRÉ, 2012) de 1968, demonstrando admiração pelos jovens que lutavam contra as proibições e a violência da ditadura. Além da admiração, há também, nos contornos da narrativa, um forte sentimento de pertencimento e de reconhecimento nos protagonistas de sua obra. Essa abordagem pode ter sido escolhida diante do fato de que, segundo Zuenir, era preciso optar entre estar ao lado da liberdade de expressão, essencial ao jornalismo, ou compactuar com a censura:

Em 1968, vivíamos uma ditadura e havia uma geração que lutava literalmente de corpo e alma contra ela. A alternativa era ficar ao lado dela ou contra. Em outras palavras, ficar ao lado da censura ou da liberdade de expressão, razão de ser do jornalismo. Como era testemunha e participante, não tive dúvida. Daí a “narrativa afetuosa”, que, com razão, você cita. Em suma, a exceção do que prego é o que chamo de situação limite. (VENTURA, 2021)

Quanto aos componentes tempo e memória, percebemos que Zuenir trouxe, vinte anos depois, eventos tão relevantes para a história social dos brasileiros que, segundo ele, não tinha se encerrado. Em 1988, o Brasil ainda lutava por sua redemocratização. As narrativas de 1968, um dos anos mais agitados da ditadura, ainda estavam frescas, produzindo desdobramentos na política e na cultura. Muitas dessas narrativas não haviam encontrado justiça. Ao escrever de forma apaixonada um livro sobre 68, com muitas histórias que ainda chocariam o público mais cheio de tabus, Zuenir traz para a arena midiática discussões necessárias para pensarmos os anos 80 (quando foi publicado) ou, até mesmo 2021, de modo comparativo. Em conformidade com Marta Maia e Michele Tavares (2017), quando falam da potência das narrativas do jornalismo para a reescrita da história, temos “1968: O ano que não terminou” como um influente discurso do desenrolar da memória desse período. Assim, essa narrativa manipula o tempo e a memória, permitindo-nos confrontarmos o passado e o presente, procurando um reajuste, à maneira como Lage (2016) define a potência do testemunho midiático diante do espectador.

Em 2008, Zuenir publicou “1968: o que fizemos de nós”, no qual retoma temas que, renderam, quarenta anos depois, reflexões e consequências. Ele lança discussões a respeito do legado deixado pela geração de 68, sendo, por vezes, pessimista quanto a isso. Ele evoca o questionamento: 1968 acabou ou não?

A geração de 68, que dizia não confiar em ninguém com mais de 30 anos, está completando 40 em 2008. Ainda dá para confiar nela? Mil novecentos e sessenta e oito terminou ou não terminou? Que balanço se pode fazer hoje de um ano tão carregado de ambições e de sonhos? O que restou de tantos ideais? (VENTURA, 2013, p. 07)

De acordo com o jornalista, 1968 foi o ano mais lembrado do século XX e, ao se comportar como um ser animado, gera suspeitas de que “não foi um ano, mas um personagem - inesquecível e que teima em não sair de cena” (VENTURA, 2013, p. 8).

A narrativa de “1968: O ano que não terminou” nos mostra que Zuenir manipula um tempo jornalístico que vai muito além do registro da memória de fatos importantes daquele ano. Ao dar seu testemunho como indivíduo e como jornalista, dando protagonismo para uma geração que ensejava a volta da democracia e condenando a ditadura ao limbo dos valores morais, ele opera temporalidades a tal ponto de nos fazer repensar nossa realidade. É inevitável ler suas obras “1968: O ano que não terminou” e “1968: o que fizemos de nós” sem ponderarmos que vivemos ainda, em alguns aspectos, envolvidos em narrativas iniciadas lá atrás. Além disso, apreendemos com a leitura de “1968: O ano que não terminou” que, embora nos afete, este não é um livro feito para chocar com histórias de violência e de tabus comportamentais, ao contrário: Zuenir narra passagens importantes, como o massacre da polícia sobre os presentes na missa de sétimo dia de Édson Luís, com leveza, mas, ao mesmo tempo de modo envolvente e, em alguns momentos, até de forma poética, como podemos ver a seguir:

Foi o espetáculo mais impressionante que eu vi em minha vida. [...] Aquele sol tremendo e as pessoas chegando sem parar, com flores, rosários: crianças de escolas primárias, freiras, madres, padres, alunos de colégios, professoras levando turmas, pessoas inclusive da direita. [...] Parecia que havia uma grande articulação e não era nada disso. Uma coisa contraditória esse enterro: uma manifestação imponente, cheia de vida. Foi comovente.” (VENTURA, 2018, p. 112)

Entendemos, portanto, que o jornalista promove os acontecimentos daquele ano de tal maneira que enxergamos uma notória tentativa de aceitação daquela geração pelo público leitor.

3.2.3 O processo de compartilhamento que pressupõe o leitor

“1968: O ano que não terminou” é certamente um livro de grande importância para compreendermos o que foi um dos anos mais revolucionários da história do Brasil, visto a enorme tentativa de Zuenir de reconstituição mais próxima da realidade. Na edição comemorativa²⁶ de 30 anos da obra, é possível vermos avaliações²⁷ interessantes de alguns intelectuais como Antonio Houaiss, que considera “1968” um clássico da literatura brasileira de não ficção. É um livro jornalístico com forte potencial de oferecer ao público leitor um elo simbólico entre realidade e discurso, tornando-o testemunha do que viu e do que ouviu o jornalista pertencente à geração que protagoniza a obra. Assim, esse livro localiza o leitor como uma “testemunha *através* da mídia” (FROSH e PINCHEVSKI, 2009), o que nos remete ao modelo mimético proposto por Ricoeur (1994), quando a narrativa se encontra com as referências do mundo ou a mimeses III.

“1968: O ano que não terminou” atingiu a marca de mais de 40 edições. Zuenir acredita que o sucesso do livro se deu ao fato de ter sido lançado em uma época em que os brasileiros necessitavam de crenças em narrativas éticas.

Para você ter ideia de minha expectativa, eu apostei com dois colegas da redação da JB, onde eu trabalhava, uma garrafa de uísque e um jantar, se o livro esgotasse uma edição. “1968, o ano que não terminou” ultrapassou a 40ª edição. Mais do que suas possíveis qualidades, está o fato de que ele foi lançado em 1988, quando o país estava muito carente de ética e paixão pela causa pública, os dois principais legados daquela geração. Não me esqueço da cena na porta do Canecão, no show de Cazuza. Uma jovem se aproximou de mim e perguntou: “você é o”, e disse meu nome. Diante da resposta, ela completou: “Li o seu livro, continue assim”. Perguntei, quantos anos você tem? Ela: 16 anos. Era o chamado poder jovem em ação. (VENTURA, 2021)

Ao tratar de temas tão familiares aos dias atuais, como a violência do Estado, crise na democracia e censura, “1968” faz muito mais do que mediar os acontecimentos daquele ano, ele inaugura um ciclo de relações de comparação e de reconhecimento entre os leitores e a realidade, mesmo que esta esteja longe temporalmente. Podemos perceber claramente essas relações no fato de Zuenir ter lançado, posteriormente, “1968: o que fizemos de nós”, o que ocorreu tanto pela boa recepção do público perante o primeiro livro, quanto pela necessidade de trazer à tona memórias ensurdecidas. Assim, vemos que a obra de Zuenir mantém acesa

²⁶Edição publicada em 2018 pela editora Objetiva.

²⁷Não há paginação nesse ponto da obra.

discussões que ainda não obtiveram um final íntegro, histórias que ainda precisam ser contadas por uma questão de justiça (RICOEUR, 1994).

Compreendemos que, mesmo tendo se passado mais de 30 anos da primeira publicação, “1968: O ano que não terminou” não envelheceu como arquivo de memória inerte. Se consideramos o pensamento de Calvino (2002) de que uma das características de um livro clássico é o fato de ele nunca encerrar seus significados, veremos que 2021 tem muito daquilo que Zuenir viu e narrou sobre 68. Apesar de tudo, talvez estejamos vendo isso com olhos mais amargos por não termos absorvido a lição de nossos veteranos. Assim, acreditamos que narrativas midiáticas, que se propõem a trazer relatos e produzir novos testemunhos, como os de “1968”, são essenciais para compreendermos nossa história e lutarmos em prol da democracia em tempos de ódio, permitindo-nos um reajuste necessário com o passado e responsabilidade com o futuro.

3.3 Aproximações e distanciamentos entre as narrativas

Não temos a pretensão de trabalhar com uma análise comparativa entre as obras, mas não podemos deixar de refletir sobre o diálogo que elas podem apresentar ao tratar dois anos tão relevantes na história como personagens. A partir das análises das narrativas “1968: O ano que não terminou” e “Sobre lutas e lágrimas”, percebemos que elas se aproximam e se distanciam em alguns pontos. Ambos os autores constroem seus discursos a partir de testemunhos que detêm um forte potencial de expressar sensibilidade diante dos fatos. Tanto Mário quanto Zuenir se colocam no texto ora como testemunhas diretas, ora como aqueles que testemunham por meio do relato de outros, pelo fato de estarem presentes em muitos eventos nos quais também tentaram se aproximar e ouvir outras pessoas que estavam lá. Os dois livros inauguram o que Sarlo (2007) indica como uma temporalidade própria ou tempo da lembrança. Podemos dizer que eles manipulam discursivamente o tempo, de maneira a nos mostrar que, em muitos aspectos, aquelas experiências não acabaram e que serão essenciais para interpretarmos acontecimentos futuros.

Mário Magalhães escolhe como protagonistas de “Sobre lutas e lágrimas” os três personagens de maior influência midiática de 2018: Marielle, Lula e Jair Bolsonaro. Ele constrói as imagens de Marielle e de Lula pautadas no sentimento de alteridade diante das injustiças cometidas contra eles. Bolsonaro aparece como uma pessoa que se opõe à diplomacia. Zuenir tem como protagonista de “1968” a geração daquele ano que lutou por

uma revolução de costumes e por uma revolução política que livrasse o Brasil da ditadura. Mário atribui valores heroicos à Marielle e ao Lula, assim como Zuenir em relação à geração de 68, mas apenas Mário inclui um antagonista em seu núcleo de personagens principais.

Consideramos importante destacar que há muitos acontecimentos narrados em “Sobre lutas e lágrimas” que nos remetem a fatos contados por Zuenir em “1968: O ano que não terminou”, inclusive, como já mencionado, Mário Magalhães começa seu livro fazendo essa aproximação ao escrever sobre o réveillon de Marielle, assim como Zuenir contou sobre a festa de fim de ano na casa de Heloísa Buarque de Hollanda. Contudo, o livro de Mário possui muitas diferenças em relação ao de Zuenir, como, por exemplo, o fato de ser uma biografia de 2018, trazendo também acontecimentos que se remetem a classes sociais que não aparecem em “1968”, como as periféricas. Zuenir mantém seu foco em falar sobre os sonhos, as lutas e as aventuras da geração de artistas, de políticos e de militantes contrários à ditadura.

Outro importante ponto de diálogo entre as obras está no fato de Mário Magalhães ter escrito a maioria dos capítulos próximo do tempo dos acontecimentos e utilizando apenas informações de 2018, enquanto Zuenir escreveu “1968” vinte anos depois do ocorrido. Mário Magalhães afirma que, se tivesse escrito “Sobre lutas e lágrimas” vinte anos depois, ganharia em análise e em interpretação, “talvez eu perdesse na maneira de contar, de narrar o impacto que foi viver o ano de 2018” (2021) - essa é, com certeza, uma das diferenças cruciais entre as duas obras, considerando que o olhar de Zuenir pôde captar muitos desdobramentos de 68 e testemunhos posteriores e, assim, é capaz de dar, ao leitor, uma reflexão profunda dos acontecimentos e fenômenos daquele ano.

Em relação aos eixos norteadores e aos testemunhos da mídia, podemos perceber algumas diferenças nas duas obras. A narrativa de “Sobre lutas e lágrimas” é composta pelas percepções de Mário Magalhães sobre o ano de 2018, por meio de seu testemunho como jornalista e de outras fontes. Os três personagens principais de sua narrativa, Marielle, Bolsonaro e Lula, não são diretamente entrevistados por Mário, embora ele utilize muitas informações de outros veículos de mídia para compor a imagem deles. Já Zuenir Ventura constrói a narrativa de “1968” a partir de entrevistas com seus personagens - com discursos diretos e indiretos - a partir de seus depoimentos como pertencente daquela geração e como jornalista que cobria eventos importantes naquele ano. Podemos dizer que as narrativas dos dois jornalistas se aproximam no que se refere ao “testemunho *através* da mídia”, pois os dois livros repercutiram de forma positiva, segundo seus relatos.

É necessário pontuar que enquanto “1968: O ano que não terminou” trata de forma apaixonada da geração de 68, apesar do contexto violento, e termina afirmando que aquele

ano não acabaria ali, em termos de esperança de resistência, “Sobre lutas e lágrimas”, apesar do esforço do autor para mostrar, no capítulo “Ninguém solta a mão de ninguém”, a esperança na resistência de muitos diante da barbárie que se intensificaria após o segundo turno das eleições, é um livro que se encerra falando das sequelas de 2018, o que, de certo, deixa seus leitores sob uma dimensão de suspense e de incertezas terríveis.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, com esta pesquisa, compreender as relações dos testemunhos midiáticos nas narrativas “1968: O ano que não terminou” e “Sobre lutas e lágrimas”, investigando a interação de Zuenir Ventura e de Mário Magalhães com suas fontes e seus personagens, a prática jornalística na construção discursiva por meio dos testemunhos e o poder de reverberação que dá ao leitor um papel ativo no processo de comunicação. Explorar essas narrativas, tendo como foco testemunhos midiáticos, permitiu que pensássemos no quão complexas são as dinâmicas existentes no jornalismo, nas aproximações e nos distanciamentos entre os sujeitos e nas potências estética e política que esses discursos exalam (RESENDE e PERES, 2016).

Investir nossos esforços sobre o testemunho na tradição discursiva do jornalismo nos mostrou a necessidade de ampliação do conceito para além do trauma, que é pertinentemente discutido por vários autores, mas sozinho não contemplaria nosso problema de pesquisa. Logo, o conceito de “testemunho da mídia”, de Frosh e Pinchevski (2009), trouxe novas possibilidades para pensarmos em como as segundas vidas de 1968 e de 2018, respectivamente, ocorrem a partir de relações de mediação e como elas se estabelecem no mundo.

Acreditamos que tomar os relatos dos sujeitos que tiveram suas vidas atravessadas pelos acontecimentos marcantes de 1968 e de 2018, como fazem Zuenir Ventura e Mário Magalhães, nos permitiu ver como esses autores inscrevem essas pessoas em diversas temporalidades, concebendo um produto subjetivo, profundo e sem as amarras de outras narrativas já enraizadas no imaginário social, que, muitas vezes, são abundantes em preconceitos e não abrem mão do papel de “voz absoluta”. Vimos também que nós, leitores, acabamos envolvidos nessas tramas temporais, pois somos agentes decisivos para a produção de sentido e de repercussão das narrativas.

O testemunho emerge em “1968: O ano que não terminou” e em “Sobre lutas e lágrimas” unindo as pontas da linguagem com as da realidade. Trazer esses testemunhos de forma sensível e crítica presenteia o leitor mais interessado com a possibilidade de ver e dar passagem ao “outro” que está sendo ali simbolicamente construído. É mediar as informações do passado em benefício dos que não puderam estar lá e, assim, permitir uma postura crítica desses indivíduos (FROSH e PINCHEVSKI, 2009). Concebemos que essa avaliação do público é essencial para o surgimento de outras narrativas, bem como para ressignificar

discursos que já existem em nossa sociedade, buscando, portanto, entendimento entre os interesses coletivos.

Um dos pontos importantes a serem levados em consideração a partir das análises é o fato de que Mário Magalhães traz testemunhos, em “Sobre lutas e lágrimas”, sobre eventos que muitos de nós pudemos também testemunhar, há pouco tempo, graças à enorme possibilidade de cobertura midiática que já havia em 2018. Ao produzir o livro, seu desafio maior era como contar algo que muitos de nós já sabíamos, como ele mesmo afirmou na entrevista (2021). O que acontece com Zuenir é um pouco diferente, pois, hoje, ao lermos pela primeira vez o “1968”, estamos muito mais deslocados temporalmente. Ao que nos parece, o desafio de Zuenir é formar testemunhas nas novas gerações para as quais as referências de 1968 estão mais distantes. Esse desafio pode ainda se estender até para as gerações mais antigas, visto que, em 1968, não havia a cobertura midiática que temos nos dias de hoje no Brasil.

Os desafios a serem enfrentados por Zuenir e por Mário esbarram também, além dos distanciamentos temporais e espaciais, no fato de sermos, na contemporaneidade, bombardeados por informações, que nem sempre tem um alto padrão de confiabilidade, o que faz com que surjam “testemunhas” de algo que pode nem ter acontecido ou não ter acontecido da maneira como foi narrada, o que permite o surgimento de narrativas que negam os discursos de Zuenir e de Mário. Contudo, pelas entrevistas feitas para esta pesquisa, foi possível constatar que tanto “1968” quanto “Sobre lutas e lágrimas” tiveram ótima recepção pelo público que entrou em contato com Zuenir e com Mário. Eles não relataram nenhuma situação oposta a isso que fosse relevante, o que nos dá mais esperança sobre sermos jornalistas em 2021. No entanto, sabemos que isso não é suficiente para chegarmos a uma definição completa dessa recepção no Brasil das *fake news* e dos discursos de ódio.

As considerações feitas até aqui nos levam a algumas possíveis respostas para os questionamentos de Frosh sobre o status moral e epistemológico da compreensão de eventos que estão distantes de nós em tempo e espaço. Primeiramente, é preciso afirmarmos que o discurso jornalístico busca uma aproximação com o real ou uma interpretação dos fatos. Nas duas narrativas analisadas, percebemos que o testemunho *na* mídia e o testemunho *pela* mídia podem nos confundir pela sutileza pela qual se diferenciam, em muitos momentos, a ponto de nos perguntarmos se os autores estavam presentes em situações sobre as quais falam com tanta riqueza de detalhes e emoção. Isso pode nos trazer o questionamento sobre a necessidade de o jornalista estar ou não presente temporalmente e espacialmente no evento do qual ele fala, segundo uma lógica obsessiva pela verdade universal ou completa fidelidade aos

fatos. Vemos, graças a essa expectativa, a importância dos meios de comunicação e do público assimilarem, de uma vez por todas, que escorar a verdade jornalística apenas nos fatos não é o suficiente (FRANZONI, RIBEIRO E LISBOA, 2011).

Compreendemos que o jornalismo funciona sob as regras dos jogos de poder. Sua concepção de verdade é definida sob a influência de ideologias que mudam conforme o mundo muda. Ademais, segundo afirma Frosh (2009), podemos narrativizar, mas nunca reproduzir existencialmente um evento. Desse modo, é possível termos acesso aos testemunhos, à memória e obtermos conhecimentos e valores por meio de uma narrativa de eventos que ocorreram distantes de nós, levando em conta a proposta apresentada pelo jornalista. Mário, por exemplo, propõe-se a escrever uma biografia de 2018 a partir de tudo que ele viu e viveu naquele ano, e assim ele o faz. Zuenir estabelece, desde o início, como contrato com o público, tentar contar os fatos e reconstruir os sonhos, o imaginário e o comportamento da geração de 1968. Podemos ver que ele segue seu contrato à risca até a última linha do livro.

É necessário ressaltar que Zuenir e Mário assumem posicionamentos diante da gravidade dos eventos sobre os quais eles falam em “1968: O ano que não terminou” e em “Sobre lutas e lágrimas”, respectivamente. Essa é uma característica comum em livros jornalísticos pelo fato de serem fruto de projetos que pretendem trabalhar com temas de forma mais aprofundada e com liberdade discursiva. Mas é primordial lembrarmos que os dois autores se posicionam contra conjunturas políticas que atentam contra a vida e o bem-estar de outros indivíduos. Esses posicionamentos são, portanto, considerados virtuosos para o jornalismo, ou, pelo menos deveriam ser. Não há brechas para pensarmos que os discursos de Zuenir e de Mário fazem propaganda política para que partido A ou B vença as eleições, conforme muitos podem acreditar. Eles trazem honestamente o posicionamento que qualquer pessoa deveria ter em relação ao próximo. Acreditamos que a influência discursiva da mídia deve ser usada sempre em prol da civilização, pois só há garantias da nossa plena existência dessa maneira. Ainda assim, pontuamos que o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros²⁸ inclui, como um dever da profissão, a defesa dos direitos humanos.

Discutimos, nesta pesquisa, sobre a possibilidade de as narrativas nos permitirem estabelecer a experiência no tempo e conexões de sentido com o mundo graças à dinâmica das mediações (RICOEUR, 1994). Além disso, vimos o potencial que elas têm de permitir a

²⁸ Segundo o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, artigo 9º.: “é dever do jornalista [...] Opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos do Homem;”. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>>. Acesso em 10 de novembro de 2021.

compreensão de saberes e valores. Podemos observar que, ao publicarem suas narrativas, Zuenir e Mário Magalhães inscrevem as memórias de 1968 e de 2018 na esfera pública. O testemunho passa a existir como experiência ao chegar ao estágio de conhecimento do leitor e de reverberação deste. Portanto, se esses testemunhos não fossem narrados, seria como se parte da nossa história política e social não existisse. Assim, considerar o “testemunho *através da mídia*”, juntamente com o testemunho direto e o testemunho do jornalista, é elementar para pensarmos na força que essas obras têm para as políticas da memória. Isso mostra o papel decisivo do livro jornalístico como um dispositivo potente nesse sentido.

Percebemos que não há uma explicação óbvia para a atual conjuntura brasileira de enorme propagação de narrativas midiáticas falsas, que entram em embate com as narrativas jornalísticas que tentam desnudar eventos de grande tensão política ou de violência, como “1968” e “Sobre lutas e lágrimas”, pois há muita complexidade nas variáveis que devem ser observadas, como os valores morais do tempo em que vivemos, o que consumimos como informação, como a consumimos, entre outras. Temos apenas pistas que apontam para o beneficiamento de interesses obscuros de grupos específicos que detêm grandes poderes políticos e econômicos. Isso os levam ao esforço obstinado da criação de uma memória histórica conivente com seus atos. Contudo, devemos lembrar que esses interesses sempre existiram; o que pode ter intensificado as disputas narrativas é o fato de que hoje vivemos demandas capitalistas como o consumismo exacerbado, a desigualdade e a violência de forma mais profunda e mediada.

Apesar de toda a potência política e estética que pode haver em um testemunho, como defendemos anteriormente, e do fato de que alguns autores afirmam a possibilidade sempre iminente (LAGE, 2006) e onipresente (FROSH e PINCHEVSKI, 2009) do testemunho na atualidade, reiteramos que, mesmo existindo uma infinidade de meios pelos quais essas narrativas podem surgir, há padrões de gênero, raça e classe que ainda podem dificultar a legitimação do testemunho de determinados sujeitos nas mídias.

Em tempos de incertezas políticas, de disseminação de *fake news*, de desprezo à ciência e de fratura na imagem de autoridade do jornalista para tratar das informações, somos chamados à responsabilidade ética de olhar criticamente para nossa realidade, pensando em nossas condições de trabalho, mas também no jornalismo como um conjunto de saberes para reflexão e performatividade. Se levarmos em conta que essa área está sempre mudando para se adaptar aos novos contextos tecnológicos e econômicos (DEUZE E WITSCHGE, 2015) e aos jogos de poder no qual estamos inscritos, temos que nos conscientizar, enquanto profissionais e cidadãos, da necessidade de problematizar constantemente a prática

jornalística na produção de discursos que atuam decisivamente sobre todos nós. É fundamental refletirmos sobre o testemunho, não apenas como uma estratégia de escrita, mas como potência para a nossa existência enquanto sujeitos que pensam e que agem em sociedade.

A construção discursiva de “1968” e de “Sobre lutas e lágrimas” nos mostrou que há uma urgência de entendimento de que a defesa da democracia deve ser feita sem trégua pelas mídias, afinal, elas se beneficiam muito desse sistema político. As mídias, principalmente o jornalismo, precisam finalmente reconhecer seu papel, pois podem representar um dos elementos de ampliação das memórias negligenciadas que são essenciais para compreendermos a nossa história e a nossa importância no meio social. Diante de tantos problemas, nos parece pertinente afirmar que nosso país carece, mais do que nunca, da insurgência dos testemunhos sobre a ditadura militar, e sobre tantas outras conjunturas violentas, visto que estamos vivendo um tempo em que as pessoas parecem não sair dos seus confortos para nada. É preciso incomodar.

A partir de tudo o que discutimos e analisamos até aqui, sustentamos que essas narrativas de teor testemunhal são uma forma de resistência em tempos extremos como os de agora. Tendo ciência de que o discurso é um instrumento de enorme capacidade de comando e que o jornalismo só existe sob essa lógica, concebemos o aparecimento na mídia de relatos, como os de Zuenir e Mário Magalhães, um contraponto às ideologias mercadológicas que tentam impor como verdade determinados ângulos da realidade, em detrimento de outros. “1968” e “Sobre lutas e lágrimas” coexistem com outros discursos midiáticos, e vemos que, em nenhum momento, elas se apresentam como “as donas da verdade”, mas como alternativas, pautadas em valores éticos e responsáveis, para além das narrativas que negam a legitimidade dos seus testemunhos. Desse modo, elas dão ao público a chance de ampliar suas reflexões sobre as relações sociais, isto é, de conhecer e formar uma opinião a respeito dos outros lados da história. Para além de pensarmos na custosa provocação “1968 acabou ou não?”, “2018 ainda nos influencia?”, devemos nos atentar para o fato de que esses anos foram discursivamente eternizados na historiografia brasileira por Zuenir, por Mário e por tantos outros autores, o que significa que teremos sempre para onde nos voltarmos. Tanto 1968 quanto 2018 ainda servem como lição.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARRETOS, Dayane. **Experimentar encontros e compartilhar sentidos: a escrita de si e do outro nas narrativas de jornalistas brasileiras**. Dissertação de mestrado em Comunicação. UFOP. Mariana, 2017. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/8012/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O_ExperimentarEncontrosCompartilhar.pdf>. Acesso em 01 de janeiro de 2020.

BARROS, José D'Assunção. **O tempo dos historiadores**. Petrópolis: Vozes, 2013.

CANDAU, Joel. A memória e o princípio de perda. **Diálogos** (Maringá. Online), v. 16, n. 3, p. 843-872, set.-dez. /2012. DOI 10.4025 /dialogos.v16i3 .682

CARDIA, Mírian Lopes. Primeiro jornal editado e impresso no Brasil. **Ministério da Justiça e Segurança Pública**. Arquivo Nacional. Disponível em: <[CASTRO, Júlio Cesar Lemes de. Pós-verdade e o papel do jornalismo: neoliberalismo, Brexit/Trump e redes sociais. In: **SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**. 15º. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. ECA/USP – São Paulo – Novembro de 2017.](http://www.arquivonacional.gov.br/br/difusao/arquivo-na-historia/938-primeiro-jornal-editado-e-impresso-no-brasil.html#:~:text=O%20dia%2010%20de%20setembro,circulou%20at%C3%A9%20dezembro%20de%201821.>. Acesso em 31 de agosto de 2020.</p>
</div>
<div data-bbox=)

CHOMSKY, Noam. Noam Chomsky: “As pessoas já não acreditam nos fatos”. Entrevista concedida a Jan Martínez Ahrens. **Jornal El País** (online). Brasil: 18 de março de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/06/cultura/1520352987_936609.html>. Acesso em 11 de setembro de 2020.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. Além do jornalismo. **Leituras do jornalismo**. Ano 2, vol. 2, jul/dez 2015, p. 1-31. Disponível em: <<http://www2.faac.unesp.br/ojs/index.php/leiturasdojornalismo/article/view/74>>. Acesso em 29 mar. 2020.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. O que o jornalismo está se tornando. **Parágrafo**. v. 4, n.2, 2016, p. 8-21.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FERRARETTO, Luís Artur. De 1919 a 1923, os primeiros momentos do rádio no Brasil. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)** - v.3, n.1, jan.2014-jun/2014 - ISSN 2238-5126. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/3961/2299>>. Acesso em: 26 de agosto de 2020.

FÍGARO, Roseli (Org.). **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia**. São Paulo: ECA-USP, 2018. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/wp-content/uploads/E-book_FÍGARO_As-rela%C3%A7%C3%B5es-de-comunica%C3%A7%C3%A3o-e-as-condi%C3%A7%C3%B5es-de>

produ%C3%A7%C3%A3o-no-trabalho-de-jornalistas-em-arranjos-econ%C3%B4micos-alternativos-%C3%A0s-corpora%C3%A7%C3%B5es-de-m%C3%ADdia-2.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2020.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Graal, São Paulo: 1979.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5ª ed., São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FRANÇA, Vera. O acontecimento e a mídia. **Galaxia** (São Paulo, *Online*), n. 24, p. 10-21, dez. 2012.

FROSH, Paul; PINCHEVSKI, Amit. Introduction: Why Media Witnessing? Why Now?. In: _____ (org.) **Media witnessing**: testimony in the age of mass communication. Nova York: Editora PALGRAVE MACMILLAN, 2009.

FROSH, Paul. Telling Presences: Witnessing, Mass Media, and the Imagined Lives of Strangers. In: FROSH, Paul; PINCHEVSKI, Amit (org.). **Media witnessing**: testimony in the age of mass communication. Nova York: Editora PALGRAVE MACMILLAN, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1963209/mod_resource/content/1/GAGNEBIN%20C%20Jeanne%20Marie.%20O%20que%20significa%20elaborar%20o%20passado.pdf> Acesso em 01 de março de 2021.

GIDDENS, Anthony. Admirável Mundo Novo: o novo contexto da política. **Cad. CRH.**, Salvador, n.21. p.9-28, jul./dez. 1994. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18771/12143>>. Acesso em 23 de setembro de 2020.

GRIJELMO. Alex. A arte de manipular multidões. **Jornal El País** (online). Seção Opinião. Brasil: 28 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=refer%C3%A2ncia+abnt+de+p%C3%A1gina+de+jornal+da+internet&oq=refer%C3%A2ncia+abnt+de+p%C3%A1gina+de+jornal+da+internet&aqs=chrome..69i57.9925j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em 12 de setembro de 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2ª. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**: a colisão entre os velhos e novos meios de comunicação / Henry Jenkins; tradução Susana Alexandria. – 2a ed. – São Paulo: Aleph, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro do passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006.

LAGE, Leandro. **Testemunhos do sofrimento nas narrativas telejornalísticas**: Corpos abjetos, falas inaudíveis e as (in)justas medidas do comum. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

LEAL, Bruno Souza. O jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos. In: CARVALHO, Carlos Alberto; LEAL, Bruno. **Narrativas e poéticas midiáticas**: estudos e perspectivas. São Paulo: Intermeios, 2013.

LELO, Thales Vilela; CAMINHAS, Lorena. Notícias falsas sobre gênero e sexualidade no Brasil: um campo de disputas morais. **XXIX Encontro Anual da Compós**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, 23 a 25 de junho de 2020. Disponível em: <www.compos.org.br www.compos.org.br/anais_encontros.php>. Acesso em 02 de outubro de 2020.

LEVI, Primo. **É isto um Homem?**. Trad. Luigi del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós**: ensaios sobre a alteridade. Petrópolis: Vozes, 2004.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. 4ª.ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2009.

MAIA, Marta R. **Perfis no jornalismo**: narrativas em composição. Florianópolis: Insular, 2020.

MAIA, Marta; TAVARES, Michele. As temporalidades no jornalismo: do acontecimento às narrativas. In: SOSTER, Demétrio de A. e PICCININ, Fabiana Q. **Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas epistemológicas**. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017, p.73-85.

MAGALHÃES, Mário. **Sobre lutas e lágrimas**: uma biografia de 2018, o ano em que o Brasil flertou com o apocalipse. 1 ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019.

MAROCCO, Beatriz. Os “Livros de repórteres”, o “comentário” e as práticas jornalísticas. **CONTRACAMPO**. Niterói: n° 22, fevereiro de 2011.

MATHEUS, Leticia Cantarella. **Comunicação, tempo, história**: Tecendo o cotidiano em fios jornalísticos. Tese (doutorado em Comunicação). Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: 2010.

MATTOS, Sérgio. **Um Perfil da TV Brasileira**: 40 anos de história - 1950/1990. Associação Brasileira de Agências de Propaganda/ Capítulo Bahia: A TARDE, 1990.<<http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/02.%20Um%20perfil%20da%20TV%20brasileira.%2040%20anos%20de%20hist%C3%B3ria.pdf>>. Acesso em 01 de setembro de 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo como sistema perito. **Tempo social** [online]; Ver. USP, São Paulo: 1999, vol.11, n.1, p.197-208. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v11n1/v11n1a11.pdf>>. Acesso em 12 de setembro de 2020.

MORAES, Fabiana. Jornalismo narrativo, deslocamentos e subjetividades. **I Simpósio da Rede de Pesquisa Narrativas Midiáticas Contemporâneas (Renami)**. Publicado no canal Renami em 23 de junho de 2021. 2h28min23s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3mbh6y5ROwE&t=2005s&ab_channel=Renami-NarrativasMidi%C3%A1ticasContempor%C3%A2neas>. Acesso em 20 de outubro de 2021.

NEVEU, Erik. As notícias sem jornalistas: uma ameaça real ou uma história de terror?. **Brazilian Journalism Research**. SBPJor, Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo. Volume 6, n. 1, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em 03 de outubro de 2020.

QUÉRÉ, Louis. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, Vera R.; OLIVEIRA, Luciana de (Orgs.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 39-51.

RESENDE, Fernando. **Textuações: ficção e fato no novo jornalismo de Tom Wolfe**. São Paulo: Anablume: Fapesp, 2002.

RESENDE, Fernando. **Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa**. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). 2011

RESENDE, Fernando; PERES, Ana Cláudia. Nós, as testemunhas: notas sobre um jornalismo de teor testemunhal. **Revista Dispositiva**. v. 5, n. 2, 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/12694/0?fbclid=IwAR1tEqNNQbTRhKsExcyCWuuWSuFf98ou3ppRF7biFvezbDFzLT0syr_Tmm8>. Acesso em 10 de novembro de 2020.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. (Tomo I) Campinas, SP: Papyrus, 1994.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: escrituras híbridas das catástrofes. **Gragoatá**. n.24, 1º semestre 2008, Niterói: EDUFF, pp. 101 – 117.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. **Psic. Clin.** Rio de Janeiro: vol.20, n.1, p.65 – 82, 2010.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar as mídias?**. Ed. Loyola: São Paulo, 2002.

TORRES, Ana Cristina. ‘Testemunha ocular da História’, ‘Repórter Esso’ fez sucesso no rádio e na TV. **Acervo Globo** (site jornal O Globo). Rio de Janeiro: 2016. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/testemunha-ocular-da-historia-reporter-esso-fez-sucesso-no-radio-na-tv-19930939#ixzz6WFi8n4Xc>>. Acesso em 26 de agosto de 2020.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, G. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 2. ed., 1999. p. 74-90.

VENTURA, Zuenir. **1968**: O ano que não terminou. 2ª. Ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VENTURA, Zuenir. **Minhas histórias dos outros**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2005.

VENTURA, Zuenir. Roda Viva: Zuenir Ventura. **Programa Roda Viva**. Publicado no canal Roda Viva do Youtube. 23 de abril de 2018. 1h23min30s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bsHzRDrtXec&ab_channel=RodaViva>. Acesso em: 05 de outubro de 2021.

ZAMIN, Angela. “Livros de repórter”, saberes de entremeio: relatos jornalísticos sobre a cobertura de conflitos. **Estudos em Jornalismo e Mídia** - Vol. 8 Nº 2 – Julho a Dezembro de 2011. ISSN 1984-6924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2011v8n2p389/20191>>. Acesso em 14 de dezembro de 2019.

APÊNDICE A

Entrevista com o jornalista Mário Magalhães, feita em 15 de julho de 2021.

Entrevistadora: Ticiane Kárita Gomes Alves

Ti - Estou fazendo uma pesquisa de mestrado e eu tenho como objetos de estudo “Sobre lutas e Lágrimas” e o “1968: O ano que não terminou”, do Zuenir Ventura. A ideia da pesquisa é trabalhar com a noção do jornalista como testemunha, e esses são dois livros muito interessantes para esse objetivo. A entrevista faz parte da metodologia que eu estou utilizando, que vai responder algumas questões importantes para o meu trabalho. O “Sobre lutas e lágrimas” é um livro que traz os fatos de 2018 sob a perspectiva do seu testemunho, como jornalista e como cidadão e os protagonistas são o Lula, a Marielle e o Bolsonaro, mas também aborda outros temas que são interessantes para pensarmos nesse ano de 2018, que são a questão da censura na imprensa e a hipocrisia do “cidadão de bem”, como você fala no capítulo “Doutor Bumbum, o militante”, que é um personagem que tem uma história bem controversa. Nesse livro também a gente percebe que você se apropria do tempo, lançando um prognóstico que 2018 é um ano que tão cedo não vai acabar e, a partir disso, cria uma percepção de que nossas experiências futuras, de alguma forma, estão condicionadas a uma visita a 2018. Já estamos vivendo os desdobramentos de 2018, né... de uma forma bem intensa. Você fala que o “Sobre lutas e lágrimas” é um livro indignado, que suas narrativas são escritas a partir de tudo o que você viveu e testemunhou em 2018. Como foi para você escrever um livro jornalístico repleto de indignação pessoal e de outros afetos enquanto estava tudo acontecendo?

MM- É assim: há livros que nascem de uma curiosidade nossa por personagem, por período histórico, enigmas da ciência, mistérios do espaço... necessidade de deixar um testemunho, livros de memórias... compreender melhor eventos do passado. Esse livro nasceu do horror. No instante em que eu soube que estava fazendo e que ia transformar aquele ano, 2018...[pausa]... da ontem, 14 de julho, Bolsonaro foi internado e voltou a fazer uma fotografia da barriga dele, da barriga esfaqueada...que, no caso, foi esfaqueada. Para achar que o Bolsonaro não foi esfaqueado, tem que achar necessariamente que o Neil Armstrong andando na lua era uma encenação hollywoodiana, e que o Elvis Presley não morreu. Então o Bolsonaro foi esfaqueado. Me lembrei disso nesse prognóstico. [pausa] Não, já era um

diagnóstico. Esse livro nasce do horror da noite de 14 de março de 2018. O Flamengo jogava fora de casa contra o Emelec, se eu não me engano. Teve a notícia na internet, depois na televisão do assassinato da Marielle Franco e do Anderson. Ela estava voltando para casa, ela era rubro-negra. Aqueles jogos tinham um jogador chamado Vinícius Júnior, que brilhou. Não duraria muito no Flamengo, foi para o Real Madri... a gente não tinha dinheiro para manter o jogador. [pausa] Então, é um livro que nasce do horror... é um livro integralmente escrito à quente, em 2018; a exceção é o prólogo, que foi escrito em 2019, no princípio, mas ele não tem uma só informação proporcionada pelo ano de 2019. Por exemplo: tais dados sobre as “rachadinhas” do gabinete do então deputado Flávio Bolsonaro não foram usados. Informações sobre a investigação do assassinato da Marielle não foram utilizados. É curioso que o livro tem a maioria da escrita de capítulo que foram publicados originalmente como coluna semanal no *Intercept*, mas os grandes capítulos, os maiores capítulos, do ponto de vista jornalístico e narrativo... mais ambiciosos... eram capítulos inéditos, que eu ia escrevendo já no início do ano. [pausa] O primeiro capítulo se chama “Sintomas da doença”, que abre com a epidemia da febre amarela... um monte de gente caçando macaco para matar. Milhões se recusando a tomar vacina. Talvez, para mim, seja a repercussão, consequência, a sequela mais eloquente... não, no caso, sequela, mas, de 2018, quando eu revejo, como há pouco eu estava revendo os títulos do livro... para entender muito do que ocorreu no Brasil, do ano passado para cá... na pandemia, na verdade, aqueles arautos da ignorância e da brutalidade - duas coisas que eu já uso no primeiro parágrafo, citando o filme argentino “Cidadão ilustre” - esses arautos chegaram ao governo a partir dos acontecimentos de 2018. Óbvio que este é um livro que não afeta uma frieza que era impossível existir naquela circunstância. Não é um livro imparcial. É um livro parcial, da civilização contra a barbárie. É um livro a favor das luzes contra as trevas. É um livro pró-tolerância, anti-intolerância. Aí tem algo que difere, por exemplo, quando eu chamo de biografia... eu explico o porquê no prólogo, que é a ideia do conceito do ano como personagem que eu aprendo com o Zuenir e aprendo da maneira como ele se refere ao ano de 1968. Eu fiz um livro de maneira que combina vários gêneros literários e não é só reportagem. Quando eu estou na rua, no dia 15 de março, aqui pertinho... uma multidão, que devia ter mais de 100 mil pessoas, no centro do Rio, se manifestando ali... eu estou fazendo uma reportagem. Obviamente que essa reportagem não é, como dizia o João Saldanha, não é de um filho de chocadeira, de alguém sem emoção, de alguém sem ideias, de alguém que tivesse indiferente àquilo tudo, um robô na rua, para contar o que estava acontecendo. É reportagem, mas o livro tem também opinião...

de artigo. O livro tem passagens que são crônicas. O capítulo sobre... como é o nome daquela organização... como é o nome daquela organização do cabo Daciolo?

Ti - Ursal.

MM - A Ursal! Aquilo é uma brincadeira. É uma crônica, é uma crônica. Então tem artigo, tem crônica, tem passagens com tom de editorial e tem reportagem... e tem uma outra pitada de ensaio porque, embora eu o considere um livro marcadamente de um contador de histórias, tem algumas reflexões, por exemplo, para explicar a vitória do Bolsonaro quando eu recuso a tese ou a interpretação que absolutiza vários fatores - que eu explico - ignora o fundamental. A pesquisa do *Datafolha*, reproduzida no livro, do fim de agosto de 2018, mostrava que um candidato estava disparando contra o Bolsonaro e caminhando, em marcha no primeiro turno, para ganhar, sem precisar de uma nova votação, que era o Lula. Foi o que decidiu a eleição. Então, há uma combinação de vários gêneros ali. Obviamente o livro tem uma relação de ganha/perde pelo fato de ele ter sido escrito no calor dos acontecimentos. Por exemplo: o livro do Zuenir foi escrito 20 anos depois de 68, mas evidentemente, ao mesmo tempo em que Zuenir reconstitui os eventos de 68, ele contribui com a experiência dele. Ele dirigia uma revista no rio. Se eu fizesse um livro, 20 anos depois, eu ganharia em análise e interpretação, mas talvez eu perdesse na maneira de contar, de narrar o impacto que foi viver o ano de 2018, que foi o horror de ver o Museu Nacional pegando fogo. E aí, o capítulo do Museu Nacional é um exemplo claro que combina vários gêneros jornalísticos no mesmo texto. Eu começo algo que me tocou de tal maneira, que é o incêndio do Museu Nacional... que eu começo com uma cena em que os personagens são eu e uma filha minha. Eu não digo quem é, eu falo “é a Maria”, falo que a Maria começou a chorar vendo as aves empalhadas, os bichos empalhados, não queria que eles estivessem morrido. Era uma maneira de mostrar como o Museu Nacional, além da importância objetiva dele para a história do Brasil, tinha uma relação de memória afetiva com a população do Rio intensíssima. É curioso, né? O livro do Zuenir se concentra no Rio de Janeiro, que foi o palco central das manifestações estudantis de 1968, não das mobilizações operárias, mas era onde o Zuenir vivia. Aí você vê que os nossos três protagonistas, pelo menos é como eu os apresento, de 2018... [pausa] A carreira política do Bolsonaro foi feita no Rio. Ele morava no Rio. Inclusive, depois nós vamos descobrir que morava no mesmo condomínio onde vivia o aparente executor da Marielle e do Anderson. A Marielle era uma vereadora do Rio e foi no Rio que ocorreram as maiores manifestações de solidariedade ao Lula no ano em que ele foi em cana. Eu não conto no livro, mas o Lula foi

preso no dia 07 de abril, era o meu aniversário; eu nasci no dia 07 de abril de 64, na semana do golpe de Estado. Era um sábado, eu sei que era um sábado, porque...há coisas que a gente não conta no livro... era um sábado... e eu sou casado com uma jornalista que faz aniversário no dia 06 de abril. Naquele sábado, umas vinte pessoas foram lá em casa. Eu não moro em um apartamento grande, então 20 pessoas na minha casa já é muita gente. Só teve um assunto que foi a prisão do Lula. É curioso, o Rio de novo é o palco central. Então... voltando a tua pergunta, “como foi viver?”: eu escrevi um relato do ponto de vista de quem, em 2018, batalhou pela civilização contra a barbárie. Então, “Sobre lutas e lágrimas”, do título... nem é meu esse título. No posfácio, eu rendo homenagens à jornalista com que eu sou casado, a Fernanda, ela que criou esse título, o que reforçou uma brincadeira familiar, uma brincadeira com fundo de verdade, que ela é muito melhor com títulos do que eu. O meu título era o da contra-capá: “o ano em que o Brasil flertou com o apocalipse, uma biografia de 2018”. Aí a Record (editora) acabou fazendo uma coisa que é raríssimo, eu nunca tinha visto, que é ter dois subtítulos... para não perder “o ano em que o Brasil flertou com o apocalipse”, ele acabou virando o segundo subtítulo. As pessoas perguntam: “Por que só flertou?”. Porque “apocalipse” significa o fim, e a história não acabou em 2018. Estamos vendo, aí, a história se desenrolando. De qualquer maneira, “como foi viver?”: foi um ano em que as lágrimas foram de quem perdeu partidários da civilização. E as lutas foram de quem recusou o obscurantismo, embora eu não seja um militante. Tem manifestações em que eu estou na rua. Eu estou na rua no dia 15 de março, no dia seguinte da morte da Marielle e do Anderson. Eu tô na rua no festival “Lula Livre”. Estava falando do Lula, o terceiro personagem. O festival “Lula Livre” tem dezenas de milhares de pessoas, foi a maior manifestação pela libertação dele. E ele, nas vésperas de ser preso em São Bernardo... ele fez um discurso da “primavera vai chegar...”, no *Circo-Voador*, aqui pertinho de onde eu tô. Eu trabalho aqui no centro do Rio. Então, no festival “Lula Livre”, eu estava de bloquinho e de caneta. Na manifestação da Marielle e do Anderson, eu estava de bloquinho e de caneta. Quando teve uma outra manifestação na *Lapa* no mesmo lugar do festival “Lula Livre”, do Haddad, terça-feira antes do domingo 28 de outubro, antes da eleição, eu estou de bloquinho e de caneta... eu estou como repórter. Numa última manifestação pró-Haddad que houve no Rio, numa sexta-feira, antevéspera do segundo turno.... até me lembro agora de uma faixa que eu descrevo no livro: “tire o seu capitão... ou o seu fascista”... não me lembro agora... “do caminho, que eu vou eleger um professor”. Em tudo isso eu estava de bloquinho e de caneta, eu não estava como manifestante. E, por mais que eu pudesse me retificar com quem estava exigindo punição para os assassinos da Marielle e do Anderson, eu estava de bloquinho e de caneta, me comportando como um repórter. Ou

seja, isso eu acho que é uma diferença do livro: ele ganha em temperatura, porque eu não sou um escriba melodramático que enche de adjetivos e faz a narrativa ficar adocicada não. Eu sou o narrador seco, mas é óbvio que diante daqueles acontecimentos é tudo muito impactante... mas é óbvio que eu perco em análise e interpretação, interpretação central do livro, que 2018, 50 anos depois, vai ser lembrado como a gente lembrou de 68, isso está se confirmando a cada dia. E tem sequelas que talvez não tenham volta, por exemplo, o desmatamento da Amazônia, a queimada no Pantanal, o estrago para gerações que é a destruição da pesquisa.

Ti - Eu quero saber como você lida com a questão do tempo do jornalismo para produção? Como essa noção de tempo afetou o seu trabalho nas narrativas de “Sobre lutas e lágrimas”?

MM - O jornalismo é o registro taquigráfico da história. Ele vai contando os acontecimentos na medida em que eles ocorrem, ao contrário da historiografia. A historiografia interpreta e analisa o passado depois do tempo decorrido. O jornalismo... a natureza dele é diferente. Então é por isso que o jornalismo vai ter essa marca do instantâneo. O repórter, quando vai pra rua, ele tem que ir pra rua e depois contar o que ele viu e o que ele ouviu... o que ele observou. É isso que o repórter faz. Então, claramente, esses textos estão marcados por esse caráter instantâneo da contação da história. Você... que tem uma reflexão no livro... por exemplo, eu já ouvi gente me dizendo que o capítulo mais bem escrito do livro é o da morte do estudante Édson Luís 50 anos antes. Eu escrevi 50 anos depois! Eu usei uma técnica elementar de apuração: eu fui aos jornais da época. Hoje é bem mais fácil com a hemeroteca digital, a *Biblioteca Nacional*. Eu reconstituí... inacreditável! Eu publiquei esse texto três semanas antes do assassinato da Marielle e do Anderson. É inacreditável eu publiquei esse texto mesmo duas semanas antes, três semanas antes do assassinato da Marielle e do Anderson porque o texto acaba... o texto é publicado... esse texto saiu originalmente no *Intercept*. Foi publicado no fim de fevereiro, e eu digo: Olha, vai fazer agora, no mês que vem, 50 anos do assassinato do estudante... e tal... eu reconstituo. É um texto mais bem trabalhado. É um texto esculpido com mais capricho é... e no nacional eu digo, o que aconteceria hoje com o Brasil no resto um atentado ou um crime dessa natureza e duas, três semanas depois acontece. É diferente, por exemplo, o capítulo da Marielle... é um capítulo que eu escrevo à quente. A manifestação... Marielle foi morta na quarta... e o Anderson. A manifestação foi quinta, e eu escrevi esse capítulo. Ele tem sempre a data da quarta-feira seguinte, que era quando ele era publicado, no caso, publicado no *Intercept*. Eu escrevia

sábado e domingo. É muito à quente, muito à quente. Então, tem algumas coisas, esse... o capítulo especula sobre o assassinato da Marielle, nesse caso aí, não tem erro... mas quem sabe... as coisas precisam de tempo para amadurecer, ou seja, o repórter faz o registro taquigráfico. Agora, para entender o que é o determinado tempo histórico, eu acho que não basta, tem que se considerar dois registros, dois olhares: o olhar que conta com a maturação do tempo e o olhar instantâneo. E mesmo assim é gozado essa coisa do tempo, Ticiane. Eu vou compartilhar contigo duas histórias, duas dúvidas editoriais sobre o livro. Tem um capítulo sobre o Aécio Neves e tem o capítulo, ao qual você se referiu, do Dr. Bumbum que eu não sabia. Um monte de colunas semanais que eu escrevo para o *Intercept*, que não estão no livro, são desimportantes. Durante a Copa do Mundo... a Copa do Mundo demora um mês. Publiquei quatro colunas sobre a Copa do Mundo no *Intercept*, eu não aproveitei nenhuma. Eu aproveitei o que escrevi no dia seguinte do fim da Copa: “Na Copa, Neymar caiu”. Aí vamos lá, eu não sabia a relevância do Dr. Bumbum, eu não tinha certeza no “Aécio” para sobreviver, ele não ia. Aí, o Dr. Bumbum foi o primeiro que eu resolvi, o do “Aécio” não, tô errado, o do “Luciano Huck”. No capítulo do Aécio, eu sabia que eu tinha que falar porque era um acerto mostrando a história do jeito que vai para cima, depois vem para baixo. No capítulo do Luciano Huck, que é do início do ano, no carnaval, quando se especulou de novo com força a candidatura dele. Aí, primeiro que eu resolvi o capítulo do Luciano Huck e o capítulo do Dr. Bumbum manter. Era uma história de hipocrisia nacional. A famosa “faça o que eu digo e não faça o que eu faço”. E o do Luciano Huck eu também mantive por ser uma manifestação explicitamente no campo político-partidário de hipocrisia. É como eu digo, quão legítimo é Luciano Huck... tem a ideia que ele tiver, batalhar pelas ideias que ele cultivava, só que é uma hipocrisia dizer que ele era o novato, ele tinha 20 anos de militância... pró-PSDB. Inclusive, me lembro, nesse capítulo, tem o teu estado (MINAS GERAIS), tem um palanque que ele tá lá com o Aécio, dizendo que é irmão do Aécio, “o Aécio é isso”, “o Aécio é aquilo”. É legítimo, só não dava para o Luciano ser vendido, apresentado, promovido como uma novidade na política brasileira, na política partidária, né? Acabei mantendo, acho que a história me deu razão, pelo menos sobre o Luciano Huck. E tendo agora de novo cotado, acho eu, fazendo uma leitura política, não tendo chance de vencer, acabou renovando com a *Globo* e vai ser promovido para o *Domingão*, no lugar do Faustão. Não sei se respondi a tua pergunta.

Ti - Respondeu. Eu quero te perguntar o seguinte: no livro você traz, entre outras questões, a memória traumática da Mônica Benício, que é o assassinato da Marielle. Eu quero te

perguntar qual é o desafio do jornalista, ao conversar com uma vítima de um acontecimento traumático como esse?

MM - É uma grande questão, uma questão que diz respeito a gente não só reconstituir eventos mais distantes, mas do dia a dia, né? Quando você entrevista a mãe de um garoto assassinado em uma operação policial no morro, né? Para mim a questão elementar é a seguinte: não se pode ter o jornalista uma postura... não é por bem... inaceitável para um cidadão, para uma cidadã. [pausa] É preciso ter sensibilidade. É preciso entender o drama, a dor do outro e, na medida do possível, buscar informações, que é o que a gente faz numa entrevista... que é o que os historiadores chamam de “história oral” e, no jornalismo, é entrevista. Então, isso que aconteceu com a Mônica... mas eu já vivi, eu já fiz entrevistas muito mais dramáticas. Para a biografia “Marighella”, era sempre muito complicado, sempre muito difícil fazer perguntas específicas sobre tortura, porque para narrar, eu precisava ter detalhes, pormenores. Eu era repórter especial da *Folha de S. Paulo* quando houve um dia das mães, e me pediram uma matéria sobre isso. Eu falei “olha... eu li no verão, fevereiro, quando tem aquelas enxurradas em Belo Horizonte, uma senhora, moradora de uma favela, ela tinha cinco filhos e ela perdeu os cinco na enchente”. De cinco filhos, no dia das mães anterior, ela passou para nenhum filho no dia das mães seguinte. Como que fala? Eu encontrei, viajei para Belo Horizonte... mas é difícil. No caso da Mônica, é uma questão narrativa que é a seguinte... por exemplo, a biografia “Marighella” é um livro que se divide em três partes. Na terceira parte, é o Marighella na luta armada, que ocupa 40 % do livro e rende o subtítulo, a vida dele na luta armada. O ponto de vista dele é uma tragédia, o protagonista do livro é assassinado, os amigos, amigas, companheiros, camaradas são assassinados, torturados, presos, expatriados. Desde o início, eu sabia que ia precisar do Marighella... eu criei uma história lírica em contraste com a tragédia. Aí, por sorte, eu encontrei... fechei com uma história lírica, é não ficção, reportagem, não posso inventar. Encontrei essa história, quis fazer uma “pipa” e tal. Com o “Sobre lutas e lágrimas”... é um ano muito pesado também. Se você reparar, o livro tem uma estrutura em que eu, de capítulos em capítulos, introduzi capítulos mais leves, em tons de humor, de comportamento para que o leitor possa respirar. Então, tem o capítulo da Ursal, tem o capítulo da Elza Soares, tem o capítulo do Neymar... eu tomo muito cuidado, nunca gostei de covardia com o derrotado. Então, eu abro o capítulo da Copa do Mundo mostrando, com número... estatística. Ao contrário da impressão que muita gente teve e tem até hoje, o Neymar fez uma boa Copa em 2018, o problema é que ele virou piada no mundo inteiro pela capacidade, digamos, malabarística dele. Então, o livro tem esses capítulos para

permitir ao leitor respirar. É um ano de muita violência, é um ano de muita lágrima. Assim, eu queria abrir o livro com uma história comovente, mas que não fosse uma história triste... uma história bonita. Eu me lembrei do livro do Zuenir, ao qual rendo reconhecimento, homenagem no prólogo. Inclusive, o prólogo se chama “O ano que tão cedo não vai terminar”. É uma citação, reverência ao livro do Zuenir. Eu me lembrei que o livro do Zuenir começa com uma festa na casa de uma professora, a Heloísa Buarque de Hollanda, então, a minha primeira ideia foi contar o réveillon dos protagonistas, Marielle, Bolsonaro e Lula. Depois, eu fui pensando, pensando, “vou apurar como foi o réveillon da Marielle Franco”, porque pode ser uma história bonita que torne o capítulo da morte da Marielle mais pungente ainda. Aí, eu liguei para a Mônica e perguntei: “Você saberia com quem a Marielle passou o réveillon?” e a Mônica... a Mônica é uma pessoa de uma personalidade forte, muito carismática... ela falou: “Porra, passou comigo, claro, né?”. Aí, eu fui até o apartamento onde a Mônica estava morando e, graças ao depoimento dela, eu pude escrever aquela abertura que é o réveillon das duas. Foi uma coisa curiosa, a gente perde com as novas tecnologias certos hábitos que eram muito importantes para se contar história, como o das cartas, né? Livros, biografias de qualquer pessoa... as cartas que ela escreveu e as que ela recebeu... para pessoas que viveram, há um bom tempo atrás, são fundamentais. Há livros, toneladas de livros com a vida epistolar de uma pessoa, e isso vai acabando. Embora e-mails, mensagens por aplicativo e tal permaneçam. Mas a carta, com início, meio e fim, para alguns, até como gênero literário acabou. Só que a gente tem outros instrumentos. Quando eu conto, eu narro ali que a Marielle começou a contagem regressiva para a entrada do novo ano de 2018, ninguém me contou. A Mônica me entregou o telefone e falou: “Tá aqui”. A Marielle fazia muita *selfie* e vídeo. E tinha a Marielle se filmando, todo mundo ali abrindo o espumante e tinha muitas fotos que a própria Marielle tinha postado no *Instagram*. Elas ajudaram a entender aqueles dias. É claro que a entrevista com a Mônica foi tão importante, que, nos agradecimentos... eu acho que ela é a única pessoa entrevistada que eu agradeço, embora eu tenha falado com muita gente, pessoas que aparecem durante o livro.

Ti - Você acha que nós chegamos a um momento em que é necessário escrevermos de modo a dar mais protagonismo para um dos lados para nos defendermos da barbárie?

MM - Não. Eu acho que o jornalismo precisa hoje, ontem, amanhã e sempre é ser honesto. O jornalismo tem que contar as coisas como elas são. É isso. Não tem que enviesar relatos, tem que contar as coisas como elas são. E, obviamente, que isso implica em celebrar certos

valores, por exemplo: garantias fundamentais da pessoa humana, direitos humanos... eu acho que o grande desafio do jornalismo é ser honesto. O jornalismo sendo honesto, ele vai informar a cidadania, para que a cidadania possa fazer as suas escolhas, seu juízo, com mais segurança.

Ti - Como você vê o lugar do livro na produção jornalística, tendo em vista o fato de que as redações estão cada vez mais reduzidas?

MM - Acho que o livro é um grande instrumento para relatos longos em um tempo em que é mais difícil de publicar relatos longos no jornalismo impresso. Não é de hoje que jornalistas escrevem livros, mas hoje é muito mais difícil ter condições, no jornalismo impresso, publicar narrativas de fôlego... embora a internet, nesse aspecto, favoreça os relatos longos, ela tem a inexistência de limite de espaço. O problema para o jornalista da produção do livro de não ficção, ou seja, no caso dos livros que eu publiquei e do que eu estou trabalhando agora - uma biografia do Carlos Lacerda - é que é caro fazer livros de não ficção. Reportagem é caro, por isso o jornalismo tem tantas dificuldades de empreender hoje narrativas de maior fôlego, porque tem que viajar. Você não pode ficar... é raríssimo o autor de não ficção que tem condições de dedicar o tempo integral à confecção do livro. Mas, de qualquer maneira, o livro continua a ser uma grande possibilidade para quem gosta de escrever reportagens de fôlego. Eu, por exemplo, saí da *Folha de S. Paulo* em 2003, porque eu queria mais tempo para apurar e espaço para escrever. O espaço já era bem amplo, o que eu tinha no jornal. Eu acabei voltando em 2006, ficando até o início de 2010. É claro, o livro é uma alternativa, o problema é que ele raramente sustenta o autor ou jornalista. É um complicador. É curioso que o jornalismo impresso vai sofrendo a concentração progressiva das várias mídias na internet, basta ver as tiragens dos jornais impressos mundo afora. Mas o livro não... o livro impresso permanece. Os e-books, os livros digitais estão recuando nos principais mercados do mundo, ou seja, as pessoas preferem ler um livro no papel. Numa cidade balneária, ir com um livro de papel, ou ir para um bar em Belo Horizonte - que não tem praia - com um livro de papel, ao invés de levar um instrumento, uma plataforma digital para ler um livro... poder ler um livro no qual vai cair a gordura de um bolinho ou um pouco do chope derramar. É curioso isso, o livro impresso permanece, acho que vai ser assim, não sei se para sempre, mas por muito tempo.

Ti - Nós fomos ensinados nessa cultura do livro impresso... comprei um dispositivo de leitura, mas não consegui usar.

MM - Eu não leio. Odeio, mas reconheço uma vantagem, que é o buscador. Quando você tem 500 páginas e você só quer encontrar a informação sobre uma pessoa, né? Isso facilita muito, mas ler, pegar um romance... ler e-book, não. E olha que a grande vantagem da ... isso vale até para o jornalismo diário na internet... a possibilidade do leitor adequar o tamanho da letra as suas necessidades. Mas nem isso me comove. Continuo lendo livro em papel.

Ti - Você aborda muitas questões em “Sobre lutas e lágrimas” que se intensificaram após 2018, como questão da censura e da violência contra jovens negros no Brasil, mesmo tendo sido muito denunciadas pelo jornalismo. Você sente que o jornalismo sério está perdendo essa guerra de narrativas, na qual temos a sensação que as pessoas não ficam tão indignadas com o sofrimento e com as injustiças?

MM - Mas quando não foi assim na história? Eu não sou cristão, mas eu conheço relatos sobre a morte de Cristo. Quantas pessoas lavaram as mãos? Acho que o ano de 2018 não cria nada, mas é quando há um marco de vários sentimentos, políticas, tudo é levado ao paroxismo. Isso eu escrevo em uma reflexão, uma explicação histórica no livro. 2018, no Brasil, com toda essa onda de extrema direita mundo afora, tem um parentesco muito grande com a ascensão do nazismo na Alemanha dos anos 30 e do fascismo mundo afora. Mussolini chegou ao poder no começo da década de 20, mas o fascismo vai se expandir na década de 30. Hitler chega ao governo em 1933, tudo isso foi muito impulsionado pela quebra da Bolsa de Nova York, pela crise econômico-financeira, em 1929, e levou milhões e milhões de pessoas ao desemprego, a privações, à miséria, à pobreza, à fome. Isso é que (ascensão da extrema direita no século XXI) ocorre depois da crise de 2008 em todo o mundo. 2018, no Brasil, é o marco do processo de relativização dos fatos. A história, por exemplo, a tentação por seguimentos de extrema direita de que o nazismo era de esquerda... o delirante falando que a terra é plana é expressão disso, da recusa da verdade factual. Para o jornalismo, o que eu acho mais marcante em 2018, é a cobertura da operação *Lava-Jato*, ou seja, ao invés de ter uma cobertura jornalística, ter havido uma cobertura propagandista, de promoção da operação *Lava-Jato*, o que acabou resultando na vitória do Jair Bolsonaro. Então, é óbvio que foi a operação *Lava-Jato* que tirou o candidato que venceria o Jair Bolsonaro. E aí, pode-se achar o que quiser do Lula, opiniões são legítimas, mas o Lula não é um extremista como o Bolsonaro

é. Na época era e já estava claro isso. O jornalismo, depois da eleição... depois do segundo turno, tem um capítulo exclusivo sobre o jornalismo, em que estou discutindo exatamente isso, que o jornalismo pode até “chaleirar”, bajular o Bolsonaro, mas o Bolsonaro quer a rendição total. No dia em que o *Estadão* saiu com um editorial pró-Bolsonaro, o repórter ou a repórter, não sei quem era, foi barrado na coletiva do Bolsonaro na Barra da Tijuca. Agora a gente vai ver, depois... nesse capítulo, o jornalismo viveu um de seus momentos mais relevantes durante a pandemia. Informações como “usar máscara funciona ou não funciona para salvar vidas?”, “distanciamento social funciona ou não funciona?”, “vacinas funcionam ou não?” implicam viver ou morrer. É um grande momento na história do jornalismo brasileiro, mas é o mesmo jornalismo que demonizou... seguimentos expressivos do jornalismo brasileiro demonizaram os médicos cubanos. E, durante a pandemia, morreu muita gente. Os brasileiros mais vulneráveis, que vivem em cidades onde não há médico e/ou havia médicos cubanos antes, por falta de assistência médica, morreram na pandemia. Vejo, uma cobertura criticável do jornalismo sobre a demonização dos médicos cubanos, mas, o meu balanço da pandemia, é um balanço positivo. Poucas vezes na história o jornalismo brasileiro foi tão importante quanto na pandemia. Agora, o jornalismo brasileiro, pela cobertura que deu para a operação *Lava-Jato*, contribuiu sim e de modo expressivo para a chegada do Bolsonaro ao governo.

Ti - Essa questão que você fala da relativização da informação me faz pensar na quantidade de informações que a gente recebe hoje em dia, por todos os dispositivos, e que a gente tem a sensação de que não consegue acompanhar. Isso cria a percepção de que a gente prefere não se envolver, uma necessidade de não se envolver pela quantidade absurda de informação que a gente recebe.

MM - As chamadas *fake news* costumam ser um eufemismo para “mentira”. Na política, isso não é novidade. No início da década de 20, foram publicadas cartas falsas do Arthur Bernardes, em Minas, tentando prejudicá-lo, e, no ano seguinte, ele se elegeu presidente. Em 1945, o que contribuiu para a derrota do brigadeiro Eduardo Gomes foi a invenção de que ele tinha se referido à “marmiteiros”, que ele tinha dito que não precisava de voto “desses marmiteiros”, coisa que ele nunca falou. Em 1989... isso eu vivi, tinha 25 anos... no segundo turno, a campanha do Collor inventou que, se o Lula vencesse, as famílias de “sem-terra” iam pegar um quarto de cada casa de família de classe média... tinha classe média desesperada!

Ti - Tem gente que acredita nisso até hoje.

MM - Tem gente que acredita. E claro que, com a facilidade da difusão digital de informações, quem difunde informações falsas, com o intuito de manipular as pessoas, tem um trabalho muito facilitado. Agora, essa questão, que você se referiu, a “overdose de informativa”, tem uma consequência para o jornalismo que eu chamo de “maior crise existencial do jornalismo”... em 2018 eu já usava essa expressão. É o seguinte: o jornalismo se habituou a ter o virtual monopólio da informação e da mediação do debate público, e isso acabou. Isso não faz o jornalismo menos importante, pelo contrário, faz dele mais importante ainda. Eu quero que alguém vá ao jogo de futebol, que não estiver passando na televisão, e me diga como foi o jogo. Não que alguém me diga ou escreva do ponto de vista de um clube ou de outro clube. “O que é o jornalismo” tem um milhão de verbetes. O meu é: o jornalismo é um serviço público, mesmo quando é empreendido pela iniciativa privada, que consistem em, fundamentalmente, difundir informações. Nunca foi tão importante, mas o jornalismo tem dificuldade de lidar com isso. Antes, tinha a famosa história: “se tal jornal não noticiar, não aconteceu”. Alguém pode querer não noticiar, mas alguém vai. Se tem um buraco em uma rua e a prefeitura não arruma, um morador vai fazer uma foto, um vídeo e vai mostrar essa informação. É o seguinte: muito provavelmente a gente não vai saber se havia dinheiro público destinado àquela obra, se era para uma empreiteira privada fazer o serviço ou se era para algum órgão da prefeitura fazer, se havia dinheiro público, quanto era. Se não havia, quais foram os outros gastos da prefeitura mais importantes do que tapar um buraco em rua onde passa, digamos, um ônibus que leva e traz trabalhadores de casa para o serviço, do serviço para casa... isso o jornalismo pode fazer. Isso é o papel do jornalismo, mas mostrar o buraco na rua... já acabou... o jornalismo não tem mais esse monopólio. E isso é um grande motivo de ter uma crise existencial. A gente estava falando, mais cedo, sobre o fato do jornalismo ser o registro taquigráfico da história. Quando eu publiquei o livro, quando estava escrevendo o livro no ano de 2018, eu queria fazer esse registro taquigráfico, mas, ao publicar o livro, eu tinha dois objetivos: contribuir para as pessoas entenderem o início, o meio e o fim do ano de 2018, os motivos que tinham levado 2018 a se encerrar como se encerrou e - obviamente, é uma ambição, provavelmente despropositada - mas a minha ideia era que, daqui a cem anos, alguém abrisse o livro e entendesse como viveu e como se sentiu alguém partidário da civilização no ano, como eu escrevo no livro, que não foi fácil de viver.

Ti - Ao produzir “Sobre lutas e lágrimas”, quais foram as suas expectativas em relação ao público? Qual foi o retorno do público em relação ao livro?

MM - Eu viajei o país inteiro em atividades de lançamento. Conversei com muita gente que leu o livro, gente que queria ler meu livro. Engraçado... que a primeira noite de autógrafos foi no Rio, na livraria *Leonardo da Vinci*... ela fica no subsolo de um prédio da Avenida Rio Branco aqui no Rio, pertinho do meu escritório. Tinha muita gente. Você chega por uma rampa e a fila ia até quase a calçada. Teve gente que esperou até duas horas na fila... pessoas muito pacientes. Eu sou muito grato. E mais de uma pessoa chegou chorando. Eu peguei o capítulo e comecei a ler o livro, a história do réveillon... estávamos falando sobre como é difícil viver esses tempos de hoje... e tem um capítulo exclusivo sobre suicídio. Eu aproveitei para discutir a questão de anunciar ou não anunciar, mas é um capítulo sobre a morte, porque havia, em 2018, números preocupantes sobre aumento de suicídios entre indígenas, por exemplo... vários casos, em uma semana, de jovens de escolas privadas de elite de São Paulo. Em outros capítulos eu meio que... as pessoas que estavam comovidas. Embora eu fique muito contente, porque nas redes sociais toda hora tem alguém dizendo “olha para entender como que a gente acabou nisso tem um capítulo aqui no livro”. Então é interessante. Tem algumas observações... eu não vou mudar o livro, mas eu escrevo assim: “a elite brasileira... o Brasil foi o último país a abolir formalmente a escravidão e hoje, nos dados disponíveis em 2018, é o nono país com maior desigualdade de renda do planeta”, no ano seguinte, passou para oitavo. Eu escrevi que o Brasil tem uma das elites mais egoístas... foi isso o que eu escrevi. Aí uma pessoa disse: “Tá errado isso aí. Não é ‘uma das mais’, é a mais egoísta”. Eu não tinha elementos para segurar isso, mas, às vezes, eu acho que as pessoas estão certas... é a elite mais egoísta do mundo, porque não quer dividir nada. Então, eu fiquei muito contente porque foi difícil escrever o livro, foi difícil viver aquele ano. Agora, é o seguinte: um ano com tantos acontecimentos, matéria prima sobrava, né? Por isso que eu tentei fazer. Você falou mais de uma vez na censura, censura nas artes, censura no jornalismo, censura na academia... o Ministério Público querendo proibir curso em universidade pública. Outro dia, uma pessoa veio me dizer que a censura agora que veio com o governo Bolsonaro... ele ajeita, ele expande os mecanismos de censura mesmo que não sejam formais. Mas o governo Temer é que foi o governo marcante para isso. Em 2018, o governo Temer... naquele capítulo sobre censura ainda é governo Temer. Os retornos, digamos, que nós temos é de como as pessoas foram mais tocadas por alguns capítulos... é natural como a gente quando lê qualquer livro, né... e se comove com determinadas histórias. Depende muito de como a pessoa vê o

mundo, embora tenha embocadura, o livro. A cabeça e o coração do oponente do obscurantismo... tem gente que se comove mais com o capítulo da prisão do Lula. Para mim, um dos capítulos mais difíceis de escrever foi o do segundo turno, que talvez seja um dos capítulos mais longos do livro junto com a introdução... é um capítulo inédito que eu escrevi... nunca tinha publicado... escrevi para o livro, porque o desafio era o seguinte: como contar uma coisa que todo mundo já sabe? Pô, todo mundo sabe que o Bolsonaro ganhou a eleição, 55 a 45(%). É como um amigo que eu tenho que, combinando piadismo e provocação, passou anos me dizendo: “Vou ler biografia do Marighella? Já sei que ele morre no final”. O meu desafio como autor e como repórter era descobrir exatamente como o Marighella foi morto e também como contar. Então, o grande desafio para mim naquele capítulo do segundo turno “Ninguém solta a mão de ninguém”, citando a frase daquela guria de Belo Horizonte, era como contar. É aí que eu crio a abertura... o primeiro bloco inteiro é a expectativa de que o Haddad pudesse virar. A gente achava que ia virar. Até tem uma adolescente que, no começo do “Haddad”, dá um suspiro e diz: “Ai, tô com esperança e isso é um perigo”. Eu só coloquei “Ana, vestibulanda”, é a minha filha do meio, a Ana. Passou no vestibular, embora estivesse mais preocupada com a campanha eleitoral. Como contar aquilo? Tem coisas que eu acho mais fracas no livro e tem coisas que eu acho melhores como aquela abertura... porque a gente achou que o Haddad ia virar, mas não virou.

Ti - Como foi para você trazer seu próprio testemunho para a narrativa jornalística?

MM - É isso que a gente faz todo dia, porque mesmo que a gente, como jornalista, não se coloque na cena, a gente tá contando a história que a gente viu e ouviu. Então é óbvio que não existe relato imparcial, porque a reportagem está impregnada das ideias que a gente tem. Se o repórter chegasse em um campo de concentração ele poderia contar que os prisioneiros inventaram que foram maltratados ou poderia ouvir os prisioneiros para contar o que tenha sido aquela experiência. Tudo está impregnado. Eu me coloco em algumas cenas, mesmo nas manifestações do dia 15 de março, converso com as pessoas e tal. Passa uma coisa ali... um recurso meramente narrativo literário... muitas pessoas vão ter sobrenome. As mães com os filhos não vão ter sobrenome... pessoas com quem eu vou cruzando, que eu vejo... estou escrevendo na primeira pessoa ali. Não tem sobrenome, então eu falo “a Jessie e o Colombo”... o Colombo morreu outro dia. A professora Jessie Jane Vieira de Sousa, professora de história na UFRJ... ex-guerrilheiros, ex-presos políticos. Aí eu falo do Lúcio, o Humberto e a Chandelly... não tem sobrenome. É o Lúcio de Castro, o ator Humberto Carrão

e a atriz Chandelly Braz. Ao tirar o sobrenome, eu me aproximo das pessoas. É isso que o jornalista faz. Quando o jornalista resolve dar atenção para “A” e não para “B”, ele tá fazendo uma opção. O que eu digo que o fundamental é a honestidade, mas pode-se fazer uma opção... mas é preciso ser honesto. Pode gostar de alguém, mas, se esse alguém fez algo abominável, isso tem que ser contado. Eu nunca me expus tanto em um livro... nunca me expus tanto jornalisticamente. Está muito claro ali o que eu penso do mundo, mas no fundo, no fundo, é o que a gente faz todo dia. Quando alguém escreve... vou falar de futebol de novo... eu sou um velho repórter esportivo... cobri quatro Copas do Mundo. Quando alguém faz um relato sobre um jogo baseando em... gasta 90% do espaço, seja na televisão ou no rádio, em um jornal, em um portal, escrevendo sobre estatística, isso é uma maneira de ver o futebol. Quando alguém prefere contar a história dos jogadores, é outra visão de futebol, no fundo é uma previsão do mundo... eu acho. Então, é isso: eu nunca me expus tanto, e sou aquilo mesmo, acho que... o que eu escrevi ali é o que eu acho. Tem um capítulo inteiro sobre crimes da ditadura, “Tapa no bumbum do filho”... é o que eu acho, não sou partidário da tortura. Tem lado, claro. É como eu digo... aliás, eu digo em algum momento do livro... eu trato daquela questão: quem se diz isento diante da civilização e da barbárie está do lado da barbárie. Não tem essa historinha de ficar “não estou do lado nem do torturador, nem do torturado”, está sim, está do lado do torturador. Tem um nome, isso, que eu uso no livro que é “teoria dos dois demônios”. Isso é teoria dos dois demônios pura. Ter inventado isso, creio que na Argentina, para dizer que “Ah, os militantes, na luta armada, foram torturados, foram assassinados, mas eles também estavam matando”. Opa! Havia agentes do Estado e militantes políticos sob custódia dos agentes do Estado. Nem a lei das ditaduras autoriza fazer o que fizeram. Mas é isso: no fundo o jornalista está se expondo todo dia. Todo dia com preferências de narrar aquilo e não narrar isso.

Ti - O que você acha que uma narrativa precisa para ser uma boa história? No ato da escrita, você segue alguma estratégia para articular o texto ou é algo mais intuitivo?

MM - Se você fizer essa pergunta para um pintor... pintura é arte e arte exige técnica. É domínio de técnica. A literatura é a mesma coisa. E cuidado, porque... uma coisa é a seguinte: “Sobre lutas e lágrimas” é um livro jornalístico, a biografia “Marighella” é uma biografia jornalística, mas o jornalismo, o relato narrativo de não ficção pode ser considerado literatura-arte se tiver determinado tratamento estético, se ele tiver uma voz autoral, que seja marcadamente artística. E, no fundo, quem vai decidir isso não é ninguém a não ser os leitores

e leitoras. Então, ao narrar, isso vale para ficção e para não ficção, é preciso criatividade, ou seja, a arte, mas é preciso domínio técnico também. Domínio técnico de ritmo. Como eu te falei, “Sobre lutas e lágrimas” é um livro pensado para ter descansos para o leitor. Ninguém aguenta, ninguém aguenta! É humanamente impossível só perder, só chorar, só lutar e não ganhar. Isso é pensado. Foi pensada a abertura, eu queria uma abertura assim, porque o resto, depois, sai-de-baixo! É como no “Marighella”... eu precisava de um relato lírico e eu encontrei um relato lírico forte... o pessoal soltando pipa... uma pandorga no céu... gaúcho chama pipa de pandorga. Claro que eu explico que é a mesma coisa que papagaio, arraiá, pipa. Então... a narração exige criatividade e técnica. A criatividade, a arte do narrador de não ficção não pode contemplar fatos e pensamentos inventados. A criatividade está na apuração, por exemplo, em entrevista - entrevista pode ser uma arte - e na maneira de contar. Eu dou curso sobre biografia jornalística, então, eu tive que sistematizar, basicamente, a partir da minha experiência, alguns conhecimentos, algumas experiências e combinar com outras leituras. Então, o que a gente conta, o que a gente narra... para narrar uma história a gente tem duas questões elementares: uma matéria prima, ou seja, o que contar, e, em segundo lugar, como contar. A gente pode ter o que contar muito interessante, e não saber contar de modo interessante. A gente pode ter, às vezes, uma história que não é tão espetacular, mas saber contar. O grande desafio do narrador de não ficção é ter o que contar muito relevante e interessante - nem tudo que é relevante é interessante e nem tudo que é interessante é relevante - e saber contar de modo a hipnotizar o leitor, a seduzir o leitor, a cativar o leitor, a não ser abandonado pelo leitor. Isso vai passar por um milhão de técnicas, por exemplo: a biografia “Marighella” deve ter 44 capítulos, incluindo o prólogo e o epílogo. Por que tanto capítulo? Para dar chance das pessoas, um dia, lerem um capítulo inteiro, sem ficar com aquela de livros de poucos capítulos onde não se sabe onde está. “Sobre lutas e lágrimas” é mais fácil. Eu mantenho a estrutura de uma história por semana, porque os capítulos são muito menores, facilitam a vida de quem vai ler. Então, ao mesmo tempo em que eu trabalho com uma matéria prima de informações relevantes e/ou interessantes, o meu desafio é como saber contar, contar de uma maneira que entusiasme a quem vá ler, para eu não ser jogado de lado. Então, qual é a relevância da Ural? Zero. Mas é interessante. Vou brincar, vou ironizar, dar um tempo, rir um pouco, né? Não vou fazer uma análise técnica-tática das seleções na Copa do Mundo. Até falo que o futebol mais bonito jogado foi da Bélgica... o futebol da França, a campeã, foi meio insosso... mas não vou entrar em discussões de tática. Eu conto lá o Neymar dando cambalhotas de lado. Tem uma que eu vi um milhão de vezes o vídeo para ver quantos giros ele tinha dado. Então, é isso: o que contar e como contar. Aí, combina como

contar e criatividade e técnica, exatamente como se a gente perguntasse ao Pablo Picasso... aquilo é arte... mas o domínio de técnica que era necessário, imprescindível para ele pintar como pintava é algo elementar. O Picasso era um exemplo de como a arte e o ser humano andam separados. O Picasso não era uma boa pessoa, era um escroto, só que a arte dele é uma arte maravilhosa

Ti - Como você lida com as lacunas da memória das suas fontes na escrita de seus livros?

MM - O repórter e o contador de histórias tem que saber que, às vezes não, vai ser possível contar. A não ser que isso faça, como certos autores de não ficção que inventam dizendo que estão fazendo não ficção. Isso é uma cláusula pétreia da narrativa de não ficção, incluindo a narrativa jornalística: não se pode inventar fatos ou pensamentos. Então, é claro que há buracos que não há documentação reconstituindo determinados fatos e as testemunhas já se foram e não deixaram depoimentos, ou estão vivas, mas não se lembram. Mesmo com os que se lembram é preciso buscar obsessivamente o maior número de fontes. Eu dou sempre um exemplo que é o seguinte: no dia 07 de janeiro de 1948, houve a sessão da Câmara dos deputados que cassou o mandato de 14 deputados do PCB. Em maio de 1947, o partido foi colocado na ilegalidade. E uma pessoa que amava o Marighella e ama até hoje contou uma história muito parecida com o jornalista que odiava o Marighella, que tinha aversão ao Marighella. A pessoa que amava o Marighella contou como ele tinha sido bravo na sessão, discursando, batendo boca, defendendo a democracia. E o jornalista disse que o Marighella levou o caos à Câmara, bagunçou isso e aquilo... Qual é a tentação do repórter? Entre duas pessoas que têm opiniões tão distintas sobre o Marighella estão contando a mesma coisa... no fundo, o Marighella estava lá... Mas isso não aconteceu. O Marighella não participou dessa sessão, não há a menor dúvida histórica. Marighella não estava lá, fazia dias que o Partido Comunista tinha tirado do parlamento alguns dirigentes, com medo de que eles fossem presos na sessão de cassação. Quem dirigiu a bancada foi o líder Maurício Grabois, que seria morto pela ditadura em 1974. A memória é traiçoeira, então, às vezes não dá, e é por isso que eu acho que o narrador tem que ser escrupuloso. Quando não dá para saber o que aconteceu, é preciso dizer “Há três versões, essa, essa e essa”. Se não há versão, nunca soube o que aconteceu. É a vida, né? Não é a não ficção que vai preencher essa lacuna. Isso os ficcionistas não contam.

APÊNDICE B

Entrevista feita com Zuenir (respostas recebidas em 21 de agosto de 2021).

Ti - Na entrevista ao Roda Viva, em 2018, o senhor fala que o repórter não é mais do que uma testemunha e que não podemos misturar nossa vida com a notícia. No entanto, a história de 1968 se mistura com a sua e isso aparece em alguns momentos em seu livro. Nos agradecimentos, o senhor até diz que o livro é “o resultado de uma conjuração de afetos e amizades”. Diante disso, como é possível produzir uma narrativa afetuosa como a de “1968: o ano que não terminou”? Qual lugar você acha que as suas impressões pessoais sobre a realidade de 1968 ocupam na sua narrativa?

ZV - Como toda regra, essa também tem exceção. Um exemplo radical, que relatei em meu livro recentemente relançado, “Minhas histórias dos outros”. Passei mais de 40 anos dizendo aos meus alunos de jornalismo que devíamos manter distância da notícia e acabei contrariando o que pregava, ao trazer para casa a testemunha do caso Chico Mendes, o então menino Genésio Ferreira da Silva, que ficou sob minha tutela dos 13 aos 18 anos. Ao constatar que ele corria sério risco de ser assassinado, me vi diante da seguinte alternativa: noticiar a sua morte com exclusividade ou evitá-la. Preferi evitar, e faria isso de novo. Outra situação limite foi a que você cita como contradição do autor. Em 1968, vivíamos uma ditadura e havia uma geração que lutava literalmente de corpo e alma contra ela. A alternativa era ficar ao lado dela ou contra. Em outras palavras, ficar ao lado da censura ou da liberdade de expressão, razão de ser do jornalismo. Como era testemunha e participante, não tive dúvida. Daí a “narrativa afetuosa”, que, com razão, você cita. Em suma, a exceção do que prego é o que chamo de situação limite.

Ps. Ao falar de “conjuração de afetos”, estou me referindo aos que me incentivaram a escrever o livro.

Ti - Uma das partes mais interessantes em “1968” é a que o senhor narra sobre a ofensiva da polícia na porta da igreja da Candelária, quando acontecia a missa de sétimo dia do Edson Luís. Como foi para o senhor chegar a essa cena e escrevê-la com tantos detalhes? Qual é o desafio do jornalista ao conversar com uma vítima de um acontecimento traumático como esse?

ZV - No caso, como em outros, eu fui testemunha ocular da cena. Portanto, não foi difícil descrever o que vi e vivi. Mas, respondendo à sua pergunta, não é fácil entrevistar a vítima de um acontecimento traumático, que às vezes dificulta a lembrança.

Ti - Ao produzir o “1968: o ano que não terminou” quais foram as suas expectativas em relação ao público leitor? Quando lançado, o livro ficou em primeiro lugar em vendas durante muito tempo, então foi bem recebido, mas eu gostaria de saber se houve algum retorno mais específico por parte de algumas pessoas envolvidas nos acontecimentos em relação ao livro.

ZV - Para você ter ideia de minha expectativa, eu apostei com dois colegas da redação da JB, onde eu trabalhava, uma garrafa de uísque e um jantar, se o livro esgotasse uma edição. “1968, o ano que não terminou” ultrapassou a 40ª edição. Mais do que suas possíveis qualidades, está o fato de que ele foi lançado em 1988, quando o país estava muito carente de ética e paixão pela causa pública, os dois principais legados daquela geração. Não me esqueço da cena na porta do Canecão, no show de Cazuza. Uma jovem se aproximou de mim e perguntou: “você é o”, e disse meu nome. Diante da resposta, ela completou: “Li o seu livro, continue assim”. Perguntei, quantos anos você tem? Ela: 16 anos. Era o chamado poder jovem em ação.

Ti - Para concluirmos, o que senhor acha que uma narrativa precisa para ser uma boa história? No ato de escrita, o senhor segue alguma estratégia para articular o texto ou é algo mais intuitivo?

ZV - Em primeiro lugar, e fundamental, é ter uma boa história, coisa que não me faltou no “1968”. Em segundo, acho que é a intuição. Não sou a melhor pessoa para falar sobre isso, porque não gosto de escrever. Gosto de ter escrito.

Um beijo pra você.

Zuenir